

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências

TÂNIA MARA DE ALMEIDA PADILHA

Entre o semear e a próxima colheita:
Uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa

Orientador:

Profº Dr. Marcos Del Roio.

Marília
2009

TÂNIA MARA DE ALMEIDA PADILHA

Entre o semear e a próxima colheita:
Uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP/Marília), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador:

Profº Dr. Marcos Del Roio.

Marília
2009

TÂNIA MARA DE ALMEIDA PADILHA

Entre o semear e a próxima colheita:
Uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UNESP/Marília), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Banca examinadora:

Dr. Paulo Ribeiro da Cunha
Universidade Estadual Paulista (FFC/Marília)

Dr. Márcio Bilharinho Naves
Universidade Estadual de Campinas (IFCH- Dep. de Sociologia)

Suplentes:

Dr. Jair Pinheiro
Universidade Estadual Paulista (FFC/Marília)

Profº Dr. Lucio Flávio Rodrigues de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Marília, 08 de setembro de 2009.

Agradecimentos

***“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!”***

Mário Quintana

***“Meus amigos quando me dão a mão
Sempre deixam outra coisa
Presença
Olhar
Lembrança
Calor***

***Meus amigos quando me dão a mão
Deixam na minha a sua mão!”***

Paulo Leminski

Primeiramente agradeço aos meus amigos que não deixaram morrer em mim a necessidade de ser crítico, ao mesmo tempo que sempre vislumbraram junto comigo outra forma de sociabilidade. Nesse caminho, incentivaram-me a entrar no mestrado e principalmente a permanecer, com o apoio material desobrigado de qualquer retribuição, e subjetivamente, através de conversas, brigas, desacordos, regados a muita sinceridade e amor. E isto foi, sem dúvidas, uma das mais importantes contribuições.

Agradeço aos meus professores que desde a graduação me acompanham nessas reflexões. Ao orientador Marcos del Roio, ao Paulo Cunha; ambos construíram uma relação para além da acadêmica, sendo até mesmo confidentes nos momentos difíceis, tanto no âmbito pessoal, quanto nas crises com relação ao tema. Ao professor Robinson Janes que fez parte da banca de qualificação. E ao professor que se disponibilizou a ler o texto final para a banca, Márcio Naves.

Obrigada aos funcionários da Unesp-Marília, que nesses anos de faculdade viabilizaram meios para a efetivação do curso e, principalmente, àqueles que lutaram, nos diversos enfrentamentos que tivemos com os gestores da instituição, no intuito de melhorar as condições de permanência na faculdade. Nesses embates, por meio de greves, ocupações e diversos momentos de resistência, obtivemos alguns êxitos – funcionários, professores e alunos -, como a construção do Restaurante Universitário, ampliação da Moradia Estudantil, ampliação e construção de Laboratórios, entre outras conquistas. Sabemos que a luta por uma Universidade pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão, que garanta a permanência de sujeitos provenientes de todas as camadas sociais, se encontra cada vez mais sufocada pelas políticas educacionais implementadas nesses últimos anos.

Ao meu pai e à minha mãe, seu Dito e dona Noemi, que sem entender muito o que é o trabalho intelectual se orgulham da filha “rebelde” que morou tantos anos longe do núcleo familiar. Aos meus irmãos Christian e Ectori e principalmente a minha irmã e companheira, Misa, que fez parte dessa jornada comigo. Aos meus alunos que sempre torceram por mim para a efetivação desse trabalho através de “pensamentos positivos” com outra nomenclatura.

Por fim, aos primeiros sujeitos que deram engenho a esta pesquisa, através da luta cotidiana pela existência, os companheiros do MST, que na aspereza do dia-a-dia, buscam sempre novas plantas a colher.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é acompanhar a reflexão desse autor sobre a questão agrário-camponesa, através da análise dos escritos mais importantes de Lenin sobre o tema, entre os anos de 1893 e 1923. Esse recorte se justifica por encampar todo o período de escritos do autor. Enquanto os marxistas do Ocidente atuavam no seio do movimento operário, Lenin operava no quadro particular da hegemonia ideológica do eslavismo *narodnik* – populismo russo. Para os populistas o capitalismo era um processo artificial na Rússia e o povo russo encontraria sua redenção através da comuna agrária, considerada pelos *narodniks* a essência desse povo. Lenin está claramente posto no campo marxista ao entender a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e, no que diz respeito à revolução, a única classe radicalmente revolucionária seria o operariado. No entanto, sua teoria teve influências dos *narodniks*, que acreditavam ser o camponês a única classe revolucionária. É nesse contexto que buscamos entender os meandros em que se forjou a produção teórico-política de Lenin, contemplando sua análise do capitalismo na Rússia e seus desdobramentos; da formação econômico-social específica da Rússia; da revolução burguesa, com a participação dos trabalhadores do campo; do papel do campesinato russo nas transformações sociais; do campesinato no contexto de uma revolução socialista internacional; do campesinato como base social essencial do novo Estado que se originou da Revolução de 1917; e, finalmente, o significado da aliança operário-camponesa

Palavras chave: questão agrário-camponesa, marxismo, capitalismo, socialismo, revolução.

ABSTRACT

The general purpose of this work is to follow the discussion about the agrarian-peasant question, by analyzing the most important writings of Lenin on the subject, between the years 1893 and 1923. This cut is justified due to encamp the whole period of the author's writings. While the Western Marxists working within the movement, Lenin worked in specific context of ideological hegemony of the Slav *narodnik* - Russian populism. The populists believed that capitalism was an artificial process in Russia, therefore, Russian people find their redemption through the agrarian community, deemed by *narodniks* the essence of people. Lenin is clearly inserted in the Marxist view of the need for development of productive forces and, regarding the revolution, the only revolutionary class would be radically workforces. However, his theory had *narodniks* influences, who believed the peasantry was the only revolutionary class. In this context we seek to understand the intricacies that were forged Lenin's political-theory production, including his analysis of capitalism in Russia and its developments, the economic and social specific training in Russia, the bourgeois revolution, with the participation of employees in field, the role of the Russian peasantry in the social transformations, the peasantry in the context of an international socialist revolution, the peasantry as a social basis essential that the new state led the Revolution of 1917, and finally, the meaning of the worker-peasant alliance.

Keywords: question agrarian-peasant, Marxism, capitalism, socialism, revolution.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
PRIMEIRA PARTE	16
A QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA NA PRIMEIRA REVOLUÇÃO RUSSA	16
CAPÍTULO 1	16
O PRÓLOGO DA REVOLUÇÃO DE 1905-1907	16
Formação econômica e social da Rússia	16
O debate sobre a Rússia	23
A atuação <i>narodnik</i>	27
A questão do desenvolvimento do capitalismo em geral e no campo, em particular	29
As categorias sociais no campo	33
As transformações sociais e o campesinato como força revolucionária vacilante	37
A questão da aliança operário-camponesa	40
Cisão no partido	46
CAPÍTULO 2	49
A REVOLUÇÃO DE 1905-1907 E SEU RECRUDESCIMENTO	49
Configurações da revolução de 1905-1907	49
Cisão na social democracia frente aos acontecimentos revolucionários de 1905.	52
Revolução democrática e revolução socialista	55
Revisão do programa agrário da social democracia	61
Refluxo da revolução	65
Via americana e via prussiana	67
Revolução burguesa como revolução agrária	70
Renda diferencial e renda absoluta	73
A via prussiana na Rússia	76
SEGUNDA PARTE	80
A QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA NAS REVOLUÇÕES DE 1917 ÀS ÚLTIMAS REFLEXÕES DE LENIN	80
CAPÍTULO 1	81
OS CAMPONESES E A TRANSIÇÃO	81
O imperialismo	82
A revolução de fevereiro (março)	85
As teses de abril	87
As tarefas do campesinato	88

As divergências da “esquerda”	90
Antecedentes de Outubro (Novembro)	94
A revolução e os camponeses	97
O Estado e a revolução.....	101
O capitalismo de Estado no contexto da guerra civil.....	103
CAPÍTULO 2	108
REAVALIAÇÃO DO CENÁRIO RUSSO.....	108
Sobre a fome – A formação dos Combeds.....	109
O camponês médio	114
A questão agrária no contexto da III internacional.....	116
Esgarçamento da aliança operário camponesa	122
A nova política econômica.....	126
Últimos textos	134
Hegemonia	137
O significado da aliança operário-camponesa.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

Vladimir Ilitch Uliánov (1870-1923), ou apenas Lenin, foi o primeiro autor dentro do marxismo a pensar de forma mais resoluta a questão agrária e camponesa. Observando que seu pensamento influenciou ou influencia as propostas de alternativa social, política, econômico e/ou cultural existentes, de diferentes formas e conotações, torna-se relevante revisitar sua obra para buscarmos sua importância ou não para a reflexão atual, uma vez que a questão da terra se coloca de forma recorrente.

No entanto, por se tratar de um autor com vasta produção teórica¹, a intenção deste trabalho está em analisar a reflexão de Lenin sobre a questão agrária e camponesa, de modo a fornecer subsídios aos estudos sobre os homens e mulheres que vivem da terra, ou seja, no mundo rural, nos dias atuais. Dessa forma, a existência de movimentos sociais agrários coloca a questão da terra como não superada, tornando-se relevante estudar o autor que primeiro contribuiu de forma mais resoluta ao estudo sobre as relações sociais econômicas e políticas dos homens e mulheres do campo.

Assim, com o surgimento de movimentos agrários significativos no Brasil, e em outros países da América Latina, a questão camponesa volta novamente à cena, imbricada agora com temas de identidade cultural, ambientais, de distribuição de recursos naturais e de utilização de novas técnicas agrícolas. Observando, ainda, que as grandes revoluções sociais do século XX contaram com o campesinato como um ator decisivo e considerando que Lenin, segundo Florestan Fernandes (1978a, p.07) foi um autor “[...] que produziu ou alimentou as revoluções do século XX – dentro e fora da Rússia”, uma pesquisa sobre a evolução de seu pensamento a propósito da questão agrária e camponesa pode ainda oferecer uma contribuição importante para a ciência política. Dessa forma, contextualizaremos Lenin e o tema proposto, bem como o autor e seus interlocutores, principalmente os populistas russos na primeira revolução, utilizando-se de alguns de seus comentadores como um suporte teórico para a reflexão.

No marxismo, de acordo com Hegedüs (1984), a questão agrária se apresenta de duas maneiras: como análise das relações de propriedade e de produção vigentes no campo, que seria a questão agrária no sentido estrito; e como uma análise das estruturas sociais, onde o

¹ Seus escritos se estenderam por trinta anos, entre 1893 e 1923. A edição de suas obras completas em espanhol pela editora Progreso comporta 55 tomos. Boa parte de sua obra consiste em reflexões sobre os populistas russos, principalmente na década de 1890, quando direcionou seus primeiros estudos ao tema em que, através de uma reflexão teórico-econômica, colocou em xeque uma das principais teorias *narodnik*: a da artificialidade do capitalismo na Rússia.

campesinato se apresenta de três formas, como uma classe em transição, ou como uma classe que provem da ordem econômico-social feudal que continua a existir no capitalismo, ou ainda, como uma classe social de transição entre a burguesia e o proletariado - classes fundamentais do capitalismo. Esta última forma da questão agrária pode ser apresentada como questão camponesa, e esta será o enfoque do trabalho.

Segundo Hegedüs (1984) a formulação da questão agrária e camponesa no marxismo se relacionou com as tendências constituídas dentro do socialismo europeu em torno da controvérsia que se convencionou chamar “Debate sobre a Rússia”. No entanto, podemos observar alguns apontamentos sobre o papel do campesinato em Karl Marx (1977, p.208, p.277), quando este apontou a situação dos camponeses na França em 1848, no texto *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*:

[...] as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses [...] que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da Monarquia de Julho caíram por terra.

[...] na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento quer através de uma convenção.

De tal modo, em um primeiro momento, as observações de Marx (1977) com relação ao camponês conservador fizeram com que, no decorrer do século XIX, o movimento operário e socialista do Ocidente, nas suas fases iniciais, praticamente deixasse de lado a questão agrária e camponesa. O campesinato era visto como uma camada social em vias de extinção proveniente da ordem feudal que sucumbiria na medida em que o capitalismo se revelasse.

Os estudos de Marx e Friedrich Engels sobre a guerra da Criméia (1853-1856) trouxeram ao debate marxista questões relevantes à situação russa e conseqüentemente sobre o campesinato, visto que a massa camponesa constituía a maior parte da população desse país. Essas reflexões abriram caminho para o debate com os intelectuais russos, os *narodniks*. Segundo Neto (2006) em torno desse debate se caracteriza a repulsa de Marx de entenderem sua reflexão n’*Capital* sobre os processos de desenvolvimento para a Europa Ocidental, como modelo único. Para Marx o capitalismo se desenvolveria segundo as particularidades de cada país. No entanto, esse debate ficou obscurecido devido o fato de parte de suas cartas no debate

com os *narodniks*, somente virem a público depois de 1924. De acordo com Neto (2006, p.25):

[...] Esquecidas por Plekhánov e pela velha geração de social-democratas russos, talvez porque não dessem a elas sua devida importância ou, até mesmo, porque o seu conteúdo se chocasse com as novas posições defendidas por eles sobre a necessidade do desenvolvimento capitalista da Rússia e atrapalhariam, portanto, o combate político aos populistas.

De toda a forma, lendo ou não essas cartas, Lenin irá retomar esse debate e pensará para a Rússia um desenvolvimento do capitalismo respaldado pela particularidade desse país.

Certamente a perspectiva marxista sobre a questão camponesa influenciou diversos autores. Por exemplo, no que diz respeito ao sentido político ou pré-político da luta camponesa, temos as considerações de Hobsbawm (s/d, p.46), que ao analisar algumas revoluções camponesas afirma:

Um problema crucial para a política dos camponeses tradicionais é a relação entre o microcosmo e o macrocosmo. Por si mesmos eles não podem resolver esse problema, de vez que sua unidade de ação política é (na prática) a região, ou (conceitualmente) a espécie humana.

Para o autor o camponês não teria capacidade de perceber movimentos políticos mais amplos. Dessa maneira, a atuação política desses camponeses se dava apenas no microcosmo, admitida historicamente, por Hobsbawm, somente no âmbito econômico. Nesse caminho o movimento camponês seria pré-político, capaz de se organizar unicamente através da mediação do agente externo, mais especificamente do partido político. Todavia Cunha (2007, p.18-19) nos adverte sobre esse ponto de vista:

[...] Eric Hobsbawm, ao procurar definir conceitualmente camponeses sob a ótica marxista, encontra uma primeira dificuldade ao analisar um conjunto de categorias tão heterogêneas quanto complexas, o que vem contribuir para uma compreensão equivocada desse como político. Hobsbawm seguramente procura diferenciar os camponeses quanto à forma de produção – economia familiar – dentro de um contexto agrário, ainda que tente se abster de realizar um recorte etnográfico rígido do homem do campo. Nessa linha, ainda que reconheça a existência de uma dinâmica social na estrutura camponesa, busca ao mesmo tempo enquadrá-los dentro de um processo de transformação (sendo previsto seu gradual desaparecimento), denominado modernização. Estariam ambas as situações inseridas em dois tipos-troncos: o primeiro comunal, que em princípio não é contraditório ao marxismo; o segundo, seria algo do tipo originalmente descrito por Marx, em que está presente dentro da concepção burguesa o elemento parcelar da terra, tendo por fundo a tradição de inibir uma oculta diferenciação social. [...]

De acordo com Cunha (idem), a conceituação de campesinato é pensada por Hobsbawm, principalmente, sob a óptica dos meios de produção, investigando essa categoria através da sua dependência ao proletariado para a emancipação. “Contudo, a tradição na maioria dos casos tem um forte caráter coletivo, portanto possível de ser enquadrada em uma sociedade socialista.”

Nessa direção, Martins (1981, p.31) ao estudar os conceitos de movimentos político e pré-político inseridos na realidade brasileira, propõe uma relativização do conceito no que se refere aos movimentos camponeses, uma vez que, é preciso compreender as estruturas aos quais estão submetidos – tarefa nada fácil e assim veremos no caso russo – e os agentes que se inserem nessa luta.

[...] O desconhecimento da vida e da realidade do camponês, e sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo. Leva, sobretudo, a confundir a religião camponesa como a causa do caráter pré-político dos movimentos e das lutas camponesas. Isso impede que veja a condição do caráter pré-político na própria estrutura social em que se insere o camponês. O localismo e o misticismo do campesinato não podem ser explicados como limitações de classe dos camponeses, mas devem ser buscados nas condições sociais de classe.

Não pretendemos aqui dizer a última palavra sobre esse assunto - visto que outros autores, não mencionados aqui, analisaram essa questão² -, mas somente apontar que existe um debate ainda não esgotado com relação ao camponês como agente dos processos revolucionários. Acreditamos que o estudo que se segue, das reflexões e táticas de Lenin, sobre a questão camponesa possibilite ao leitor pensar esse debate. Por enquanto ficaremos com uma citação de Moore Jr. (1975, p.521) que ao buscar analisar as estruturas sociais e situações históricas que produzem revoluções camponesas considerou:

Já não é possível levar a sério a idéia de que o camponês é um “objeto da História”, uma forma de vida social sobre a qual as mudanças históricas passam, mas que em nada contribui para o ímpeto dessas mudanças.

Nesse caminho, percebemos que a especificidade camponesa gerou um debate que se coloca recorrentemente, principalmente pela permanência desse estrato social e seu papel nas revoluções do século XX, como o caso da Rússia (1905-1907 e 1917), do México (1910), China (à partir de 1921), Argelina (1954), Cuba (1958). Diante disso, retomar o autor que primeiro contribuiu para a reflexão do campesinato no marxismo e seu papel na revolução

² Para uma análise mais apurada ver Cunha (2007).

social é ainda um terreno profícuo para refletirmos sobre as demandas dos sujeitos do campo e resgatarmos a perspectiva socialista da realidade.

Portanto, neste trabalho nos deteremos sobre a questão camponesa por meio da análise dos escritos mais importantes de Lenin sobre este tema, entre os anos de 1893 e 1923. Esse recorte se justifica pelo fato de que: em 1893, nosso autor publica sua primeira obra, *Novas Orientações Econômicas na Vida Camponesa*, no qual discorre sobre a situação dos camponeses russos; e o ano de 1923, um ano antes de sua morte, quando escreve seus últimos textos, considerado por seus estudiosos como o seu testamento político. O trabalho será caracterizado por duas partes, cada uma com dois capítulos, sendo a primeira circunscrita, principalmente em torno da primeira revolução russa de 1905-1907 e a segunda parte abarcando fundamentalmente as revoluções de 1917 e suas conseqüências.

Assim, na primeira parte realizamos uma apresentação da especificidade da formação econômico e social da Rússia, apontando a noção de *formação econômica e social* nas análises de Lenin que assume um caráter mais concreto do que o conceito de *modo de produção* circunscrito no âmbito abstrato. Nesse caminho o “debate sobre a Rússia” é apresentado no intuito de afirmarmos a teoria marxiana como modelo de análise e não fórmula pronta capaz de responder todas as formas de desenvolvimento respaldadas pelo modelo de desenvolvimento inglês.

Entendendo que a reflexão de Lenin e seus textos foram escritos circunstancialmente, projetados para uma finalidade, pretende-se nesse trabalho uma apresentação dos processos históricos daquele período. Para isso são destacados acontecimentos que o próprio Lenin enfatizou. Entretanto, alguns cuidados são necessários. As datas encontradas na primeira parte seguem o calendário russo em vigor até 14 de fevereiro de 1918 que se manteve atrasado 13 dias em relação ao calendário contemporâneo ocidental.

Os principais interlocutores de Lenin, na primeira revolução russa, os *narodniks*, são apresentados no trabalho através de estudiosos do tema e também a partir das considerações de Lenin no debate que se desenrolou sobre a artificialidade do capitalismo na Rússia – tese defendida pelos *narodniks*. Da importante história sobre esse movimento, destaca-se a influência na teoria de Lenin.

Em um contexto histórico diferente do Ocidente, no qual a maioria camponesa se defronta com estruturas feudais lutando para sobreviver frente ao capitalismo, Lenin se situa no campo do marxismo ao entender que a única classe verdadeiramente revolucionária é o proletariado. Diante disso, formula a tese da aliança operário-camponesa como caminho para

as transformações sociais e para consolidar a hegemonia proletária. Veremos, então, como se delineou essa perspectiva naquela realidade.

Em fins de 1907, com o refluxo da revolução para o campo estrito das classes dominantes, Lenin se vê tomado pela preocupação de se pensar os possíveis caminhos de desenvolvimento que a agricultura russa poderia caminhar, ressaltando que era preciso entender a questão agrária como base da revolução burguesa na Rússia, constituindo a base nacional desta revolução.

A Rússia seguiu o seu desenvolvimento semelhante à via prussiana, e nos anos que antecederam Outubro de 1917, Lenin se concentrou, entre outras, na distinção presente no seio do campesinato, e uma das suas principais contribuições se deu na análise do desenvolvimento do capitalismo, com a publicação em 1916 de *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Em 1914 eclodiu a I Grande Guerra, os camponeses russos compuseram o grosso do exército imperial, dessa maneira, quando houve a irrupção revolucionária de 1917, a produção agrícola encontrava-se desorganizada e o campesinato armado, colocando à Lenin um novo enfrentamento.

Na segunda parte, o trabalho se encaminhou para entender a questão camponesa nesse novo cenário, ou seja, do imperialismo e de um país que fizera uma revolução operária em um país essencialmente agrário que deveria ainda efetivar as transformações democrático-burguesas. Perceberemos no primeiro capítulo dessa etapa como Lenin forjou sua reflexão com rigor teórico ao mesmo tempo em que se delineava na Rússia algo inaudito na história. Entre fevereiro e outubro de 1917, Lenin passou a ocupar-se dos caminhos adotados pelo Governo Provisório, procurando apontar alternativas para evitar a catástrofe no país e a derrota da revolução.

A revolução de outubro, com a tomada de poder pelos *bolcheviques*, ainda teria que enfrentar a desorganização e a insuficiência do parque industrial, assim como da produção de alimentos devido ao grande contingente de homens provindos do campo mandados à frente de batalha. Nesse ínterim, Lenin percebe que a passagem para socialismo dependeria do desenvolvimento das forças produtivas e da efetivação das transformações democrático-burguesas. O capitalismo monopolista de Estado seria - junto aos conselhos operários, os *soviets*, que surgiram pela primeira vez em 1905 -, a forma de assegurar a transição.

No segundo capítulo veremos a tentativa de Lenin de não deixar esvair as conquistas da revolução em um cenário internacional de oscilação da social-democracia européia, bem como do esforço de elaborar táticas para manter vivo o germe do socialismo em um país

devastado pela primeira guerra mundial e três anos de guerra civil. Em 1921 as condições para a transição socialista retrocederam comparadas ao momento logo após a tomada de poder. A revolução internacional fora derrotada e as medidas econômicas adotadas durante a guerra civil não conseguiram sustentar a aliança operário-camponesa. O capitalismo de Estado foi reforçado através da nova política econômica (NEP) com a finalidade de garantir uma forma segura de transição das relações pré-capitalistas para o socialismo. Nesse caminho, veremos como Lenin foi capaz de avaliar e reavaliar suas posturas, principalmente, no que diz respeito ao campo e a fome, com relação à política adotada em seu país, vislumbrando a emancipação dos trabalhadores.

PRIMEIRA PARTE

A QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA NA PRIMEIRA REVOLUÇÃO RUSSA

Nesta primeira parte do trabalho, discorreremos sobre o tema proposto em um período de, aproximadamente, 20 anos de escritos de Lenin. Nesse percurso apresentaremos o contexto histórico e ideológico da Rússia para demarcarmos as influências que o autor recebeu, bem como delimitar suas posturas diante dos acontecimentos. Passaremos pela Rússia ainda no século XIX, para chegarmos ao início do século XX com as configurações da revolução democrático-burguesa que irá eclodir em 1905. Adentraremos aos três anos de revolução mostrando os conflitos que ali se estabeleceram, para, por fim, apontar as posturas e reflexões de Lenin diante do refluxo desta revolução.

CAPITULO 1

O PRÓLOGO DA REVOLUÇÃO DE 1905-1907

Neste capítulo veremos como se forjou as condições econômicas, sociais e políticas para o desenvolvimento da primeira revolução russa. Analisaremos os textos de Lenin entre os anos de 1893 e 1904 para situarmos o contexto social desse momento. No entanto, utilizaremos textos do autor de outros momentos para reforçar nossas análises. Assim, buscamos entender a questão camponesa dentro da particularidade russa e a importância dos sujeitos do campo em uma estrutura feudal, no qual o capitalismo incipiente transformava as relações sociais e econômicas.

Formação econômica e social da Rússia

No início do século XX, a Rússia era uma monarquia absolutista feudal, de economia atrasada e dependente da agricultura com 80% da sua economia se concentrando no campo. Os camponeses, em sua maioria, viviam na miséria e eram forçados a pagar altos impostos ao governo czarista. Não existia liberdade política. Era um país essencialmente rural, com grande

propriedade fundiária e agricultura extensiva, diferentemente de seus vizinhos na Europa que possuíam regimes liberais e suas economias se baseavam principalmente nas indústrias.

Trotsky (1967, p.23-24), ao estudar a história da revolução russa mostra o caráter da economia russa no século XIX. Um país vasto em extensão com adversidades climáticas, com a economia baseada na agricultura - a natureza foi tomada em extensão e não em profundidade. Aponta o atraso com que a Rússia se desenvolveu, “apresentando como consequência uma economia atrasada e baixo nível cultural”

[...] Tanto pela sua história quanto pela vida social, e não somente devido à sua posição geográfica, a Rússia ocupava, entre a Europa e a Ásia, uma situação intermediária. Diferenciava-se do Ocidente, europeu, mas também diferia do Oriente, asiático, embora aproximando-se em alguns períodos, em vários aspectos, ora de um ora de outro. O Oriente impôs o jugo tártaro, que entrou como elemento importante na edificação do Estado russo. O Ocidente era um inimigo ainda mais temível que o Oriente, ao mesmo tempo que um mestre. Não foi possível à Rússia formar-se segundo os moldes do Oriente, compelida como estava em acomodar-se à pressão militar e econômica do Ocidente. [...]

Mesmo com vínculos com a estrutura político-cultural do Oriente, a Rússia desenvolveu-se sob a caricatura desfigurada do Ocidente. O feudalismo que era passado em alguns países da Europa, como Inglaterra, França, Alemanha etc, na Rússia ainda encontrava respaldo, através das formas de subjugação impostas pelo czarismo e a forte estrutura agrária.

O regime de servidão exigia que os camponeses cumprissem com duas obrigações: o pagamento em espécie ou em dinheiro pelo uso da terra e obediência aos senhores feudais. É importante constar, de acordo com Salomoni (1997), que em 1858, a Rússia contava com mais de 40 milhões de servos dos quais 22.563.086 pertencentes a particulares e 19.370.631 ao Estado, o que demonstrava um grande número de homens sujeitos diretamente ao Estado russo.

Inserida no contexto expansionista no início do século XIX, a Rússia era um império que havia conquistado os mares Ártico, Cáspio e Báltico e, anexaria ao seu território a Finlândia e a Polônia, como também as terras da Sibéria rumo ao Alasca. Na primeira metade deste século era sem sombra de dúvida um país com respeitável poder político e militar. De acordo com Anderson (1985, p.347)

[...] O poder político e militar do Estado czarista na primeira metade do século XIX encontrou contínua demonstração no expansionismo e no intervencionismo externos. O Azerbaijão e a Armênia foram ocupado, a resistência dos montanheses na Circássia e no Daguestão foi gradualmente anulada; nem a Pérsia nem a Turquia achavam-se em posição de resistir às

anexações que a Rússia realizava no Cáucaso. Na própria Europa, os exércitos russos derrotaram uma revolta nacionalista da Polônia em 1830 e varreram a Revolução Húngara de 1849. Nicolau I, o principal executor da reação monárquica no exterior, governava, no plano interno, sobre o único país importante do continente que não fora afetado pelas sublevações populares de 1848. O poder internacional do czarismo nunca parecera maior.

No entanto, a industrialização e desenvolvimento econômico da Europa Ocidental transformaram esse poder internacional da Rússia czarista e feudal em algo anacrônico. No contexto internacional e que refletiu diretamente na organização econômica da Rússia, a derrota do império na Guerra da Crimeia (1853-1856) contra a Turquia, apoiada por ingleses e franceses foi um grande marco³. Essa derrota foi um sintoma do desgaste do sistema econômico e demonstrou o atraso e despreparo das tropas imperiais, tornando-se necessário aumentar o potencial bélico, ampliar a rede ferroviária, incentivar a indústria e fomentar o desenvolvimento das forças produtivas.

Internamente, durante essa guerra, ocorreu um amplo movimento camponês insurrecional que ateou fogo em campos russos, o que forçou o czar Alexandre II a pensar reformas para a Rússia. Entre elas, acabar com a servidão. Pronunciando seu ponto de vista, assim como mostra Salomoni (1997, p. 09): “Mais vale abolir o direito à servidão a partir de cima do que esperar que a abolição venha de baixo, sem a nossa participação”. Em 19 de fevereiro de 1861, foi sancionada, por proclamação do czar, a libertação dos servos. Entretanto, o czar apenas aboliu tecnicamente a servidão. Tecnicamente, pois as relações sociais ainda continuaram servis. Essa medida fez com que a aristocracia agrária entrasse em crise, como também possibilitou uma abertura para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Depois disso, outras reformas aconteceram até o ano de 1864: um sistema jurídico foi estabelecido, quando as diferenças de classe foram formalmente abolidas e passaram a existir julgamentos públicos; direito de o réu ser representado por advogado de sua escolha; os juízes passaram a ter treinamento profissional pagos pelo Estado; foi estabelecida uma hierarquia nas instâncias jurídicas. Naquele ano, a burocracia estatal foi implantada localmente, com a criação dos *zemstvos*, conselhos municipais e provinciais a serem eleitos pela população local.

³ Marx e Engels se interessaram pela Rússia na época da Guerra da Crimeia (1853-1856), no que diz respeito à influência da Rússia no debate europeu e sobre a polêmica de seu regime político e social, considerado, primeiramente, um obstáculo à revolução proletária europeia. (ROIO, 2003).

Essas reformas foram uma necessidade histórica, uma vez que a Rússia saiu da guerra da Criméia com o império abalado e somados os outros condicionantes como o fato de que durante a servidão a economia russa não teve êxito. O atraso do desenvolvimento das forças produtivas se tornou claro no contexto global. Segundo Wolf (1984), ainda havia uma preocupação que rondava os pensamentos do czar: como implantar essas reformas e impedir que surgisse na Rússia os proletários, visto que desde 1848, na Europa ocidental, efervescia o movimento operário. Para este estudioso, ainda que a reforma não privasse o camponês da terra, fazia-o pagar pela sua liberdade. Assim, para evitar que este deixasse de ser cativo a terra e se tornasse proletário, distribuía-se a terra e o camponês pagava para ser livre nela.

A reforma de 1861 permitiu apenas que os camponeses se emancipassem em relação à propriedade senhorial, reconhecendo a propriedade das comunas camponesas sobre uma parcela das terras aráveis da Rússia, mas com um alto pagamento de indenização ao Estado, pois, para que os camponeses ficassem com a terra, era necessário pagar um resgate estabelecido muito além do valor real. Sobre essa reforma, Lenin (1984a), ressaltou que dez anos após sua execução até os latifundiários reconheceram que os camponeses, além de pagar pela terra, pagavam também suas liberdades. Logo, os camponeses continuavam a ser o estrato social mais baixo, pois não dispunham de nenhuma espécie de liberdade. Nas palavras de Lenin (1984, p.29):

[...] sujeito a açoites, pagando tributos especiais, não tendo o direito de sair livremente da comunidade semi-feudal, de dispor livremente da sua terra, de se instalar livremente em qualquer lugar do país.

Lenin constata que para efetivar a “emancipação” dos camponeses, o governo não hesitou em contratar homens a serviço da nobreza, ludibriando-os até na demarcação das terras. O trabalho livre proferido pela grande reforma se transformou em trabalho servil “voluntário” graças aos funcionários responsáveis em aplicar a reforma. De acordo com Franco Venturi (1981, p.394) a “emancipação dos servos” pronunciada pelo czar só aumentou o desagrado dos camponeses. No entanto, por mais que os camponeses demonstrassem essa insatisfação através de revoltas, essas foram enfraquecendo durante os anos após 1861. Além disso:

Sus aspiraciones eran más inmediatas y próximas: abolición de las *corvéés* y de todo los demás gravámenes. Es decir, se limitaran a decir aquí y allá, en términos violentos, lo que ya habían dado a entender en el período precedente a la reforma: no pensaban trabajar gratis las tierras del señor. Primero se habían limitado a una huelga lenta y prolongada, ahora pasaran a veces a una rotunda negación. Pero a propia ley preveía semejante

transformación. Los amos aceleraron su aplicación, convencidos de que era imposible mantener las *corvéas* cuando su poder estaba en decadencia, cuando ellos mismos se veían privados de los medios de constricción a los que antes estaban habituados. Las revueltas, el estado del ánimo de insubordinación de los campesinos, los conflictos abiertos o sordos, no hicieron en suma sino acelerar un proceso inherente ya a la situación.

A estrutura essencialmente agrária da Rússia, que privilegiava os grandes senhores, a Igreja e o Estado, delimitou os conflitos entre o czarismo e camponeses. Contudo não vemos na história desse país iniciativas camponesas capazes de transpor a dominação imposta pelos czares. Existiam somente, exigências relativas à situação imediata dos camponeses. Nesse contexto, a opressão sobre o campesinato se intensificou com a presença do capital, pois grande parte dos camponeses se transformou em proletários rurais e uma minoria se destacou nos *kulaks*⁴, e outra, em *granjeiros*⁵, que constituíram a nascente burguesia rural.

Em fins do século XIX e começo do século XX vemos uma Rússia com fortes elementos feudais, mas que aos poucos e de forma desagregada se abria para as transformações impostas pelo capital. Trotsky (1967, p.25) para discorrer sobre esse processo conceitualiza a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*: “que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.” Concluindo: “Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha.”

[...] Um país atrasado frequentemente rebaixa as realizações que toma de empréstimo ao exterior para adaptá-las à sua própria cultura primitiva. O próprio processo de assimilação apresenta, neste caso, um caráter contraditório. Foi este o motivo pelo qual, na Rússia, a introdução de elementos da técnica e do saber ocidentais e, sobretudo, da arte militar e da manufatura, sob Pedro I, agravou a lei de servidão, na medida que representava a forma essencial da organização do trabalho.[...]

Percebemos, então, que a formação econômica e social da Rússia, não seguiria os moldes de desenvolvimento ou de transição, tal como foi caracterizado por Marx na Inglaterra, por exemplo. Dessa forma, para entendermos a especificidade da formação econômico e social russa, Lenin ao pensar os processos que conduziriam à revolução socialista e às forças em pugna, estendeu a noção do conceito de *modo de produção*, para uma mais abrangente: *formação econômico-social*.

⁴ Camponeses abastados. Segundo Portal (1968), na etimologia *Kulák* significa “mão fechada sobre o dinheiro ganho”

⁵ Camponeses empreendedores.

A dicotomia existente no conceito de *modo de produção*, levando a uma análise dualista do processo revolucionário colocando, somente, proletários e burgueses na esfera de atuação social, tem na categoria de *formação econômico-social* uma dimensão mais ampla ao trabalhar com a existência de outros estratos sociais nessas realidades.⁶

Sereni (1973) e Gruppi (1978) entendem que a noção de *formação* utilizada por Marx se amplia ao indicar desenvolvimento, enquanto que os termos *forma* ou *modo* indicam uma realidade estática. Ainda de acordo com Sereni *formação econômico e social* é uma categoria fundamental do materialismo histórico e foi Marx quem primeiro elaborou esse conceito como podemos ver, por exemplo, nos rascunhos ou cartas de Marx a Vera Zaslulich.⁷

Por outro lado Gruppi (1978) evidencia que foi Lenin quem determinou e definiu a noção de *formação econômico e social* ao entender as formas como os homens se organizam ou se reproduzem. No entanto, o que queremos ressaltar aqui é a dimensão do conceito nas reflexões de Lenin, para o que, as análises de Sereni (1973) compõem uma ponderação mais bem esmiuçada, ao mostrar a continuidade substancial da concepção de Lenin em relação a de Marx. Um conceito que expressa a unidade na diversidade das diversas esferas: econômica, social, política e cultural.⁸

A formulação desse conceito está presente na obra de Lenin *Quem são os amigos do povo e como eles lutam contra os social-democratas* (1981b, p.143), de 1894, no qual mostra, através da análise materialista, um país com elementos comuns às sociedades capitalistas desenvolvidas, mas ao mesmo tempo com algo de específico:

[...] El materialismo ha proporcionado su criterio objetivo por entero, al destacar *las relaciones de producción* como estructura de la sociedad y ofrecer la posibilidad de aplicar a estas relaciones el criterio científico general de la repetición, cosa que los subjetivistas negaban a la sociología. Mientras ellos se limitaban a las relaciones sociales ideológicas (o sea, a las que pasan por la conciencia de los hombres antes de tomar forma), no podían advertir la repetición y la regularidad de los fenómenos sociales en los distintos países, y su ciencia se circunscribía, en el mejor de los casos, a describir esos fenómenos, a recoger materia prima. El análisis de las relaciones sociales materiales (es decir, de las que se establecen sin pasar por

⁶ Encontramos, por exemplo, a noção de *formação econômico e social* em Marx e Engels (1977), no texto: *18 Brumário de Luís Bonaparte*, onde os autores apontam as diversas camadas sociais presentes na realidade francesa de 1848, bem como, delimitam com clareza as estruturas sociais daquele momento.

⁷ Ver próximo item. Zaslulich, nascida em 1849, considerada heroína dos *narodniks* na fase de radicalidade do movimento. Mais tarde tornou-se uma das principais difusoras do marxismo na Rússia. Seu diálogo com Marx em sua fase populista se deu para indagar sobre os possíveis caminhos que o desenvolvimento russo poderia seguir. Marx e Engels chegaram a cogitar a possibilidade da revolução social acontecer através da comuna russa se essa se desenvolvesse para a atividade coletiva nacional e fosse acompanhada da revolução no Ocidente. (MARX & ENGELS, 1998, p. 73). Zaslulich morreu em 1919.

⁸ Segundo Sereni (1973), a expressão *formação econômico e social* é empregada por Lenin ao traduzir trechos da obra de Marx. Já em suas ponderações aplica o conceito sob a forma: *formação econômico-social*.

la conciencia de los hombres: al intercambiar productos, los hombres establecen relaciones de producción, incluso sin tener conciencia de que existe en ello una relación social de producción) permitió en el acto observar la repetición y la regularidad y sintetizar los regímenes de los distintos países en un solo concepto fundamental de *formación social*. Esta síntesis es la única que hizo posible pasar de la descripción de los fenómenos sociales (y de su valoración desde el punto de vista ideal) a su análisis estrictamente científico, que destaca, pongamos por caso, lo que diferencia a un país capitalista de otro y estudia lo que tienen de común todos ellos.”

Além disso, podemos ver a noção de *formação econômico-social* na primeira obra de fôlego de Lenin: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1898, quando Lenin (1982, p.10-11) contrapõe as teses populistas de artificialidade do capitalismo na Rússia, ressaltando o desenvolvimento tardio no seu país, comparado aos países do Ocidente, mostrando também os diferentes interesses de classe existentes na sociedade russa. Escreve no prefácio da segunda edição a essa obra, em 1907, durante os últimos suspiros da revolução burguesa que se iniciou em 1905:

A revolução está trazendo cada vez mais à luz a dualidade do campesinato, evidente quer do ponto de vista da sua situação, quer do ponto de vista do seu papel. De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corvêia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida”, se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária.

Expondo a base econômica dessas duas tendências no interior do campesinato, Lenin mostra que a luta de classe não estava restrita ao confronto burguesia versus proletariado, mas envolvia o convencimento de outros segmentos sociais. Através da noção de *formação econômico-social* a luta de classe se dá através de frações e classes sociais. Cabe ressaltar que o campesinato, enquanto categoria social vacilava entre as duas classes fundamentais do capitalismo.

No que se refere ao desenvolvimento do capitalismo, Lenin (1982) aponta que:

O processo de especialização que separa diferentes tipos de transformação dos produtos, conduzindo à criação de um número sempre crescente de ramos industriais, manifesta-se também na agricultura: dá origem ao aparecimento de regiões agrícolas especializadas (e a sistemas de economia mercantil), provocando trocas tanto entre os produtos agrícolas e as indústrias quanto entre os diversos produtos agrícolas. Essa especialização da agricultura *mercantil* (e capitalista) que se observa em todos os países capitalistas e se expressa na divisão internacional do trabalho, também ocorre na Rússia posterior à reforma. (p.14).

Entendendo que a lógica do capital é a mesma no campo e na cidade, Lenin, ao trabalhar com a noção de *formação econômico-social*, apreende as múltiplas determinações da realidade russa do seu tempo. Assim, temas como a questão camponesa, por exemplo, recebe maior atenção em suas análises.

O debate sobre a Rússia

Antes de expormos o debate de Lenin com os *narodniks*⁹, apresentaremos, brevemente, o debate destes com Marx e Engels. Segundo Walicki (1984) o dialogo desse movimento com Marx e Engels não está simplesmente inserido em uma oposição de concepções, mas é preciso entendê-lo dentro do debate socialista europeu que praticamente desconsiderava a questão russa: o problema de um país essencialmente agrário.

Após o interesse de Marx e Engels pela situação russa, ocorre um debate com os populistas russos que de início aponta para um afastamento de posições, mas que, em 1881 tende a uma aproximação. Marx foi convidado, por Vera Zalulitch – neste período representante do populismo-, a se pronunciar com relação à condição histórica da Rússia e sobre a comuna rural. Escreveu então três rascunhos nos quais formulou teoricamente a diferença da situação histórica do Ocidente em relação à Rússia no que diz respeito à passagem ao capitalismo. Na carta convite a Marx, Zalulitch apontou dois caminhos possíveis para a comuna rural: livre de indenizações e de impostos seria capaz de desenvolver os caminhos para o socialismo, ou seja, organizar gradativamente sua produção e a divisão dos produtos em bases coletivas; ou a comuna rural russa estaria condenada à ruína.

Na primeira possibilidade, ao revolucionário socialista russo caberia se dedicar à libertação e desenvolvimento da comuna. Na segunda, o socialista aguardaria o processo de

⁹ Segundo Franco Venturi (1981) a origem deste movimento pode ser encontrado em fins do ano de 1854 e começo de 1855, com a entrada na Universidade de Moscou de Pavel Nikolaevich Rybnikov que organizou um grupo, um pouco disperso, de discussão política e filosófica. De acordo com Walicki (1984) o nascimento do populismo russo clássico data dos anos de 1870, após o debate que se estabeleceu entre os representantes do populismo com Marx e Engels, principalmente após a primeira publicação de *Capital* na Rússia.

ruína da comuna camponesa se dedicando ao trabalho de propaganda entre o operariado urbano, oriundos, em sua maior parte, da decadente comuna. Marx esclareceu¹⁰ à Zalulitch que a base da produção capitalista estava na expropriação dos cultivadores. Entretanto, somente na Inglaterra tal expropriação se completou de modo radical e os países da Europa ocidental seguiam o mesmo caminho.

Nessa perspectiva, para Marx, do ponto de vista histórico, existia um único argumento sério em favor da dissolução da comuna rural: a propriedade comum mais ou menos arcaica existiu em toda a Europa Ocidental e em toda parte desapareceu com o progresso social. E por que na Rússia a comuna não teria a mesma sorte? Nas palavras de Marx (1982a, p.176):

Eu respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta última, sem passar por suas peripécias terríveis.

Desse modo, Marx refutava a idéia que alguns teóricos na Rússia difundiam, liberais e pretensos marxistas, de que *O Capital* oferecia razões para a ruína da comuna rural. Para ele, esse estudo não oferecia razões nem contra e nem a favor da comuna rural. De fato, segundo Fernandes (1982), a comuna camponesa russa estava sendo ameaçada, não por forças históricas, mas pela autocracia russa que a expensas da comuna camponesa sustentava artificialmente o capitalismo por meio dos tributos pagos pelos camponeses.

O movimento *narodnik*, em 1882, estava enfraquecido devido às repressões czaristas. O clima na Rússia era tenso por causa do atentado contra o czar Alexandre II, que resultou em sua morte. Seu sucessor, Nicolau II, intimidado por essa situação se recusava a deixar seus aposentos. Nesse momento, Marx e Engels (1998, p.73) consideraram a Rússia como vanguarda do movimento revolucionário europeu, aceitando a possibilidade da passagem direta ao socialismo - tese *narodnik* -, mas acrescentaram: desde que fosse acompanhada pela revolução no Ocidente.

O *Manifesto Comunista* tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa.

¹⁰ Essa carta ficou nas mãos de Plekhanov (nasceu em 1856, na juventude participou do movimento *narodnik*, mas tarde rompeu com essa tradição, fundador, entre outros, do Partido Operário Social Democrata da Rússia, considerado o pai do marxismo russo. Morreu em 1918) sendo descoberta somente após a revolução de 1917 e foi publicada em 1924. É provável que Lenin nem tenha lido a carta.

Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a *obshchina* russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária do Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderia servir de ponto de partida para uma evolução comunista.

Em 1883, Marx morreu em Londres no dia 14 de março, a partir disso Engels manteve sozinho o debate com os teóricos russos. Segundo Fernandes (1982), naquele ano, por entenderem que a Rússia desde 1861 seguia os caminhos de desenvolvimento capitalista, Plekhanov e Zasulitch romperam com o movimento *narodnik*.

Em 1885, a correspondência entre Zasulitch e Engels, marcou uma nova fase da controvérsia estabelecida desde 1874. Engels reconheceu o grupo de Plekhanov e Zasulitch, “A Libertação do Trabalho”, como marxista. Junto a essas cartas Zasulitch enviou à Engels o livro de Plekhanov *Nossas Diferenças*, onde este autor explicava as razões de seu rompimento com o populismo russo e justificava a adoção do marxismo. Engels, em resposta, admitiu que descartar definitivamente o movimento populista seria um equívoco, pois este carregava um alto potencial revolucionário, mas se deflagrassem a revolução não conseguiriam controlá-la.

Para Fernandes (1982), essa nova fase da controvérsia foi verificada através das correspondências entre Engels e Danielson nos anos de 1891 a 1893, pois ambos estavam de acordo com relação à penetração do capitalismo na Rússia, mas divergiam no que diz respeito às características desse desenvolvimento. Danielson defendia a tese *narodnik* da especificidade da situação russa, refutou assim, comparações com os países do Ocidente.

Analisando a Rússia, Engels (1982a, p.219) ilustrou a situação da agricultura: se antes a produção em pequena escala era normal e a grande empresa agrícola uma exceção, “[...] atualmente a enorme empresa agrícola mecanizada torna-se a regra e assume cada vez mais o caráter de única forma possível de produção agrícola. Assim, o campesinato de hoje está condenado à ruína”. Inclusive os senhores de terra, os grandes proprietários, passavam por esse processo de desintegração, muito endividados e aos poucos forçados a vender seus bens. “Entre os camponeses e os antigos senhores parece crescer uma nova classe de proprietários de terra, a classe dos *kulaks* rurais e dos burgueses urbanos”

Todo esse processo que se desenvolvia na Rússia, Engels entendeu como uma etapa necessária para o “desenvolvimento da humanidade”. Danielson (1982a, p. 226) ao estudar os

fatos que caracterizavam a situação econômica de seu país, observou a industrialização forçada ganhar *status* de desenvolvimento em detrimento de parcela do povo russo, e que a produção camponesa era deixada de lado. Assim, considerou que talvez essa etapa não fosse na Rússia o caminho para o “desenvolvimento da humanidade”. Indagou se a indústria moderna poderia existir somente sob as bases do capitalismo.

Assistimos à luta entre dois tipos de produção: a camponesa, cujo desenvolvimento é deliberadamente contido, mas que tem todas as chances de estender raízes mais profundas, e, conseqüentemente, ser mais duradoura; e esta outra puramente artificial, cultivada como uma estufa, desenvolvida à custa do campesinato, ou seja, a maioria do povo, e à qual, apesar de tudo, continuamos a *apoiar e a proteger*.

Engels (1982b, p. 230) considerou que suas análises e as de Danielson com relação à situação econômica da Rússia e sua significação, não divergiam, mas avaliou que as considerações de seu interlocutor foram influenciadas pelas suas expectativas.

Concluo de sua carta que concorda comigo quanto aos fatos em si. Se eles nos agradam ou não, é um outro assunto, pois, agradem-nos ou não, os fatos continuam a ser fatos. Quanto mais nos desvencilharmos de nossas simpatias e aversões em nossa análise, tanto melhor poderemos avaliar os próprios fatos e suas conseqüências.

Danielson (1982b), por sua vez, compreendia que a sobrevivência e desenvolvimento da comuna agrária enquanto uma alternativa era um fato que não contava com perspectivas práticas. Neste aspecto, Engels (1982b, p.230) ressaltou que a Rússia poderia seguir dois caminhos:

[...] ou desenvolver a comuna segundo uma forma de produção da qual as condições não estavam maduras, nem mesmo no Ocidente – evidentemente uma tarefa impossível – ou então desenvolver o capitalismo. O que lhe restou senão a segunda alternativa?

Enfim, as posições de Marx e Engels sobre a questão camponesa diferiam em alguns aspectos. Engels via na comuna russa o ponto de apoio da autocracia russa e que a revolução socialista deveria ocorrer primeiramente no Ocidente enfatizando a objetividade das leis do desenvolvimento capitalista, enquanto Marx chegou a tangenciar uma reflexão de uma possível revolução russa edificada na comuna agrária. Com a morte de Marx em meio ao debate com os populistas, a postura de Engels tomou força entre os marxistas russos.

Segundo Walicki (1984, p.57) os populistas, considerando as reflexões de Marx n’*O Capital*, não se colocaram como simples opositores ao marxismo, mas sofreram influências dessa corrente:

A maior influência na formação da imagem populista do capitalismo não foi exercida tanto pela experiência direta do capitalismo, tal como existia na Rússia ou no Ocidente, mas sobretudo pela análise marxista da acumulação primitiva na Inglaterra, e pela sua conclusão de que a expropriação dos camponeses é condição necessária para o desenvolvimento capitalista.

No entanto, de acordo com esse autor, mesmo não concordando com tal perspectiva de desenvolvimento, os populistas não elaboraram outra teoria para o capitalismo. Pautaram-se simplesmente em impedir esse desenvolvimento na busca da defesa dos valores humanos respaldados no campesinato.

A atuação *narodnik*

Era flagrante o estado de subjugação aos quais os camponeses estavam submetidos e, logo após a reforma de 1861, os *narodniks* ou populistas russos, começaram a denunciar tal situação. A partir da divulgação de suas idéias, surgiu um movimento social chamado *Khosdenie u narod*, que significa “ir ao povo”. No debate com autores do Ocidente, entre eles Marx e Engels, a questão da situação histórica da Rússia, como vimos, ficou reduzida ao tema do capitalismo. A juventude revolucionária russa, respaldada pelo pensamento *narodnik*, recusava o desenvolvimento do capitalismo. A campanha “Ir ao Povo” realizada entre 1873 e 1874, mobilizou milhares de jovens universitários que foram ao campo viver como camponeses e organizá-los para a revolução, buscando os meios de transformação em uma atividade social, um movimento de intensa dedicação de seus participantes.

No entanto, este movimento não teve uma inserção efetiva no campo, posto que em muitas ocasiões seus militantes foram recebidos com desconfiança nas aldeias e denunciados para a polícia do czar, o que de certa forma, facilitou a repressão do Estado. Acreditavam que, somente através do elemento externo poderiam conduzir o pobre *mujiqe* à luta contra o czarismo. Não perceberam que este camponês lutava pela terra apenas de acordo com a sobrevivência, e que era preciso para uma luta contundente fazê-los entender as determinações às quais estavam submetidos.

Deste movimento surgiu à organização “Terra e Liberdade” que, ao final da década de 1870, estava cindido devido as divergências internas e por conta da repressão policial, e a fração predominante inverteu a tática *narodnik* de “ir ao povo”, passando ao ataque direto contra o Estado. Por meio do terrorismo, tendo como objetivo investir contra o czar e as

demais figuras do governo. Assim, organizaram-se através de um Comitê Executivo em “A Vontade do Povo” e, em 1º de março de 1881, assassinaram o czar Alexandre II, que governava a Rússia desde 1855.

Com a cisão da organização “Terra e Liberdade”, a ala minoritária se organizou como “A Partilha Negra”, mas não conseguiu atuar na ilegalidade e seu núcleo dirigente emigrou para o exílio em Genebra. Além disso, a partir de 1883, um grupo rompeu com a tradição *narodnik*, entre eles Plekhanov e Zaslitch, organizando o primeiro círculo de marxistas. Para Fernandes (1982, p.34),

O contraste entre os dois movimentos de maior repercussão da história dos *narodniki*, a campanha “Ir ao Povo” e a escalada terrorista, ilustra o drama político que lhes foi característico: a dificuldade de reunir em um só programa a atividade crítica da ordem social, feita a nível das organizações populares, e a luta política no sentido mais restrito, que se faz a nível de Estado. Entre as aldeias camponesas e as intrigas palacianas existia uma distância que afetava não só a capacidade organizativa do movimento, mas também a sua própria imaginação teórica.

Para este autor, o dilema prático nas concepções dos *narodniks*, oscilava entre concepções libertárias, particularmente Bakunin¹¹ e Kropotkin¹², que confrontavam Povo-Nação ao Estado e projetava no *mir*¹³ o ideal de autogoverno para toda a Rússia, e concepções autoritárias, principalmente Tkatchov¹⁴, de um governo revolucionário assistido por um partido disciplinado capaz de conduzir o Povo-Nação através das transformações necessárias para a conquista de seus direitos. Essas concepções foram difundidas no final da década de 1860, mas estavam presentes durante toda a existência desse movimento. A primeira concepção predominou durante a campanha “Ir ao Povo” e a segunda na fase terrorista.

Segundo Netto (1982), a tradição político-cultural *narodnik* nos anos 60/70 do século XIX teve importante papel no quadro teórico-ideológico e político da Rússia. Porém, quando as transformações econômico-sociais desse país apontavam claramente para a via capitalista, a ideologia populista não superou o seu caráter romântico.

De acordo com Fernandes (1982), as décadas de 1880 e 1890 foram de declínio do movimento socialista na Rússia. Após o assassinato do czar, os dirigentes de “A Vontade do Povo”, foram executados e outros pequenos grupos que tentaram retomar essa luta seguiram o

¹¹ Bakunin, nascido em 1814, achava que o homem era bom por natureza, mas era corrompido pela existência de instituições estatais. Foi opositor às idéias de Marx, classificando-o como autoritário. Morreu em 1876.

¹² Kropotkin, nasceu em 1842, foi escritor, filósofo e militante anarquista russo. Morreu em 1921.

¹³ Segundo Wolf (1984) o *mir*, era uma forma de organização social. O termo *mir* significou, há um tempo, comuna e universo, além de ser comparável ao grego *kosmos*.

¹⁴ Tkatchov nasceu em 1844, foi um dos líderes do movimento estudantil entre 1868 e 1869. Morreu em 1886.

mesmo caminho. Os reinados de Alexandre III (1881-1894) e de Nicolau II (1894-1917) foram marcados pelo endurecimento de medidas repressivas. No período de estagnação da ação política populista, o governo adotou programas de industrialização no país, mas a Rússia ainda continuou sendo um país de base notadamente agrária.

É importante considerar a relevância do movimento populista na Rússia, visto que suas táticas de atuação, em um cenário no qual a repressão política era constante, refletiram na organização marxista que se formou nesse país. Os meios postos em prática, no entanto, eram respaldados pela doce ilusão de que a revolução viria através do campesinato. Consoante Rosenberg (1989, p.61):

O movimento “nacional popular” formou o tipo de revolucionário russo profissional, que não via sentido na vida de fora da revolução e que se dedicava até a morte ao povo. Contudo, um imenso abismo o separava do mujique. A maior qualidade dos “nacional-populares”, mas tarde chamados de “socialista-revolucionários”, e também dos grupos que lhes eram afins, era o heroísmo revolucionário. O pior defeito: a confusão no que se refere às teorias. Eles não aceitavam que a Rússia não podia continuar como um idílico agrário no meio do mundo capitalista moderno, e não tinham nenhuma resposta para o problema da transformação que a indústria moderna provocaria na Rússia.

De acordo com Linhart (1983, p.61) a tentativa populista de ir a campo trouxe reflexos nas iniciativas, muitas vezes desesperada, de difundir a revolução e em longo prazo na mentalidade do revolucionário russo.

O fracasso, em fins do século XIX, da tentativa de fusão – pelo “populismo” – de uma parte da juventude intelectual russa com a massa camponesa, produziu, em termos imediatos, manifestações de desespero e tentativas niilistas. A longo prazo, o fracasso secretou o veneno de uma ideologia furiosamente anticamponesa em importantes frações da intelectualidade socialista e em muitos dos que se tornariam quadros da Revolução.

No final do século XIX, quando o desenvolvimento da economia mercantil não podia mais ser amenizado, os populistas persistiam na defesa da comuna camponesa como sendo a essência da identidade do povo russo e o caminho da sua redenção. Disso se justifica o fato de lutarem, ao mesmo tempo, contra o regime absolutista e contra o capitalismo que se apresentava com força crescente. A oposição política na Rússia voltou a tomar fôlego no início do século XX.

A questão do desenvolvimento do capitalismo em geral e no campo, em particular

Os primeiros escritos de Lenin se voltam para o debate com os *narodniks*, na intenção de refutar as teses da artificialidade do capitalismo na Rússia. Em 1893 escreve *Novas Orientações Econômicas na Vida Camponesa* (1981a), no qual discorre sobre a entrada da economia mercantil no campo, mostra a situação econômica dos camponeses e refuta as estatísticas russas que apontavam para um bem-estar coletivo, assinalando que as comparações estatísticas devem ser feitas com estruturas homogêneas, ou seja, que se assemelham em sua realidade social. Enfatiza a necessidade de se fazer análises que se pautem mais precisamente no exame minucioso da realidade e não simplesmente em dados.

Segundo Lenin (1981a, p.31), o fruto da terra cultivado pela produção familiar tem um dispêndio maior de energia para se realizar em comparação ao mesmo elemento produzido na agricultura extensiva. No entanto, esses produtos não se enfrentariam naquela realidade, visto que aqui o camponês produz para a sobrevivência. Não basta provar que os produtos das grandes fazendas são mais acessíveis do ponto de vista econômico, já que os produtos da produção familiar são destinados ao consumo do próprio produtor e não ao mercado. Dessa forma, para contrapor a idéia de que a agricultura extensiva irá tomar lugar das pequenas propriedades somente devido ao preço de mercado ressalta:

Destacar el área comercial de la hacienda en su conjunto es muy importante. Los que pesan en *el mercado* interior no son, ni mucho menos, los ingresos generales del productor (por los cuales se determina su prosperidad), sino exclusivamente sus ingresos *en dinero*. El bienestar del productor no significa en modo alguno que posea dinero: el campesino que obtiene de su parcela – aunque la explote dentro de los marcos de la economía natural – todos los productos para abastecer sus necesidades, goza de bienestar, pero no posee dinero; un campesino semiarruinado que solo saca de su parcela una pequeña parte del cereal que necesita y que obtiene el resto (aunque sea en cantidad menor y de peor calidad) mediante “trabajos” ocasionales, no disfruta de bienestar, pero posee recursos monetarios. Está claro, pues, que los razonamientos sobre la importancia de las haciendas campesinas y de su rentabilidad para el mercado no tienen valor alguno si no se basan en los cálculos de la parte en dinero de ese ingreso.

O que o autor quer destacar é que as análises devem ser feitas com base na estrutura social em que essas pequenas propriedades estão imersas. Nas pequenas propriedades, o cultivo quase não dá para o sustento, assim esses pequenos camponeses buscam em formas assalariadas meios para suprir essa pobreza. Os pequenos camponeses precisam vender sua força de trabalho e os donos de grandes extensões de terra precisam comprá-la e é nesse processo que ocorre a desintegração da agricultura familiar como única forma de sustento.

Essa preocupação de Lenin não estará presente somente em seus primeiros escritos, quando analisa os processos de desintegração da pequena agricultura em suas primeiras

formas. Em 1918 Lenin (1980a, p.07) publica *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América*, onde enfatiza a ocorrência de que nem sempre a grande produção é aquela com maior extensão de terra, existindo muitos estabelecimentos pequenos no tamanho, e que podem ser considerados grandes pela intensificação da produção agrícola. Fornece nesse texto uma das principais contribuições acerca da polêmica entre grande e pequena produção camponesa, no qual mostra que as análises das pequenas produções através da extensão do estabelecimento unicamente minimizam os dados estatísticos sobre seu enfraquecimento e eliminação, que o processo de desenvolvimento capitalista no campo executa.

A América confirma, com evidência particular, a verdade ressaltada por Marx no livro III do *Capital*, a saber, que o capitalismo na agricultura não depende das *formas* de propriedade e usufruto da terra. O capital encontra as mais diversas formas de propriedade medieval e patriarcal da terra: a propriedade feudal, a “campesina de nadiel” (isto é, propriedade de camponeses dependentes), a de clã, a comunal, a estatal, etc. O capital faz pesar seu jugo sobre todas estas formas de propriedade fundiária empregando uma variedade de meios e métodos. Para que a estatística agrícola fosse feita de forma inteligente e sensata, seria preciso modificar seus métodos de investigação, seus modos de tabulação, classificação, etc., em função das *formas* de penetração do capitalismo na agricultura, colocando as *homesteads*, por exemplo, numa categoria à parte, e acompanhando seu destino econômico. Infelizmente, a rotina, a repetição estereotipada e sem sentido dos métodos predomina com muita frequência na estatística.

No que diz respeito a extensão da terra, Lenin (1980a, p.20) complementa “[...] a superfície está longe de indicar sempre e de uma forma direta a grandeza efetiva da *exploração* e seu caráter capitalista.”. O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura assume uma enorme diversidade e os dados relativos ao emprego da mão de obra assalariada conseguem mostrar essas diversas peculiaridades. Para Lenin (1980a) é o trabalho assalariado o indicador mais direto do capitalismo na agricultura. E aumentando o emprego de mão de obra, a contradição de classe seguirá o mesmo fluxo.

Segundo o autor (1980b), a propriedade agrária ao começar a se desenvolver não corresponde ao capitalismo. No entanto, o capitalismo cria para si formas correspondentes de relações agrárias, partindo das velhas formas de posse de terra. Na Alemanha a propriedade agrária se processou pela via reformista, as propriedades feudais se adaptaram lentamente se transformando em fazendas de *júnkers*. Na Inglaterra, essa passagem foi revolucionária e violenta. A violência foi empregada sobre as massas camponesas em benefício dos latifundiários. As massas camponesas foram esgotadas com os tributos, expulsas das aldeias, foram se extinguindo ou migraram. E nos Estados Unidos a violência exerceu-se contra os

latifundiários feudais, a grande propriedade agrária se converteu em pequena propriedade burguesa. Com relação às terras livres ocorreu a partilha negra norte americana.

Entendendo que a revolução se assenta nas relações de produção capitalista, Lenin (1983b, p.146-147) nota:

[...] a subordinação de toda a economia social à lei do mercado, ao poder do dinheiro, *continua em vigor* mesmo com a *liberdade* mais completa e a mais completa vitória dos camponeses na sua luta pela *terra*. Lutar pela terra, pela liberdade, é lutar pelas condições da sociedade burguesa, porquanto a dominação do *capital* subsiste mesmo na república mais democrática, qualquer que sejam as condições de entrega “de toda a terra ao povo”.

Para fundamentar essa questão, Lenin (1983b) aponta o exemplo das “terras livres” nos Estados Unidos que Marx analisou. Refere-se à distribuição das terras livres decretado pelo Governo americano na segunda metade do século XIX e início do século XX, principalmente no oeste. A lei *Homestead* concedia a cada cidadão o direito de receber o título gratuito ou a preço muito baixo um lote de terra de até 160 acres, ao fim de cinco anos o lote passava a ser propriedade de seu possuidor. Essa lei acelerou o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos.

No livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1982), de 1898 Lenin debate com os populistas seus principais argumentos relativos à tese da artificialidade.¹⁵ Como vimos, na comunidade rural russa do final do século XIX já se reproduziam claras diferenciações de classe. As famílias mais ricas possuíam mais lotes do que as famílias mais numerosas. Uma parte dos camponeses passava pelo processo de pauperização enquanto uma pequena parcela dos camponeses acumulava propriedade e riqueza. Assim, os camponeses pobres foram trabalhar para os camponeses ricos.

Para os *narodniks*, no entanto, essa diferenciação não acontecia na Rússia. Os populistas negavam a divisão social do trabalho na Rússia ou tentavam amenizar esse processo alegando sua artificialidade. Negando este processo, segundo Lenin (1982, p.15), estavam negando a base do processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo. Assim, Lenin argumenta que este processo da divisão social do trabalho vinha ocorrendo na Rússia desde a reforma de 1861. Nos países onde a economia mercantil é pouco desenvolvida, a economia é quase que totalmente agrícola. O desenvolvimento dessa economia mercantil afasta a população da agricultura, fazendo crescer a população industrial

¹⁵ Nesse ano está exilado na Sibéria e mesmo com as atividades políticas restritas na Rússia pelo czarismo, consegue junto a Plekhanov e outros fundar o Partido Social Democrata Russo (POS DR).

em detrimento da população agrícola. Ou seja, quanto mais desenvolvida for a economia mercantil, menor a população agrícola.

O capitalismo, pois, é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrícola, e todos sabem que esse fenômeno se manifesta na forma mais relevante em todos os países capitalistas.

Para Lenin (1982), além dos *narodniks* omitirem o fato de que a população se deslocava da agricultura para a indústria e a influência desse deslocamento na agricultura, também afirmavam que dentro da produção capitalista ocorreria um estreitamento do mercado interno, pois ao transformar o pequeno produtor em operário assalariado estaria pressuposta a perda dos seus meios de produção e, conseqüentemente, estaria caracterizado seu empobrecimento, reduzindo assim o seu poder de compra.

Lenin (1982) julga esta idéia muito simplista. O pequeno proprietário da terra ao se tornar assalariado via os seus meios de produção em outras mãos: as do capitalista. Caberia, então, a este a produção de mercadorias, que anteriormente eram consumidas pelo próprio produtor. O que efetivamente se observava era a ampliação do mercado interno, pois os produtos que antes não entravam na circulação, no capitalismo passaram a circular.

Na economia natural, a sociedade era composta de uma massa de unidades econômicas homogêneas – cada unidade econômica executava todos os tipos de trabalho. Na economia mercantil apareciam unidades econômicas heterogêneas. Começava a existir a separação entre as indústrias transformativas e extrativas entre manufatura e agricultura e, por conseguinte, agricultura transformava-se em indústria, pois era um ramo da economia que produzia mercadorias. Lenin mostra que a divisão social do trabalho era a base de todo o processo de desenvolvimento do capitalismo e que somente negando essa divisão os populistas mantinham em pé a teoria da artificialidade do capitalismo e de qualquer economia mercantil.

As categorias sociais no campo

Em fins do século XIX e início do século XX, a Rússia era um país que expressa em forma de insurreições, revoltas e greves as contradições de um sistema complexo e polifacetado, no qual operários, camponeses e demais estratos sociais conviviam com um desenvolvimento retardatário do capitalismo junto com as agruras de um governo autocrático.

Dessa forma para reafirmarmos a existências de diversas categorias sociais presentes no campo russo, buscamos as reflexões de Lenin contidas em texto de 1908, no qual se propõe discorrer sobre o problema agrário em fins do século XIX. Seguindo dados estatísticos, Lenin (1981o, p.60) delimita a estrutura social e política russa no quadro de um capitalismo adentrando as estruturas feudais. Afirma que:

[...] los principales propietarios privados en Rusia son los nobles, que poseen una inmensidad de tierra. Pero la tendencia del desarrollo es la de disminución de la propiedad rústica de la nobleza. Crece, y con extraordinaria rapidez, la propiedad no estamental de la tierra. En el período comprendido entre 1877 y 1905 aumentó con la mayor rapidez la propiedad rústica de los “otros estamentos” (ocho veces en 28 años) y, luego, la de los campesinos (más de doble). Por consiguiente, entre los campesinos destacan cada día más elementos sociales que se transforman en propietarios privados de tierra. Es un fecho general. [...]

Nesse caminho, Lenin (1981o, p.61) compreende que o principal elemento a ser considerado é que o desenvolvimento da propriedade privada da terra na Rússia consiste na substituição da propriedade estatal.

[...] A fines del siglo XIX, la propiedad feudal (basada en la servidumbre) de la nobleza seguía abarcando la inmensa mayoría de la propiedad rústica privada, pero es evidente que el desarrollo tiende a crear la propiedad burguesa de la tierra. Disminuye la propiedad privada de tierras heredadas de los mesnaderos, de los señores feudales, de los caballeros al servicio militar o civil del Estado, etc. Aumenta la adquirida simplemente por dinero. Disminuye el poder de la tierra y acrecienta el del dinero. La tierra se va poniendo más y más en circulación mercantil. [...]

Assim Lenin ressalta que a presença do capital no campo, em fins do século XIX, não pode ser desconsiderada, embora houvesse estruturas feudais que sobreviviam a esse processo. A pequena propriedade individual desempenhava insignificante papel na estrutura agrária, diferente do latifúndio, que preservava, em alguns aspectos, relações feudais, principalmente diante do resgate que os camponeses após a “emancipação” de 1861 tiveram que pagar ao Estado. Sem condições de quitar esta dívida, alugavam seus serviços para poderem sobreviver, permanecendo presos aos grandes latifúndios. No entanto Lenin (1981o, p.64-65) discorre que essa diferenciação no seio do campesinato acontecia de forma mais acentuada dentro das terras parcelarias.¹⁶

¹⁶ Neste regime, o camponês é proprietário livre de sua terra, e é ao mesmo tempo seu principal instrumento de produção. Essas terras foram originadas da “emancipação” dos servos em 1861.

[...] Respecto de la posesión de tierras parcelarias, Es preciso señalar un rasgo de suma importancia. La desigualdad existente en su distribución entre los campesinos es incomparablemente menos que en la distribución de la tierra de propiedad privada. En cambio, entre los campesinos poseedores de tierras parcelarias son muchas las diferencias, divisiones y subdivisiones de otro género. Se trata de las diferencias históricas surgidas a lo largo de muchos siglos y persistentes entre las categorías de campesinos. Para mostrarlas de manera palmaria, tomaremos primero los datos globales de toda la Rusia Europea. La estadística de 1905 recoge estas categorías fundamentales: ex siervos señoriales de 6,7 deciatinas de tierra parcelaria por hogar; ex siervos del Estado, 12,5 deciatinas; ex siervos patrimoniales, 9,5; colonos, 20,; censatarios, 3,1; *rezeshi*, 5,3; bashkires y *teptiari*, 28,3; campesinos de Báltico, 36,9, cosacos, 52,7. Estos datos muestran por sí solos que la posesión de tierra parcelaria por los campesinos es de origen puramente medieval. El régimen de la servidumbre subsiste hasta hoy en esa multitud de subdivisiones entre los campesinos.

Não é somente a extensão de terras que diferenciam esses camponeses, mas também os tributos, as condições do resgate, o caráter da posse de terra etc. Aqui são destacadas nove categorias diversas entre os camponeses possuidores de terras parcelarias dentro das estatísticas globais. Mas adiante Lenin (1981o, p.65) destaca a existências de outras subdivisões em uma província:

[...] Tomemos los datos de una sola provincia en vez de las cifras globales de toda a Rusia y veremos lo que significan todas esas subdivisiones. Según las estadísticas de la provincia de Saratov, editadas por el zemstvo provincial, además de las categorías existentes en toda a Rusia, es decir, las ya mencionadas, los investigadores de la provincia dividen a los campesinos en las siguientes categorías: donatarios, propietarios plenos, campesinos del Estado con posesión comunal, quioneros de realengo con posesión reducida (*chévert*), campesinos de realengo que habían sido do señorío, arrendatarios de tierras del fisco, aldeanos propietarios, colonos, campesinos libres, ex siervos fabriles, etc. [...]

O reconhecimento destas subdivisões se torna relevante para entender que em um país onde se avança o capitalismo essas relações feudais se tornam um empecilho. Dessa forma a comunidade rural não protegeria o camponês contra proletarianização e sim se tornaria uma barreira, que os mantinham em pequenas associações e categorias, que vinha perdendo força, seu sentido de ser.

No que diz respeito ao latifúndio, Lenin (1981o, p.72-73) mostra como a propriedade feudal, mesmo que a passos curtos, vinha se transformando em propriedade capitalista. A propriedade feudal em sua estrutura já possuía elementos que serão mantidos no seu desenvolvimento econômico, mas possuía algumas diferenças:

Por lo tanto, el sistema de economía basado en la servidumbre o prestación personal es similar al sistema capitalista en el sentido de que, en ambos, los

trabajadores sólo reciben el producto del trabajo necesario, y entregan sin remuneración el producto del plus trabajo al propietario de los medios de producción. Pero el sistema económico basado en la servidumbre se distingue del capitalista en los tres aspectos siguientes. Primero, la economía feudal es una economía natural, mientras que la economía capitalista es una economía monetaria. Segundo, en la economía feudal el instrumento de explotación es *la adscripción* del trabajador a la gleba, la cesión de una parcela al mismo, mientras que en la economía capitalista el trabajador se libra de la tierra. Para obtener renta (es decir, plusproducto), el terrateniente feudal debe tener en su tierra a un campesino que posea una parcela, aperos y ganado. El campesino sin tierra, sin caballo y sin hacienda no sirve como objeto de explotación feudal. Para obtener renta (ganancia), el capitalista debe tener precisamente a un trabajador sin tierra, sin hacienda, que se vea obligado a vender su fuerza de trabajo en el mercado libre de trabajo. Tercero, el campesino a quien se cede una parcela debe estar en *dependencia personal* del terrateniente, pues, si posee tierra, no trabajará para el señor sino *por coerción*. Este sistema de economía engendra en tal caso la “coerción extraeconómica”, la servidumbre, la dependencia jurídica, la limitación de derecho, etc. Por el contrario, el capitalismo “ideal” implica la más completa libertad de contratación en el mercado libre entre el propietario y el proletario.

Era inegável a existência da exploração feudal e de vestígios de prestação pessoal na economia agrícola da Rússia. No entanto, através de dados estatísticos, Lenin observa que o rendimento das terras dos latifundiários que resguardam o modo de produção feudal são menores que das terras parcelarias. Demonstrando que um dos principais entraves para a agricultura era o pagamento em trabalho e que nenhuma medida assistencialista poderia tirar o camponês da opressão se prolongasse o jugo dos latifundiários e das tradições feudais.

Nas fazendas camponesas o desenvolvimento do capitalismo se apresentava através da diferenciação social que ocorria desde 1861. Este era o ponto central do problema agrário na Rússia, pois é sabido que em torno dessa estrutura social e da comunidade rural se desenvolveu o debate com os populistas. Os populistas sempre ressaltaram o aspecto agrícola e o modo de vida dos camponeses em detrimento de uma análise pautada na ciência política. Acreditavam que existia uma igualdade no seio da comuna rural e que essa poderia sobreviver aos imperativos da economia mercantil.

Dissonante às análises populistas, Lenin (1981o, p.83) mostra que essa igualdade somente existia em comunidades pequenas e estava longe de acontecer nas terras parcelarias.

[...] El mecanismo de la redistribución de tierras crea el igualitarismo de esas pequeñas sociedades cerradas sólo dentro de las pequeñas comunidades. Examinemos estadísticas de los zemtvos referentes a la distribución de la tierra parcelaria entre los hogares. Por supuesto, para ello debemos tomar sin falta como base el agrupamiento de los hogares por su *situación económica* (sembrados, animales de labor, vacas, etc.), y no por el número de familiares ni por el de trabajadores, pues todo el fondo de la evolución capitalista de la

pequena agricultura consiste em que crea y acentúa la desigualdad patrimonial dentro de las sociedades patriarcales y después transforma la simple desigualdad en relaciones capitalistas. Por tanto, velaríamos todas las particularidades de la nueva evolución económica si no nos planteásemos como objetivo estudiar en especial las diferencias existentes en la situación económica en el seno del campesinado.

Lenin ainda mostra que crescia o arrendamento de terras entre os camponeses que não conseguiam sobreviver com a parcela de terra originada da “emancipação”, junto ao resgate que somente seria abolido em 1906. Diante disso, os camponeses que não possuíam possibilidades de ficar na terra, tornaram-se trabalhadores braçais ou diaristas em propriedades rurais mais bem equipadas e pertencentes a sujeitos abastados. A diferenciação no seio do campesinato aos poucos ia se modificando e se adaptando a nova forma de economia na qual temos de um lado os donos do meio de produção e de outro os donos da força de trabalho. De modo geral, para Lenin, o desenvolvimento do capitalismo no campo transformará parte do campesinato numa burguesia rural; o camponês pobre em proletário rural e; o camponês médio ficaria entre esses pólos.

As transformações sociais e o campesinato como força revolucionária vacilante

Neste item trataremos o tema das mudanças sociais, contrapondo a perspectiva de Lenin com a dos *narodniks*. Discorreremos acerca dessa problemática no período que antecede a primeira revolução russa e não colocaremos aqui o debate que se estabelece no seio da social democracia russa sobre as características dessa revolução.

Desde 1861, a maioria dos camponeses raras vezes conseguiu colher mais do que para a própria subsistência. A política de industrialização adotada pelo governo russo adquiriu formas de crise intensa no ano de 1891, quando ocorreu na Rússia um dos verões mais quentes. A seca amarelou os pastos, o gado definhou, os rios secaram, as plantações feitas na estação anterior murcharam. Naquele ano, muitos camponeses morreram de inanição. O czar não ofereceu nenhum apoio aos homens e mulheres do campo. Centenas de milhares de camponeses passaram fome.

Mesmo assim, o governo czarista manteve a política de apoio a industrialização no país, continuando a exportar os cereais provenientes de colheitas anteriores ou comprados das regiões não atingidas pela seca. Em troca, recebia equipamentos modernos para que os industriais russos pudessem competir na economia mundial. Ao fim de 1891, milhões de camponeses abandonaram a terra para procurar melhores formas de subsistência nas cidades.

Entretanto, muitos camponeses morreram nos caminhos, de velhos a crianças. E seus corpos cobriram as estradas...

No livro *Quem são os Amigos do Povo e como eles lutam contra a social democracia* (1981b), de 1894. Lenin discorre uma crítica contra os *narodniks*, principalmente Mikhailovsk¹⁷ e Danielson¹⁸, que tentam contrapor a teoria de Marx. Nosso autor concentra boa parte de suas reflexões para desbancar a tese de Mikhailovsk de que não existe na obra de Marx um texto que explique o que é o materialismo histórico. Nesse caminho Mikhailovsk irá oferecer uma série de incompreensões acerca da teoria de Marx, bem como das reflexões acerca da entrada do capitalismo em solo russo.

Os populistas ao tentarem refutar as idéias de Marx e da social democracia russa, não refletiam sobre as transformações no cenário econômico e social desse país, desconsiderando a nova força política, os operários. Dessa forma, ainda, creditavam todas as esperanças nos camponeses, motivo esse que os faziam ser ferrenhos adversários do materialismo histórico. Os populistas argumentavam contra os marxistas, que estes não consideravam as particularidades da realidade russa em questão, visto que nesse país a maioria da população vivia no campo e, nesse sentido, a teoria marxista, que se originou no contexto da industrialização, não responderia os anseios da população da Rússia.

Travado o debate acerca da lógica do capital, Lenin ainda refutará as teses *narodniks*¹⁹ sobre a revolução socialista. Com relação a uma possível revolução socialista na Rússia, os *narodniks* acreditavam ser a comuna agrária o caminho e o campesinato a essência para tais transformações. Entretanto, Lenin não desconsidera o papel dos camponeses nesse processo, mas concebe somente o proletariado como classe que conduziria tal revolução. Dessa maneira, quando o desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo, assim como os processos de diferenciação no campo não podiam mais ser amenizados nas análises populistas, os *narodniks*, deixaram de “ir ao povo” e se deslocaram para o terrorismo individual. Nesse aspecto, negavam a contraditoriedade do capitalismo, ignorando a necessidade objetiva do seu desenvolvimento e passaram a expressar interesses pequeno-burgueses. De acordo com Gruppi (1979, p.07), “[...] negando a necessidade do

¹⁷ Mikhailovski (1842-1904), reconhecido como intelectual *narodnik*, suas obras mostravam as tensões internas desse pensamento.

¹⁸ Danielson (1844-1918), escritor e economista russo representante das idéias populistas.

¹⁹ No final do século XIX o movimento *narodnik* perde força no cenário político, ressurgindo no fim de 1901 e início de 1902 através do partido socialista revolucionário, de caráter pequeno-burguês. Basicamente reivindicavam a liquidação da propriedade latifundiária da terra.

desenvolvimento capitalista e a necessidade de suas contradições, terminam por embelezar o próprio capitalismo”.

Por meio do mascaramento do desenvolvimento mercantil na agricultura russa, os *narodniks* projetaram suas esperanças na comuna rural, ou seja, na pequena propriedade. Lenin (1982) demonstra que a pequena produção familiar se encontrava num processo de desintegração, resultado de contradições existentes no campesinato, criando uma diferenciação entre dois principais grupos: a burguesia rural ou campesinato rico e proletariado rural – campesinato pobre e camponeses sem-terra.

Kaustky, em 1898, escreveu *A questão agrária* onde apontou estruturas mercantis presentes na agricultura européia e, entre outros pontos, o processo de proletarização do camponês - processo esse que também encontramos nas análises de Lenin -, demonstrou que a agricultura familiar sofria influências dos mercados, tornando-se indústria agrícola. De maneira geral, a economia camponesa para Kautsky (1968) estava condenada à ruína. Assim posto, podemos observar que os processos apontados por este autor, se desenvolviam também na Rússia, conforme vimos em Lenin. Dessa forma - contrapondo à alternativa *narodnik* projetada na comuna rural -, esses autores argumentaram que o desenvolvimento racional da agricultura no capitalismo se colocava na grande produção agrícola.

A lógica do capital de separação entre possuidores de capital e possuidores unicamente de mão de obra se estendia aos poucos no campo. A existência mesmo que precária de pequenas produções escondia esse processo e por fim a embelezava. O pequeno produtor aos poucos se assalariava para conseguir sobreviver, no entanto, as formas de dominação e subjugação impostas pelo czarismo atravancavam o arraigamento do capitalismo no campo russo. Naquela realidade era preciso compreender os processos de desenvolvimento das formas de produção para que se apreendessem as forças sociais transformadoras. Nesse sentido, os *narodniks* ao projetarem suas expectativas, somente, na comuna rural, colocavam nas mãos dos camponeses a tarefa de transpor os limites do czarismo e suplantam o sistema de opressão.

O camponês russo, ao longo de sua história, enfrentou diversas formas de subjugação. No geral, inserido no contexto de pouca diferenciação econômica buscou suprir as necessidades imediatas de vivência. Para ele a terra sentida como um bem divino representava o sustento da família. Com a entrada da economia mercantil a partir das reformas de 1861, aos poucos a subjetividade desse camponês irá mudar, contudo não o suficiente para perceberem as determinações que os empurravam cada vez mais para miséria. Suas revoltas

ficavam apenas na esfera econômica, o que, de certa forma, incitou as revoluções em território russo, uma vez que a composição social agrária constituía a maior parte. Lenin irá refletir sobre a particularidade russa através do materialismo histórico e formular a aliança política do operário com o camponês.

A questão da aliança operário-camponesa

Em fevereiro de 1901, Lenin, escreve *O Partido Operário e os Camponeses*, onde analisa os processos desenvolvidos na Rússia após o ano de 1861. Neste texto, o autor mostra que os camponeses continuavam a ser o estrato social mais baixo e que não dispunham de nenhuma espécie de liberdade. Para Lenin (1984a, p.30), os 40 anos pós reforma:

[...] constituem um só processo de descampesinação, um processo de lenta e dolorosa extinção [...] o camponês foi reduzido a um nível de vida miserável: vivia juntamente com o gado, vestia-se de farrapos, alimentava-se de ervas; o camponês fugia de seu lote desde que houvesse para onde fugir, *pagava* mesmo para *se desfazer* do lote, pagando a quem concordasse em ficar com o lote, os pagamentos pelo qual excediam o seu rendimento. Os camponeses passavam fome cronicamente e morriam às dezenas de milhares de fome e de epidemias em tempos de más colheitas, que se repetiam cada vez mais freqüentemente.

O autor aponta que o pequeno camponês só escaparia ao jugo do capital se a aliança política se estabelecesse junto ao movimento operário, ajudando o operariado na luta pelo socialismo e pela transformação dos meios de produção em propriedade social. Caberia a social-democracia levar a luta de classes ao campo, apontando as contradições existentes, incluindo em seu programa reivindicações dos camponeses e acabando com os vestígios da servidão.

Demonstrando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lenin, observa ainda, que havia duas espécies de contradições de classe no campo: entre os operários rurais e os empresários rurais, que se desenvolvia e crescia, apontando que os meios de produção no campo também tendiam a ficar nas mãos de poucos; e, entre todo o campesinato e toda a classe de latifundiários, que enfraquecia gradualmente, mas que tinha um significado maior na empreitada dos social-democratas, pois os operários rurais estavam fortemente ligados ao campesinato e sentiam os infortúnios de todos os camponeses. Esses infortúnios, segundo Lenin (1984a, p.32),

[...] decorrem precisamente da opressão de classe do campesinato, que o governo é um leal defensor das classes opressoras, que não é a sua ajuda, mas a libertação do seu jugo, a conquista da liberdade política, que devem procurar aqueles que sincera e seriamente desejam uma melhoria radical da situação dos camponeses.

Para Lenin (1984a), o que fazia o camponês subjugado era a tutela do Estado. Para escapar a tal jugo, o autor aponta algumas reivindicações que a social-democracia deveria promover: imediata e total abolição dos pagamentos de resgate e tributos em espécie; devolver ao povo os milhões que o governo extorquiu; devolver aos camponeses os cortes; formar comitês camponeses; e formação de tribunais para, entre outras, reduzir o alto custo do pagamento da terra. Na Rússia em questão, os camponeses não possuíam *liberdade* e nem *igualdade*, conquistas da sociedade burguesa. Daí precisarem desenvolver a consciência política e a social-democracia deveria estar à frente nessa empreitada. Para isso Lenin (1984a, p.33), indica que, para libertar o campo da dependência do Estado, seria necessária “a convocação de representantes populares e a derrubada do despotismo dos funcionários”, acrescentando mais adiante que:

[...] o campesinato precisa acima de tudo da libertação do arbítrio e da opressão do poder dos funcionários, precisa acima de tudo do reconhecimento da sua plena e absoluta igualdade de direitos em todos os aspectos com todos os outros estratos sociais, da plena liberdade de movimento e de mudança de local de residência, da liberdade de dispor da terra, da liberdade de tratar de todos os assuntos da comunidade e de dispor dos rendimentos da comunidade.

Os camponeses e operários da Rússia só possuíam a liberdade civil, ainda que restrita. Diante deste fato a preocupação de Lenin (1984a) se colocava em reforçar a idéia das conquistas das liberdades pregadas pela revolução burguesa, que deveriam compor o primeiro passo se vislumbrada a revolução socialista. O partido deveria voltar suas preocupações para o campesinato, pois esse estrato da população vivia em condições semi-serviis constituindo grande parte da população russa e não possuíam autonomia para se organizarem, visto que não tinham consciência de suas condições. Assim, caberia ao partido levar essa consciência ao campo sem deixar de lado sua luta maior: a revolução socialista.

No entanto, a social-democracia não deveria se desviar dos seus ideais da cidade para chegar ao campo. Partindo das condições objetivas da realidade rural, Lenin buscou encampar o segmento social camponês nas suas análises, mas compreendia que sua esfera de atuação não transpunha a componente econômica ou sindical. Por isso o elemento de organização da massa camponesa tinha que vir de fora.

Em 1902, os camponeses ergueram-se contra os latifundiários para exigir uma nova divisão de terras. Como forma de pressão, os cereais semeados e colhidos foram dados aos famintos. A reação do czar veio brutalmente e estes foram considerados ladrões e foram açoitados até a morte. Suas mulheres e filhas foram violentadas. Ao fim dessa revolta, os camponeses foram julgados por um tribunal de funcionários e obrigados a pagar em benefício uma alta quantia. Neste tribunal nem foi citado o massacre promovido contra esses trabalhadores.

Desse triste episódio Lenin (1981c) concluiu que, de fato, a causa camponesa era justa, mas foi derrotada porque não foi preparada, os proletários do campo ainda não estavam unidos aos proletários da cidade. O que nos permite perceber o *espontaneísmo* das massas camponesas daquele período, se considerarmos sua atuação impulsiva. Os camponeses se ergueram sem consciência porque não aguentavam mais a opressão e não queriam morrer mudos. Lenin (1981c) indica três causas do insucesso camponês: a insurreição não foi consciente e nem preparada; não abarcou toda a Rússia; e não foi feita em união com os operários da cidade. Nesse sentido, os camponeses não perceberam também que, além do clero, todos os funcionários do governo, os soldados e o próprio czar agiam em defesa dos interesses da classe dominante.

Para que uma insurreição fosse consciente, segundo Lenin (1981c), era indispensável levar informações a todo o povo, com acesso à educação. Era necessário que os social-democratas pouco a pouco levassem sua doutrina ao campo, explicassem primeiramente às pessoas de confiança em pequenas reuniões, para que estas divulgassem posteriormente a doutrina. Os pobres do campo eram, para os social-democratas, força essencial na luta contra a burguesia rural e depois contra toda a burguesia russa.

As lutas dos operários industriais e as greves se alastraram por toda a Rússia e chegaram ao campo. Antes, somente os estudantes se rebelavam e naquele momento milhares de trabalhadores lutavam contra patrões, donos de fábricas e, enfim, contra o capitalismo. Os operários lutaram contra os capitalistas reivindicando melhores condições de trabalho, como também escolas, hospitais e moradia. Contra isso, a repressão acontecia por parte de policiais e do governo, através de leis o governo proibia as folgas e reuniões entre os operários. Entretanto, nem as perseguições, a prisão, a deportação ou o presídio intimidavam os operários, assim como diziam, de acordo com Lenin (1981c, p.139), “Nuestra causa es justa. Luchamos por la libertad y la felicidad de todos los que trabajan” . Ainda neste texto, Lenin, explica aos camponeses o que faziam estes operários e o que buscavam: “[...] es necesario

que los pobres del campo comprendan con claridad quienes son estos socialdemócratas, que quieren y como se debe actuar en el campo para ayudarles a conquistar la felicidad del pueblo.”

Desse modo, Lenin (1981c) aponta aos pobres do campo o que era a luta de classes, considerando que, antes da abolição da servidão, existia a luta de toda a massa camponesa contra a classe dos latifundiários. Completando também, afirma que, naquela época em que a riqueza na Rússia aumentou, mas nas mãos de poucos, surgiu uma nova luta de classes: a luta do proletariado contra a burguesia, forçando os operários a iniciaram uma nova grande luta: de todos os pobres contra todos ricos, unindo-se em torno do partido social-democrata, preparando-se para a grande luta final e exigindo, em primeiro lugar, a liberdade política para todo o povo russo.

A organização do POSDR – que naquele momento existia clandestinamente, devido às perseguições do governo – era fruto das reivindicações e ambições dos operários junto com socialistas e intelectuais – pessoas de instrução – editando jornais e livros e organizando associações clandestinas. O objetivo dos social-democratas russos, neste aspecto, consistia em, antes de tudo, alcançar a liberdade política. Em 1898, esse grupo constituiu o POSDR, mas, logo após iniciada suas atividades, ocorreram uma série de prisões e, segundo Gruppi (1979, p.19), sua constituição efetiva se processou precisamente após a sua formação:

Tratava-se, naquele momento, de vencer o espírito de grupo, o particularismo, a discussão doutrinária abstrata e o limite de lutas reivindicativas de categorias e regiões, a fim de emprestar a todo o movimento uma linha geral, politicamente definida, teoricamente fundamentada.

Para isso, percebe-se que Lenin não abriria mão da elaboração do programa do partido e da fundação de um jornal para a Rússia. O programa era uma ferramenta para a atuação unitária e coerente do partido político, enquanto que a imprensa sua porta voz - na Rússia institui-se o jornal *Iskra* (Centelha) e a revista *Zariá* (Aurora). Lenin entendia que não existiam meios de libertar de repente os pobres da cidade e do campo da necessidade de trabalhar para os ricos, mas era preciso que o povo trabalhador só confie nele mesmo. E para se libertarem os operários deveriam se unir em toda a Rússia em um único partido. Isto ficava difícil em um governo autocrático policial. Por isso, de acordo com Lenin (1981c, p.145), os operários precisam da liberdade política:

La libertad política no liberará inmediatamente al pueblo obrero de la miseria, pero proporcionará a los obreros el arma para luchar contra elle. No

hay ni puede haber otro medio de lucha contra la miseria que la unión de los obreros mismos. Pero sin libertad política será imposible que se unan los millones de hombres del pueblo.

Neste aspecto, Lenin (1981c) aponta que o camponês ainda era um semi-servo, pois tinha a sua liberdade restrita, possuía apenas a liberdade civil, não podiam participar, nem camponeses e nem operários, da organização do Estado. O povo russo não possuía a liberdade política (liberdade de eleger, de se organizar e de escrever) que já havia sido conquistada em toda a Europa, exceto Rússia e Turquia – nestes países, os social-democratas viviam na ilegalidade. O autor entendia que os assuntos referentes à organização do Estado deveriam passar pela Duma (parlamento) eleita pelo próprio povo.

No campo, Lenin (1981c) mostrou a desigualdade na distribuição de terra: no total de terras da Rússia européia, excluindo-se as terras do Estado, uma família camponesa (terras em lote) possuía um terreno dezesseis vezes menor do que uma família de propriedade privada, mas o maior latifundiário da Rússia era o czar e sua família tinha mais terras que meio milhão de famílias camponesas. Assim, Lenin (1981c) caracterizou a necessidade de distinguir com quem deveria ser feita a aliança camponesa-operária e quais os setores do campo que deveriam se unir nessa empreitada.

Para o autor, a luta seria contra toda classe latifundiária, ao distinguir diferentes camponeses, ricos e pobres, e apontar a existência de operários agrícolas no campo. Essa luta deveria ser devidamente respaldada e o *mir* que era a comunidade camponesa não serviria para a organização do camponês pobre, pois inexistia a luta contra os que viviam do trabalho alheio. O *mir* fora uma força quando era rara a existência de assalariados agrícolas. Na comunidade rural, quem tinha dinheiro tinha força. Ou seja, o camponês pobre, que vivia em condições muito precárias de subsistência, não vivia da terra, nem da exploração agrícola, mas da troca do seu trabalho por um salário, o que o aproximava do operariado do campo. Esses camponeses, mesmo com um pedaço de terra, tornar-se-iam semiproletários, trabalhando para outro proprietário ou, em alguns períodos do ano, na construção de estruturas para a cidade. Já o camponês médio não estava em melhor situação e tampouco conseguiam ser patrões ou operários.

Em debate com os *socialistas revolucionários*, Lenin (1981c) apontou que estes não viam diferenças de classe entre o proletariado e o campesinato e rejeitavam o papel dirigente do proletariado na revolução. Junto com a burguesia, segundo o autor, diziam que o que o camponês mais precisava era de cooperativas. Para refutar tal argumentação, Lenin deu o exemplo da Alemanha, apontando que neste país as cooperativas já existiam e que

beneficiavam somente os ricos, comparando-as às loterias, pois, como nas loterias, nas cooperativas um ou outro conseguia ascender economicamente, e se feitas com o auxílio da burguesia certamente privilegiaria esse setor.

A burguesia queria que o pequeno e médio camponês seguisse os ricos, com a idéia de que com a diligência individual ficariam ricos. De fato, de acordo com Lenin (1981c), a burguesia não queria a união do camponês com o proletariado. Já os socialistas revolucionários, afirmavam que a pequena exploração era mais vantajosa e, por isso, existiam pequenos proprietários na agricultura quando, na verdade, os grandes latifúndios ficavam nas mãos de poucos e a pequena propriedade resistia, a duras penas, no quadro do desenvolvimento do capitalismo.

A luta a se empreender na Rússia deveria contar com a aliança operário-camponesa, mas deveria se respaldar nas especificidades das categorias sociais presentes no campo. Com relação aos camponeses eles precisariam do auxílio dos operários para tomarem consciência de sua condição e saírem da qualidade de semi-servos. Os pobres do campo deveriam se unir com os operários da cidade contra a burguesia e os camponeses ricos. No entanto, na Rússia todos os camponeses ricos (não eram necessariamente latifundiários) constituíam um estado social inferior, eram explorados – chamados de *tchiorni*, que significa negro – tanto ricos como pobres eram sujeitos a tributos, reduzidos à servidão pelos funcionários policiais e pelos chefes dos *zemstvos*. E todos os camponeses queriam libertar-se desta condição. Na luta contra a falta de direitos e as condições servis os pobres do campo deveriam unir-se juntamente com os camponeses ricos. Dessa maneira Lenin (1981c) indicou que todos os operários e pobres do campo deveriam travar uma luta em duas frentes. Na primeira contra os burgueses em aliança com todos operários na segunda frente contra os funcionários das aldeias, contra os latifundiários feudais em aliança com todos os camponeses.

No entanto, para o autor, os pobres do campo deveriam ter sua própria união separadamente dos camponeses ricos, pois estes últimos poderiam querer se transformar em latifundiários, deixando para trás os pobres do campo. Dessa forma, em primeiro lugar deveriam derrubar os latifundiários e para isso os camponeses ricos e partidários da burguesia estariam do seu lado, mas era preciso uma aliança bem sólida com o operário da cidade, pois ao diminuir a força dos latifundiários, os camponeses ricos poderiam se voltar contra os pobres do campo. Seria apenas uma aliança temporária para acabar com os traços da servidão, existentes ainda na Rússia.

Em 26 de Fevereiro de 1903, o czar promulgou uma lei com a abolição da caução solidária, no entanto o camponês ainda estava sendo tutelado com essa lei, somente os nobres, negociantes e pequenos burgueses poderiam dispor livremente da terra. Para Lenin (1981c) no quadro social apresentado pela Rússia só o socialismo libertaria qualquer pobre de toda a subjugação. Para isso tarefa ordinária para o partido seria livrar o camponês da subjugação feudal e isso aconteceria de duas maneiras, através de: tribunais livremente eleitos constituídos pelos diferentes segmentos da sociedade; e comitês camponeses livremente eleitos.

No debate existente acerca das conquistas dos direitos dos camponeses, encontramos duas formas de se compreender essa iniciativa. Uma é defendida pelos social-revolucionários (populistas) e outra pelos social-democratas. Segundo Lenin (1981c), os socialistas revolucionários queriam reforçar o *mir* e os social-democratas buscavam uma organização apenas dos pobres do campo em união com o proletário do campo e com o proletário da cidade. Lenin ressaltou que antes de se lutar pelo programa máximo (o socialismo) a primeira luta a travar seria para a conquista de liberdade política. A social democracia apoiaria todo o movimento revolucionário e de oposição contra o regime social e político existente na Rússia. Mas continuaria inflexível do ponto de vista de classe.

Cisão no partido

A constituição do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR) data de 1898 durante a “estada” de Lenin na Sibéria. As articulações para a sua formação, no entanto, começam já em fins da década de 1880. Originadas, as reflexões, a partir do debate que se estabeleceu entre Marx e Engels com os populistas russos, o partido teve uma formação tardia se comparado aos partidos operários da Europa, reflexo de seu desenvolvimento capitalista tardio.

A perspectiva adotada por Engels de refutação às teses *narodniks*, no debate sobre a Rússia teve reflexo na formação do partido marxista na Rússia. Para Fernandes (1982, p.61), houve alguma resistência na titulação do partido como social-democrata, conforme o exemplo da Social Democracia Alemã, denominação que implicava uma ruptura com a tradição do socialismo russo.

Em termos gerais, a titulação “social-democrata” foi compreendida como abandono da busca de um caminho originalmente russo para o socialismo, e

a integração do movimento em um contexto europeu cujo centro estava no ocidente e cujo modelo institucional era dado pelo primeiro e maior partido marxista, quer dizer, a Social Democracia alemã.

Plekhanov chegou a declarar em 1889 no Congresso de fundação da Segunda Internacional que o partido russo teria uma base proletária, triunfaria como revolução proletária ou não triunfaria. Podemos observar as influências e o resultado dessa polêmica quando em 1903 o POSDR se dividiu em duas frações, mencheviques e bolcheviques.

Após sua fundação Lenin retorna a São Petersburgo, em 1900, logo volta ao exílio devido às perseguições políticas no país e percebe a necessidade de trabalhar pela unificação do POSDR. Junto a Plekhanov, lançou o jornal *Iskra* (Centelha) e, pouco tempo mais tarde, a revista marxista *Zaria* (Aurora).

Em 1903 no II Congresso do Partido Social-Democrata realizado em Bruxelas e Londres, ocorreu a cisão no POSDR que se constituía em 1898, entre *bolcheviques* respaldados pela concepção teórica de Lenin que entendia que a política operária deveria se projetar das fábricas à vida social, se sobrepondo a burguesia na missão de lutar contra o Estado absolutista e pela democracia. E os *mencheviques*, de sua parte, que acreditavam que ao proletariado caberia apenas apoiar a burguesia, mantendo firmes as suas posições sindical-corporativas e não se preocupando com alianças. Essa cisão demonstrou a complexidade da realidade russa, bem como as divergências no seio do partido desde sua formação.

Após esse Congresso, com a vitória dos *bolcheviques*, é implementada a idéia de Lenin de um único jornal do partido para toda a Rússia. Logo após, no entanto, os *bolcheviques* perdem o controle do jornal para os *mencheviques* e então fundam um novo jornal chamado *Vperiod*, passando a chamar os *mencheviques* de *neoisristas*.

Depois da cisão do partido em 1903, Lenin se exclui um tempo da direção do partido e, em 1905, por ocasião da revolução, volta clandestinamente à Rússia. Após a derrota da revolução em 1907, partiu definitivamente para o estrangeiro, onde ficou até 1917.

No período das primeiras tensões revolucionárias, Lenin enfatiza a existência de diversos estratos sociais no campo, refutando mais uma vez a idéia *narodnik* de existência de um camponês desvinculado das estruturas capitalistas, bem como analisará as possíveis alianças políticas a serem feitas no processo de revolução burguesa. Nesse caminho as divergências no seio da social-democracia russa se mostrarão de forma mais acentuada.

Nas considerações sobre o programa agrário do partido, em *Um passo a frente, dois passos atrás*, de 1904, Lenin (1980c) combate as formulas prontas do “marxismo” russo que consideram o proletariado como única classe revolucionária e, portanto, única força para

combater o Estado autocrático. Lenin não discorda da premissa, mas considera ser de fundamental importância se ater às especificidades russas e se voltar ao campesinato como categoria auxiliar desse processo.

Em 1904 a Rússia entra em guerra contra o Japão pela disputa dos territórios da Coreia e da Manchúria, a derrota militar que aconteceu em 1905 foi o marco decisivo da revolução de 1905. Essa guerra trouxera um ônus muito grande para a população, aumentando a fome, o desemprego e junto com as condições precárias de trabalho nas fábricas, fez com que a classe operária se organizasse e desde o final de 1904 realizando greves econômicas.

A conjuntura social e política da Rússia abriram espaço para que se desenvolvesse a primeira revolução no país. Basta saber como caminhar e conduzir uma revolução em um país essencialmente agrário, onde a classe operária se forjava em meio ao mais resistente regime absolutista da Europa, considerada o bastião da contra revolução em fins do século XIX.

CAPÍTULO 2

A REVOLUÇÃO DE 1905-1907 E SEU RECRUDESCIMENTO

A revolução da primeira década do século XX na Rússia teve o caráter democrático-burguês, no sentido de que era ainda preciso na Rússia superar os entraves do feudalismo e estabelecer as condições mínimas democráticas para a superação de um sistema em incipiente estágio de desenvolvimento. Nesse caminho, era preciso entender de forma clara a configuração econômico-social desse país para se pensar as táticas para uma futura revolução socialista.

No período a ser apresentado, Lenin e os *bolcheviques* combaterão as doces ilusões populista acerca do desenvolvimento e entendimento da realidade social, bem como o “marxismo” seco dos mencheviques, que acreditavam, simplesmente, que por se tratar de uma revolução burguesa, esta deveria ser conduzida pela burguesia.

Dessa forma, oferecemos uma análise dos textos de Lenin circunscritos nesse período, tendo sempre em mente a proposta desse trabalho de se entender a realidade camponesa e o papel dos camponeses nas transformações sociais.

Configurações da revolução de 1905-1907

Em janeiro de 1905, as greves operárias se estenderam para as províncias da Rússia, culminando numa ofensiva cruel do czarismo com repressão sangrenta contra operários. No dia 09 mais de 150.000 operários, homens, mulheres e crianças, pacificamente marcharam em direção à residência do czar para lhe entregar uma petição, o imperador em resposta permitiu que uma carnificina sujasse a história de São Petersburgo. A partir desse momento se iniciaria uma luta aberta pela derrubada do czarismo.

Em fevereiro, Nicolau II tornou público um manifesto com o compromisso de uma constituição e de reformas. Essa manobra tinha por objetivo acalmar o movimento da classe operária, mas o efeito foi o oposto, pois as greves se intensificaram. A revolução estava na ordem do dia e as manifestações da cidade contagiaram o campo, tendo ocorrido revoltas camponesas com ocupações de terras. Essas revoltas eram fortemente contidas pelo exército do czar.

Lenin (1981d, p.355) entende que a social-democracia deveria voltar os olhos para o movimento camponês, indicando-lhe tarefa dupla: deveria apoiar esse movimento enquanto se tratar de um movimento democrático revolucionário, mas deveria ser inflexível do ponto de vista de classe, mostrando que os interesses da burguesia camponesa são antagônicos com relação ao proletariado rural.

[...] al mismo tiempo debemos mantenernos inflexiblemente en nuestro punto de vista proletario de clase y organizar al proletariado rural, lo mismo que al urbano y junto con él, en un partido independiente de clase, haciéndole ver que sus intereses son antagónicos con los de la burguesía campesina, debemos llamarlo a luchar por la revolución socialista y hacerle comprender que la opresión y la miseria no se acabarán por que algunas capas de campesinos se conviertan en pequeños burgueses, sino sustituyendo el régimen burgués por el socialista.

A tarefa da social-democracia não seria levar a cabo as transformações socialistas. A tarefa se constituía em eliminar os obstáculos políticos que se opunham ao desenvolvimento do capitalismo. Para isso, Lenin (1981d) assinala a existência de três classes que se distinguiram entre si devido a seus objetivos imediatos e suas metas finais: latifundiários; os camponeses acomodados e parte dos camponeses médios; e o proletariado. E diante dessa situação a tarefa do proletariado deveria ser dupla e nisto consistia toda a dificuldade do programa agrário social-democrata: saber quando e como deveriam agir. Lenin (1981d, p.358) aponta um caminho:

Sólo cabe una solución del problema: junto a la burguesía campesina contra todas las supervivencias de la servidumbre y contra los terratenientes asentados en este régimen; junto al proletariado urbano, contra la burguesía campesina y cualquier otra burguesía, tal es la “línea” del proletariado del campo y de sus ideólogos, los socialdemócratas.

Seria o apoio aos camponeses quando a luta caminhasse para o desenvolvimento e fortalecimento da democracia, mantendo-se neutro quando a luta contra os latifundiários fosse exclusivamente um ajuste de contas entre frações da classe possuidora de terra, indiferente para o proletariado e a democracia.

Buscando referências históricas, Lenin (1981e) compara o movimento social norte americano de 1845 ao da Rússia de 1905. Em 1845/46 a marcha do movimento social norte-americano tinha no problema agrário um dos primeiros obstáculos a ser superado. Semelhante à Rússia de 1905, tratava-se nos Estados Unidos de criar condições iniciais e básicas para um verdadeiro desenvolvimento do capitalismo. Para Lenin esta circunstância foi importante para fazer um paralelo entre a atitude de Marx ante as idéias norte-americanas de uma partilha

negra e a postura dos social-democratas ante o movimento camponês russo e as idéias propagadas pelos socialistas revolucionários.

Nos Estados Unidos alguns reformadores propuseram acabar com a exploração comercial das terras com a distribuição destas para os trabalhadores do campo. Essa partilha negra não considerava alguns aspectos, pois a distribuição igualitária das terras gera alguns problemas, tais como: não se considera a qualidade das terras e não se considera o aumento da população. Para Lenin (1981e), o primeiro problema resulta no fato de que com o tempo os camponeses com terras de melhor qualidade chegariam à condição de subjugar os camponeses com menor rendimento, e esses últimos tornar-se-iam trabalhadores braçais. No segundo ponto não se aprecia a insuficiência de terras para as próximas gerações, pois a terra não aumenta em quantidade e a população sim. Marx, segundo Lenin (1981e), não concordando com as análises desses reformadores entendeu o movimento pela libertação da terra como uma forma de luta inicial, uma luta necessária em algumas conjunturas do movimento operário.

Lenin (1981e, p.64) assemelha as teses dos socialistas-revolucionários com as dos reformadores dos Estados Unidos de 1845, como sendo expressões de um utopismo revolucionário baseadas na incompreensão das bases reais do regime econômico e de seu desenvolvimento capitalista. Para o autor, dentro de suas limitações o movimento camponês russo era revolucionário.

El carácter democrático y revolucionario de este movimiento es indudable, y debemos apoyarlo y desarrollarlo con todas nuestras fuerzas, infundiéndole conciencia política y haciéndole definirse desde el punto de vista de clase; impulsarlo adelante, marchar a su lado, hombro a hombro, hasta el fin, puesto que nosotros vamos mucho más allá de la meta de cualquier movimiento campesino, puesto que marchamos a la supresión definitiva de la división misma de la sociedad en clases.

Para isso, fundamental seria estabelecer as táticas imediatas e possíveis dentro da situação revolucionária russa caracterizando o movimento camponês dentro de suas limitações, encampando reivindicações que fortaleceria o capitalismo russo.

Entre os camponeses existiam elementos pequeno-burgueses e elementos semi-proletários, o que determinava, para Lenin (s/d a), a instabilidade da classe camponesa e obrigava o proletariado a se agrupar em um partido rigorosamente de classe. Esta instabilidade era diferente da instabilidade da burguesia, pois os camponeses estavam interessados, em 1905, no confisco das terras dos grandes proprietários e não na conservação

absoluta da propriedade privada. Isto, no entanto, não significaria que o camponês se tornasse socialista e deixasse de ser pequeno-burguês.

Nesse aspecto, os camponeses estavam vinculados à revolução pela transformação agrária radical, não para acabar com o capitalismo, mas para saírem da condição semi-servil. Para Lenin (s/d a, p. 87) os camponeses, no entanto, também se achavam ligados à revolução democrática por seus interesses gerais e permanentes.

Até mesmo para lutar contra o proletariado, o camponês tem necessidade da democracia, pois só o regime democrático é capaz de exprimir exatamente os seus interesses e de lhe dar preponderância como maioria, como massa. Quanto mais instruído for o camponês [...], mais conseqüente e decidido será em sua luta pela revolução democrática completa, porque não tem medo, como a burguesia, da soberania do povo, pelo contrário, só enxerga nisso vantagens para a sua classe.

Os acontecimentos revolucionários colocaram na ordem do dia o debate da participação da social-democracia num possível governo provisório. Para Lenin (1981f, p. 22-23) seria um governo provisório ligado a futura Assembléia Constituinte.

Si no queremos únicamente arrancar concesiones a la autocracia, sino derrocarla de verdad, debemos tratar de conseguir la sustitución del Gobierno zarista por un gobierno provisional revolucionario que, por untado, convoque la asamblea constituyente, basándola en un auténtico sufragio universal, directo, igual y secreto y, por otro, esté en condiciones de mantener de hecho una verdadera libertad durante las elecciones.

Dessa forma Lenin enfatiza a necessidade de reforçar a revolução democrática burguesa com os estratos sociais provenientes do campo, mas sempre ressaltando a existências de diversas frações de classe e suas limitações dentro do contexto de uma luta maior, incluindo nesse processo a possível participação da social-democracia em instâncias governamentais para conduzir ao desenvolvimento das liberdades democráticas.

Cisão na social democracia frente aos acontecimentos revolucionários de 1905.

Em abril de 1905 realizou-se o III Congresso do POSDR. Neste evento em Londres compareceram apenas *bolcheviques*. No mesmo período foi realizada a Conferência em Genebra dos *mencheviques*. Conferência e Congresso tomaram caminhos muito diferentes e a única concordância foi com relação ao caráter burguês da revolução que se desenvolvia.

Entre junho e julho de 1905 Lenin escreve *Duas Tácticas da Social Democracia na Revolução Democrática*, texto no qual expõe o debate entre *bolcheviques* e *mencheviques*

sobre os possíveis caminhos a seguir, as táticas a assumir frente aos acontecimentos daquele ano. Para Lenin (s/d a, p.72) os camponeses russos eram revolucionários do ponto de vista democrático-burguês, traziam em sua formação o germe de uma nova luta de classes, entre a burguesia camponesa e o proletariado rural, mas não carregavam, dessa maneira, a idéia de socialismo. Para ele, como já dito, o proletariado seria a única classe conseqüentemente revolucionária.

Se na luta pela república e pela democracia, não nos fosse possível apoiarmo-nos nos camponeses, além do apoio no proletariado, então a “manutenção do poder” seria uma causa perdida.

O momento político da Rússia não permitia o avanço para o programa máximo, visto que a revolução que se desenvolvia era democrático-burguesa. Lenin entende esse processo não como duas etapas da revolução, mas como um processo ininterrupto e único, pois em sua concepção tratava-se, em um primeiro momento, de lutar contra a autocracia para a conquista das liberdades burguesas e, depois, se avançar para a luta maior. Dessa forma, mesmo se tratando de uma revolução burguesa, o autor sempre ressalta que operários e camponeses deveriam estar à frente. Nas palavras de Lenin (1981g, p. 233):

Somos partidarios de la revolución ininterrumpida. No nos quedaremos a mitad de camino. Si no prometemos desde ahora e inmediatamente toda clase de “socializaciones”, es precisamente porque conocemos las verdaderas condiciones de esta tarea y, lejos de velar la nueva lucha de clases que madura en el seno del campesinado, la ponemos al descubierto.

Pensando no processo da revolução, Lenin entende que a revolução russa teria maior envergadura quando a burguesia lhe voltasse as costas e a massa camponesa atuasse como força revolucionária junto ao proletariado. O autor esclarece (s/d a, p. 89):

A resolução do Congresso declara: a burguesia é inconseqüente, tratará de nos arrancar as conquistas da revolução. Por isso, preparemo-nos energicamente para o combate, camaradas operários, armemo-nos, e vamos atrair os camponeses para o nosso lado. Não cederemos sem luta nossas conquistas revolucionárias à burguesia egoísta. A resolução dos neo-iskristas caucasianos diz “a burguesia é inconsequente pode voltar as costas à revolução. Por isso, camaradas operários, por favor, não vamos pensar em entrar no governo provisório, pois neste caso a burguesia se afastará, com toda a certeza, e o alcance da revolução será menor.

Assim Lenin explicita que as táticas de *bolcheviques* e *mencheviques* (neo-iskristas caucasianos) eram diametralmente opostas. Lenin (s/d a, p. 123) entende que para a revolução

chegar até seus últimos objetivos, suas conquistas não poderiam cair nas mãos de outra classe que não do proletariado.

O êxito da insurreição camponesa, a vitória da revolução democrática, só farão limpar o caminho para uma luta decidida e verdadeira pelo socialismo, no terreno da república democrática. Os camponeses, como classe possuidora de terras, desempenharão, nesta luta o mesmo papel de traição, de incoseqüência, que agora desempenha a burguesia na luta pela democracia.

Nessa perspectiva Lenin ressalta a importância de se trazer os camponeses para a causa proletária através do partido operário, entendendo que o processo que se desenvolvera na Rússia desde 1861 também se desenvolvia no campo, transformando a maioria dos camponeses em operários rurais.

Para os *bolcheviques* o resultado da revolução dependeria do papel do proletariado: ou auxilia a burguesia; ou toma a frente, assumindo o papel dirigente da revolução popular. Diferentemente da fração *menchevique* que, por se tratar de uma revolução burguesa, acreditavam que caberia a burguesia estar à frente dos processos revolucionários. Nesse aspecto, afastaram-se também das idéias dos *bolcheviques*, respaldados por Lenin, por desconsiderarem o campesinato como categoria auxiliadora da revolução.

No que diz respeito à questão camponesa o Congresso do Partido e a Conferência divergiram completamente no entendimento desse ponto. No entanto, *bolcheviques* e *mencheviques* convergiram com relação a apoiarem o movimento camponês, incluindo a confiscação de todas as terras dos latifundiários.

O Congresso pensou uma resolução sobre a “atitude em relação ao movimento camponês”. Nesta resolução, como aponta Lenin (s/d a, p. 77-78), foi colocado em primeiro lugar as tarefas da direção do partido na luta nacional do amplo movimento democrático revolucionário contra o czarismo. A palavra de ordem central foi a “criação imediata de comitês revolucionários camponeses para a realização de todas as transformações democráticas”.

A Conferência redigiu teses sobre “o trabalho entre os camponeses”. Aqui a questão, segundo Lenin (s/d a, p.78), “se reduz ao trabalho no seio de uma camada social determinada” e a reivindicação de organização de comitês deveria passar antes pela Assembléia Constituinte. Lenin não acreditava que se deveria esperar a Assembléia Constituinte para a criação dos comitês revolucionários de camponeses, pois julgava que justamente a pressão destes é que tornaria a Assembléia realmente constituinte.

Com relação a Conferência, Lenin (idem) explicita que:

Em todas as suas resoluções nota-se o reflexo da idéia geral, que já localizamos, de que na revolução burguesa devemos nos limitar unicamente ao nosso trabalho especial, sem tomar como nosso objetivo a direção de todo o movimento democrático e a sua realização por nós mesmos.

Os *mencheviques* acreditavam que por se tratar de uma revolução burguesa, caberia a burguesia estar à frente dos processos revolucionários. Dessa maneira, não pensavam na entrada do proletariado num governo provisório e nem no campesinato como categoria auxiliar da revolução.

Para Lenin e os *bolcheviques*, a aliança operário-camponesa, bem como a inserção num possível governo provisório seria na Rússia a possibilidade da revolução burguesa ser o primeiro passo para a revolução socialista. Para Lenin (s/d a) de outra forma, tão logo os interesses da burguesia fossem conquistados, ela se voltaria para o lado da contra-revolução. Assim, para o autor a revolução deveria ser conduzida pelo povo, por proletários e camponeses.

Revolução democrática e revolução socialista

A agitação social, que se intensificou com o 09 de janeiro, atingiu também o exército, ocorreram insurreições e motins. Apoiados pela classe operária de Odessa, os marinheiros do Encouraçado Potemkin, - maior navio de guerra da Rússia - no dia 14 de junho, deram início a sublevação que durou onze dias. Saiu fracassada, no entanto, foi um marco muito significativo nos acontecimentos de 1905, visto que mostrou ao czarismo que outros setores da sociedade estavam insatisfeitos com a condição econômica e social da Rússia.

Para Lenin (s/d a) um dos motivos para o fracasso da insurreição dos marinheiros foi o fato de que a social-democracia estava desarticulada em Odessa e não soube aproveitar a sublevação dos marinheiros. Os *bolcheviques* estavam fragilizados por uma série de prisões e os *mencheviques* não apoiaram a luta armada.

A partir das análises desse movimento, Lenin (s/d a, p. 59) ressalta que era o momento de armar os operários para enfrentar a reação do czar. Chamou os *bolcheviques* para ampliar sua organização, investindo do ponto de vista político e ideológico, como também preparando seus militantes para operações militares. “chegou o momento em que a crítica

pelas armas seja a herdeira *necessária* e obrigatória, a sucessora, a executora testamentária da arma da crítica”.

Em 06 de agosto, ocorreu outra tentativa do governo abafar o movimento revolucionário, quando publicou um novo manifesto prometendo instituir uma nova Duma. Esse parlamento privaria a maioria da população ao voto. Lenin clamou o boicote, as eleições para a Duma, pois para ele, somente a derrubada do czarismo através da ação revolucionária garantiria as liberdades democráticas.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1905, “dias de liberdade” – como chamou Mirky (1944) -, período de maior tensão entre as forças em pugna, Lenin ressaltou o caráter democrático-burguês da revolução em curso e destaca as táticas do partido para a condução dos acontecimentos a fim de se obter as conquistas democráticas na Rússia. Era preciso compreender a condição econômica e social da Rússia, para não pensar o processo através de concepções pequeno-burguesas, ou mesmo respaldado por fórmulas prontas. Para Lenin, era inegável o caráter democrático e burguês da revolução russa, mas isso não deveria inibir o proletário da participação ativa, ao contrário, esse deveria ter uma participação dirigente.

Comparando as lutas do movimento socialista na Europa e na Rússia, Lenin (1981h, p. 296), avalia que na Europa a luta entre proletariado e burguesia estava na ordem do dia, mas na Rússia havia duas lutas a se empreender: primeira, pela liberdade política, ou seja, pela democracia e soberania do povo; e segunda, a luta de classes do proletariado com a burguesia, pela organização socialista da sociedade. Destaca que são duas revoluções de caráter distinto:

Es absurdo confundir las tareas y las condiciones de la revolución democrática y de la revolución socialista, que son heterogéneas, lo repetimos, tanto por su carácter como por la composición de las fuerzas sociales que participan en ellas.

No entanto, a revolução democrática cria as bases para um verdadeiro desenvolvimento amplo do capitalismo e abre fendas para a revolução socialista. Na época da revolução democrática é inevitável o desenvolvimento insuficiente das contradições de classe, em particular entre o campesinato, e a incompreensão desse processo é que respaldava as formas atrasadas de socialismo. Diz Lenin (1981h, p. 298-299):

Los economistas burgueses tratan con todas sus fuerzas de inculcar al pequeño campesino la idea de que el capitalismo es compatible con el bienestar del pequeño propietario agrícola. Por eso ocultan el problema

general de la economía mercantil, de la opresión del capital, de la decadencia y disminución de la pequeña hacienda campesina con el problema parcial de la concentración de la propiedad agraria. Cierran los ojos ante el hecho de que la gran producción en las ramas mercantiles especiales de la agricultura se desarrolla también en la propiedad agraria pequeña y mediana, de que esta propiedad se disgrega como consecuencia del crecimiento de la renta, del yogo de las hipotecas y de la presión de la usura dejan a oscuras el hecho indiscutible de la superioridad técnica de la gran hacienda en la agricultura y el empeoramiento de las condiciones de vida del campesino en su lucha contra el capitalismo.

Para combater as idéias pseudo-socialistas que não ultrapassavam os limites pequenos burgueses, presentes na Rússia, o autor ressalta, também, que era preciso a compreensão da diferença entre revolução democrática e revolução socialista.

Para Lenin, desde a década de 80 do século XIX, esteve no cenário a luta do marxismo contra o socialismo populista pequeno-burguês e a permanência dessa doutrina socialista atrasada e de outras se explicavam pelo atraso econômico da Rússia. De um lado, o crescimento do movimento operário dava forças para o desenvolvimento da doutrina marxista, de outro o desenvolvimento do movimento camponês, reanimava até certo ponto o populismo.

Para os populistas o *mujik*, camponês sem terra, era o homem do futuro, e para os marxistas, o operário. Para os primeiros o movimento camponês tinha como meio e fim o socialismo, tinha como objetivo a revolução socialista imediata sem reconhecer nenhuma espécie de liberdade política burguesa, partindo simplesmente da pequena propriedade. Para os marxistas o movimento camponês não era um movimento socialista e sim democrático, um movimento indispensável da revolução democrática. O movimento camponês se orientava contra as velhas relações de servidão, relações pré-capitalistas no campo e contra os latifúndios como principal ponto de apoio da servidão.

Nesse sentido, segundo Lenin (1981h), pode-se observar que a vitória completa do movimento revolucionário russo não acabaria com o capitalismo, essa vitória criaria, apenas, as condições para o aparecimento de uma república democrática burguesa, visto que dessa revolução o camponês almejava terra e liberdade. Estas conquistas, no entanto, não acabariam com a economia mercantil e nem com a diferença de classe entre burguesia rural e o proletariado agrícola.

Lenin (1981h) entende que nem todos os camponeses tinham consciência que estas reivindicações levavam à República, mas era inegável o caráter democrático destas. Explicou que a social-democracia não lutava somente por terra e liberdade, lutava também contra a

exploração dos homens, contra a miséria, contra a dominação do capital, pois o fim da propriedade privada não acabaria com o domínio do capital. Para o autor (1981n, p. 97-98):

La idea de “socialización” de la tierra sin socialización del capital, la idea de que es posible el usufructo igualitario de suelo, existiendo el capital y la economía mercantil, es un error.

Lenin deixa claro que a luta pela república democrática seria a primeira tarefa do proletariado e para isso se tornou fundamental a aliança com o campesinato, o apoio ao movimento camponês e a divulgação das idéias social-democratas em lugares onde não existiam tais organizações.

Em setembro de 1905 a questão principal não estava na distribuição de terras, partilha negra ou nacionalização. A questão colocada pela ordem dos acontecimentos estava em fazer com que o camponês compreendesse e realizasse a destruição revolucionária do velho regime. Assim, Lenin (1981g, p. 232) afirma que a tarefa da social democracia constitua-se em fomentar a organização dos camponeses para torná-los agentes sociais da sua própria organização. Tratava-se de apoiar o movimento camponês até onde fosse um movimento democrático revolucionário e combatê-lo quando assumisse um caráter anti-proletário, ou seja, quando se voltasse contra os operários rurais.

Nos preparamos (ahora mismo, inmediatamente) para luchar contra él cuando comience a actuar como un movimiento reaccionario, antiproletario. Toda la esencia del marxismo está en esta doble tarea que sólo quienes no comprenden el marxismo pueden simplificar o reducir a una sola y simple tarea.

O caráter democrático-burguês da revolução não se daria apenas pela necessidade objetiva do desenvolvimento da economia mercantil, mas também pelas reivindicações colocadas pelos camponeses.

Segundo Lenin (1981h) o movimento camponês carrega em si o insuficiente desenvolvimento das contradições de classe. Sob esse aspecto seria imprescindível que o proletariado agrícola tivesse a sua organização independente, pois alcançadas as conquistas da revolução democrático-burguesa, essas contradições tornar-se-iam mais claras e não seria mais possível uma aliança com todo o movimento camponês para se prosseguir rumo ao programa máximo.

Para o autor (1981g), na luta entre o proletariado agrícola e a burguesia agrícola, a social democracia estaria incondicionalmente a favor da classe trabalhadora. Na prática isto poderia significar: a terra nas mãos dos pequenos proprietários camponeses, onde predominou

a grande propriedade opressora e não existiam ainda condições materiais para a grande produção socialista; a nacionalização, a condição do triunfo completo da revolução democrática; ou a entrega dos grandes fazendas capitalistas a *associações* de trabalhadores.

Na conjuntura estudada por Lenin, apenas a terceira possibilidade seria viável, uma vez que a correlação de forças não permitia a nacionalização, considerando-se que o poder estava nas mãos das forças reacionárias e essa medida poderia abrir a posse de terra à burguesia capitalista. A nacionalização das terras – defendida pelos populistas – como primeiro ponto a ser reivindicado seria um sério problema, pois segundo Lenin (1981h, p.299) essa medida somente teria viabilidade em uma república democrática, onde exista liberdade política completa e poder soberano do povo.

[...] es prematuro e irrazonable reivindicar la nacionalización, pues nacionalización significa paso a manos del Estado, y el Estado actual es policíaco y clasista y el mañana será, en todo caso, clasista.

Para Lenin a reforma agrária era inevitável no contexto apresentado, no entanto suas preocupações se debruçaram sobre o problema de quem conduziria essas mudanças estruturais na Rússia. Para o autor (1981h, p 302):

Existe un solo medio de que la reforma agraria, inevitable en la Rusia de hoy, desempeñe un papel democrático revolucionario: efectuarla mediante la iniciativa revolucionaria de los propios campesinos, a pesar de los terratenientes y la burocracia a pesar del estado, es decir, por vía revolucionaria. [...]

Para tal, Lenin insiste na organização de comitês camponeses revolucionários como instrumento da confiscação dos latifúndios, sendo esta alternativa o caminho para fazer avançar a luta de classe contra os latifundiários.

Sob pressão do movimento revolucionário o governo czarista começou elaborar um projeto para a Constituição (publicado no dia 06 (19) de agosto de 1905), - conjeturado entre o czarismo, os grandes capitalistas e grandes proprietários rurais – onde a Duma (Assembléia Nacional Parlamentar com a finalidade de exercer um poder de caráter legislativo) seria o instrumento para aprovar tal Constituição, sendo um organismo eleito por sufrágio indireto, privilegiando os representantes da burguesia liberal e excluindo a ala democrática desse processo.

Como já apontado, os meses de outubro, novembro e dezembro de 1905 foram de intensa mobilização na Rússia. Em 30 de setembro começou a greve ferroviária; de 02 a 18 de

Outubro, greve dos tipógrafos em Moscou, entre esses dias os tipógrafos de São Petersburgo declararam três dias de greve em solidariedade aos companheiros de Moscou.

Entre os dias 07 e 21 de outubro ocorreu a greve política pan-russa; nos dias 11 e 12 ferroviários em Charkov permaneceram em greve geral; no dia 13 constituiu-se em São Petersburgo o primeiro *soviet*²⁰ com deputados operários; no dia seguinte foi declarado estado de sítio em Charkov.

No dia 17, forças pró-czarismo organizaram *pogrons*²¹ em toda a Rússia que se estenderam até o dia 24, respaldados pela polícia, os pogromistas invadiram casas e tendas de judeus, aproximadamente 04 mil pessoas foram assassinadas e mais de 10 mil mutiladas em 100 cidades. Os trabalhadores de São Petersburgo não permitiram que os *pogrons* se produzissem nesta cidade, mas os destacamentos operários foram dispersos e suas armas foram confiscadas.

Ainda no dia 17 de outubro, o czar Nicolau II assinou um manifesto concedendo liberdades políticas, convocando uma Duma Legislativa. Foi mais uma tentativa do czarismo de conter a onda revolucionária e uma trégua rápida na tentativa de mascarar a reação. Diante de tal situação, Lenin (1981i) se pronuncia pelo boicote ativo contra as eleições e a Duma, entendendo que o movimento revolucionário deveria caminhar para uma insurreição popular, considerando a “iniciativa” do czar ao propor a Constituição uma tentativa de barrar esse movimento. Caso a Duma fosse instituída, entendeu que o proletariado deveria apoiar a ala democrática burguesa da Duma.

O autor (1981i) entende que esse seria o momento para a classe operária, os camponeses e as forças democráticas optarem pela insurreição armada na tentativa de barrar a transação da autocracia com a alta burguesia que pretendiam insular o setor democrático e proletário.

Entre os dias 26 e 28 de outubro, na fortaleza de *Kronstadt*, explodiu um motim dos marinheiros. No dia 28 foi declarada a lei marcial e o motim foi sufocado, sendo que muitos soldados e marinheiros foram ameaçados de execução. Nesse mesmo dia foi decretado estado de sítio na Polônia.

²⁰ Conselhos populares de estrutura livre que se formaram por iniciativa dos operários, na experiência da luta. Defendiam uma forma de governo socialista e atuavam como um governo paralelo. Um dos primeiros conselhos de trabalhadores soviéticos foi organizado por Trotsky em 13 de outubro 1905.

²¹ Os *pogrons* foram uma série de ataques da população cristã da Rússia, acompanhados de destruição, assalto às propriedades, assassinatos e estupros contra os judeus, apoiados por militares e civis. Esse movimento aconteceu com maior intensidade na Rússia entre 1881 e 1902.

Como uma forma de ação contra essas medidas do governo, o *soviet* de São Petersburgo chamou os trabalhadores à greve geral em 02 de novembro contra a lei marcial na Polônia e em toda a Rússia e contra a pena de morte. A greve geral se estendeu até o dia 07 quando as autoridades suspenderam a lei marcial. Chegou o momento em que a revolução não conseguia superar os entraves colocados pelo czarismo e nem o czarismo sufocar num só golpe a revolução.

No dia 11, em Sebastopol, forma-se um *soviet* de marinheiros que desemboca em revolta nos dias 14 e 15; no dia 14 os dirigentes da União Pan-Russa Camponesa²² foram presos. Entre os dias 15 e 23 aconteceu a greve dos correios em Moscou e dois dias antes do fim da greve se constitui o *soviet* de Moscou. Ainda no mês de novembro ocorreram insurreições armadas dos soldados em Kiev, Charkov e de outros lugares.

Diversos acontecimentos enriqueciam o cenário político da Rússia. Os grupos revolucionários começaram a perder forças e em 03 de dezembro a vida do primeiro *soviet* chegou ao fim com a prisão de todos seus membros. No dia seguinte o *soviet* de Moscou se pronunciou a favor do *soviet* de São Petersburgo preparando uma insurreição e no dia 07 declarou greve geral. Para conter as reuniões de trabalhadores em Moscou o governo enviou tropas, mas não conseguiu deter a greve geral. Houve enfrentamentos e barricadas por toda a cidade, a insurreição armada foi sufocada pelas tropas do governo.

Em dezembro de 1905 a revolução atingiu sua fase culminante, o czarismo não foi derrubado e o que ocorreu na Rússia foi uma situação de equilíbrio. A revolução não teve condições materiais de derrubar o governo e o governo não conseguiu derrotar a revolução.

Revisão do programa agrário da social democracia

Como vimos através dos escritos de Lenin, desde seu surgimento a social-democracia reconheceu a questão camponesa como uma importante particularidade da Rússia. O primeiro projeto de programa dos social-democratas, foi publicado em 1884 pelo grupo *Emancipação do Trabalho* e tinha como reivindicação a revisão radical das relações agrárias e fim das relações de servidão no campo. Para Lenin (1981j) o erro desse programa consistia em seu caráter abstrato, não existia um critério efetivo sobre a questão, o autor entende que não se tratava de um programa e sim uma declaração marxista de caráter universal.

²² Organização democrática revolucionária de toda a Rússia, fundada em 1905, influenciada pelos socialistas-revolucionários e liberais. Foi alvo de repressões policiais desde o início de suas atividades. Em fins de 1906 não mais existia.

Lenin (1981j, p. 244-245) caracteriza a atitude da social-democracia frente a questão agrária, até o momento, através de três teses:

Primera. La revolución agraria formará inevitablemente parte de la revolución democrática en Rusia. El contenido de esta revolución será liberar el campo de las relaciones de servidumbre y vasallaje. *Segunda.* La futura revolución agraria será, por su significación social y económica, una revolución democrática burguesa; no debilitará, sino que intensificará el desarrollo del capitalismo y de las contradicciones capitalistas de clase. *Tercera.* La socialdemocracia tiene sobrado fundamento para apoyar esta revolución del modo más decidido, señalando unas u otras tareas inmediatas, pero sin atarse las manos ni renunciar lo más mínimo a respaldar incluso el “reparto negro”.

Ainda na década de 90 do século XIX os social-democratas trataram de reforçar a importância do movimento camponês, refutando a ideia de que eles tinham uma atitude de indiferença para com o campesinato. No começo de 1905 ocorreram modificações no programa agrário, a partir do que se eliminava o ponto dos recortes substituindo por “apoio às reivindicações camponesas, incluindo a confiscação de todas as terras dos latifundiários”.

O problema agrário na leitura do POSDR é apresentado por Lenin (1981j) sob a forma de três conselhos que o partido daria ao proletariado e ao campesinato na época da revolução democrática. O primeiro conselho consistia em concentrar todos os esforços na completa vitória da insurreição camponesa, entendendo que sem esta não seria viável pensar em expropriar a terra dos latifundiários e nem instaurar um Estado Democrático, a palavra de ordem, segundo Lenin (1981j, p. 266) seria apenas uma:

[...] confiscación de todas las fincas de los terratenientes (en modo alguno enajenación en general o expropiación en general, que dejan a oscuras la cuestión del rescate), y confiscación obligatoria por los comités campesinos hasta que se convoque una asamblea constituyente.

O segundo conselho que se colocou diz respeito à democratização completa do regime político, somente a real soberania do povo poderia garantir as conquistas da insurreição camponesa, para isso, uma vez instaurada a república, deveria acontecer a nacionalização de toda a terra, ou a grande burguesia e latifundiários recuperarão forças e retirarão as conquistas dos operários e da massa camponesa.

O último conselho apontado por Lenin (1981j, p. 268) à proletários e semi-proletários das cidades e aldeias seria o agrupamento em suas próprias organizações, numa organização proletária independente, pois ao se aproximar a insurreição camponesa, os camponeses ricos se voltariam contra o proletariado, “el proletariado agrícola debe

organizarse independientemente, junto con el urbano, para luchar por la revolución socialista completa”.

Para Lenin (1981j) nas condições da revolução democrática que se colocava naquele momento, um programa agrário coerente seria o que exigisse a confiscação das terras dos latifundiários e a formação de comitês camponeses. No entanto, para o autor a confiscação não bastaria, o ideal seria a nacionalização do solo.

Analisando as reflexões de Lenin com relação a questão da terra, percebemos que o seu ponto de vista muda de foco. Em setembro de 1905 ele defendia a entrega dos grandes fazendas capitalistas a associações de trabalhadores, descartando a possibilidade da nacionalização, já em março de 1906 entende que somente a nacionalização poderia levar até as últimas conseqüências a revolução democrático-burguesa, visto que em 1905 a revolução estava em uma fase política na qual o governo estava em mãos reacionárias e a revolução em seus inícios, naquele momento a nacionalização abriria a posse de terra a burguesia capitalista.

Dessa forma Lenin (1981j, p. 271-272) condiciona o programa agrário para que este tenha um fundamento coerente. Em situações políticas diferentes, esse programa admitiria tanto a partilha como a nacionalização, sem deixar de precisar a posição proletária do partido. Assim Lenin propõe como projeto de programa agrário:

- 1) confiscación de todas las tierras de la Iglesia, de los monasterios, de la Corona, del Estado, de la familia real y de los terratenientes;
- 2) institución de comités campesinos para abolir inmediatamente todos los vestigios del poder y los privilegios de los terratenientes y para disponer de hecho de las tierras confiscadas hasta que la asamblea constituyente de todo el pueblo establezca el nuevo régimen agrario;
- 3) supresión de todos los tributos y prestaciones a que está sometido actualmente el campesinado como estamento tributario;
- 4) derogación de todas las leyes que impiden al campesino disponer de su tierra;
- 5) concesión a los tribunales populares electivos del derecho a rebajar los arrendamientos demasiado elevados y a declarar nulos los contratos de carácter leonino.

O autor considera que se a revolução que estava na ordem do dia assegurasse a soberania plena do povo, o partido lutaria pela nacionalização. De outra maneira o partido lutaria para a formação de uma organização do proletariado rural, a fim de mostrar-lhes que seus interesses não caminhavam com os da burguesia rural e que o sistema das pequenas explorações, dentro da produção mercantil, não acabaria com a miséria do povo, apontando que somente a revolução socialista libertaria o povo da miséria e de toda exploração.

Lenin (1981k, p. 374) entende que seu programa agrário “contiene las consignas prácticas, tanto para las condiciones actuales de la economía campesina y del usufructo campesino de la tierra como para las mejores perspectivas de desarrollo posterior del capitalismo”.

Os interlocutores de Lenin criticavam seu programa agrário, alegando que esse não daria nenhuma garantia contra a restauração, mas para o autor (1981k, p. 368):

[...] la única garantía contra la restauración es la revolución socialista en Occidente; ninguna otra garantía puede existir, en el sentido verdadero y cabal de la palabra. Fuera de esta condición, con cualquier otra solución de problema (municipalización, reparto, etc.) la restauración no sólo es posible, sino inevitable.

Nesse caminho, Lenin (1981k) comparando a revolução burguesa na França do final do século XVIII, afirma que se tinha um país revolucionário rodeado de Estados feudais e semi-feudais, sendo que a Rússia, de outra forma, realizava sua revolução burguesa circunscrita em um cenário cujas adjacências já possuem um proletariado socialista. Como exemplo de mobilização no Ocidente, Lenin relatou o fato dos operários austríacos ao receberem de São Petersburgo a notícia do manifesto de 17 de outubro ir às ruas e provocarem uma série de manifestações e colisões armadas nas maiores cidades industriais da Áustria.

No entanto, se a questão da garantia contra a restauração fosse colocada de outra maneira. Lenin argumenta (1981k, p. 369):

[...] la garantía condicional y relativa contra la restauración consiste únicamente en que la revolución sea llevada a cabo directamente la clase revolucionaria con la menor participación posible de intermediarios, conciliadores y todo género de apaciguadores, en que esa revolución sea llevada efectivamente hasta su término, y mi proyecto da el máximo respecto a las garantías contra la restauración. (p. 369)

Assim posto, para que a revolução fosse conduzida diretamente pela classe revolucionária, Lenin (1981k) reforça a idéia dos comitês camponeses como alavanca direta do movimento revolucionário camponês. Os camponeses deveriam julgar energicamente os funcionários e latifundiários. A social-democracia deveria explicar aos camponeses a importância dessa palavra de ordem. Se a revolução política não for levada até o fim não haveria revolução agrária sólida.

Refluxo da revolução

Como vimos, o último trimestre de 1905 testemunhou a passagem do movimento popular à forma insurrecional. No entanto, as forças revolucionárias não conseguiram chegar ao poder e em março de 1906 a primeira Duma foi instituída, com mais de 40 partidos e grupos representados. A questão da terra foi colocada na ordem do dia dos trabalhos da Duma, considerando a reivindicação de terra dos camponeses. Para Lenin (1981k, p. 107) questão importante para essa situação está em quem conduziria os trabalhos na Duma, para ele, não poderiam ser as forças reacionárias.

Si otra vez son los funcionarios quienes van a distribuir las tierras, si los terratenientes liberales vuelvan a ser los “mediadores de paz” y si el viejo poder autocrático va a determinar las “módicas proporciones” del rescate, entonces, en lugar de beneficiar a los campesinos, se les estafará, y otra vez, lo mismo que en 1861, se les pondrá de nuevo el dogal.

Segundo Lenin (1981m) os operários deveriam ajudar os camponeses a colocar a questão de maneira clara e direta na Duma, para que o resgate não ocorresse. Diante da crise política daquele momento, não poderia haver vantagens se a reforma agrária fosse realizada pelo velho poder. Nesse aspecto, Lenin (1981m) considera que o IV Congresso de unificação agiu certo ao substituir a palavra “alienação” no projeto inicial de programa agrário pela palavra “confiscação” – ou seja, alienação sem resgate.

Das forças representadas na Duma, os kadetes²³ - maioria na Duma - optaram primeiramente pelo resgate e em segundo lugar defendiam que a realização da reforma agrária fosse resolvida sob o julgamento dos funcionários e dos liberais. Seu programa em geral consistia em conservar a propriedade senhorial da terra. Outro grupo com voz na Duma eram os *trudoviques*²⁴. Propuseram a formação de fundos de terra de todo o povo, as terras privadas que fossem para esse fundo deviam ser indenizadas. Tendiam a confiscação de todas as terras.

Para Lenin (1981m, p. 109) os projetos de reforma agrária apresentados à Duma não expressavam uma alternativa que possibilitasse o avanço da luta socialista, por isso reforça que os empenhos deveriam caminhar para que se consolidasse e se desenvolvesse a aliança do proletário socialista com o camponado revolucionário. “En esta alianza, y sólo en ella, reside la garantía de la feliz solución del problema de “toda la tierra” para los campesinos y de la libertad completa y todo el poder para el pueblo.”

²³ Kadetes - abreviatura do Partido Democrata-Constitucionalista, partido da burguesia liberal monárquica, fundado em outubro de 1905, era um partido de semi-latifundiários.

²⁴ Os *trudoviques*, – democratas burgueses – eram os deputados camponeses à Duma.

Nessa perspectiva Lenin ressalta que os camponeses não deveriam se iludir com os projetos apresentados à Duma e a social-democracia deveria ajudar os camponeses a colocar a questão da terra de maneira clara e direta para que o resgate não ocorresse. Os trabalhos da primeira Duma caíram para uma tendência liberal, o que não agradou o governo, e após dois meses de sua inauguração ela foi dissolvida.

A segunda Duma se reuniu em março de 1907, dela faziam parte Lenin e os bolcheviques. Era uma Duma hostil ao governo imperial. Nesta Duma, segundo Lenin (1983b), os camponeses compreenderam que era preciso situar os cadetes, os burgueses liberais à direita e os camponeses e operários à esquerda.

Como apontado, a política agrária proposta pelos cadetes é a política dos latifundiários, e situá-los à direita significava entender que seus interesses jamais irão ao encontro dos interesses de operários e camponeses. Os cadetes ainda representavam a maioria na Duma e essa não gozava de nenhum poder. Lenin (1983b) coloca que era preciso erguer-se acima das discussões meramente parlamentares mesmo no caso da esquerda formar a maioria na Duma.

A segunda Duma foi dissolvida mais depressa que a primeira, em 03 de junho de 1907. Stolípín²⁵ convocou eleições para a nova Duma, fazendo algumas mudanças no processo eleitoral que aumentava deliberadamente a representação dos latifundiários e da burguesia liberal, favorecendo os partidos mais conservadores e diminuindo a representação operária e camponesa. Hill (1977, p.76) assim descreveu:

A política de Stolipin representava o fim da comuna aldeã, o triunfo de cada-um-por-si na zona rural. O governo buscava alargar suas bases sociais, para chamar a si não só o apoio da classe latifundiária, mas também a dos *kulaks*: “Fincamos nossos esteios nos fortes” – dizia o próprio Stolipin. Os fracos eram postos de lado, quando não iam para as cidades; ao mesmo tempo, a destruição da comuna reduzia o número dos operários fabris que ainda mantinham ligação com o campo sob a forma de porções de terra às quais pudessem eventualmente retornar.

A situação de equilíbrio que se estabelecia na Rússia desde a insurreição de Moscou, em dezembro de 1905, foi quebrada e a hegemonia volta ao czarismo e à burguesia liberal. Para Lenin (1983b), a combatividade da classe operária vinha diminuindo desde o episódio de Moscou, pois não foi capaz de estender a insurreição a toda a Rússia e nem efetivar decididamente a aliança operário-camponesa.

²⁵ Stolípín (1862-1911), grande latifundiário, presidente do Conselho de Ministros e ministro do Interior da Rússia em 1906-1911, representante do czarismo, seu nome está vinculado a repressão da revolução de 1905-1907.

Nessas circunstâncias, Lenin (1983b) percebe que os camponeses saberiam encontrar facilmente uma organização agrária quando o obstáculo representado pelo velho poder desaparecesse, mas antes a luta dos camponeses deveria caminhar para a supressão completa desse obstáculo. Dessa forma, com o refluxo da revolução Lenin se viu tomado pela preocupação de se pensar os possíveis caminhos de desenvolvimento que a agricultura russa poderia caminhar.

A terceira Duma, beneficiada pelas mudanças do processo de eleição, se reuniu em novembro, estava dominada por representantes da direita conservadora e cumpriu confortavelmente seu mandato de cinco anos (1907-1912).²⁶

Via americana e via prussiana

Nesse momento de refluxo da revolução, Lenin (1980b) insiste na idéia de que era preciso entender a questão agrária como base da revolução burguesa na Rússia, constituindo o sustentáculo nacional desta revolução. O essencial desta questão estava na luta do campesinato para acabar com os resquícios feudais da terra e das instituições sociais e políticas.

Na Rússia Européia, segundo Lenin (1980b), praticamente dez milhões e meio de famílias camponesas possuíam o mesmo tanto de terra que trinta mil nobres e senhores de terra. Demonstrando o predomínio dos latifúndios feudais no regime agrário e conseqüentemente o predomínio do feudalismo no Estado russo e na vida russa em geral.

Por outro lado, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia já havia feito progressos desde 1861, porquanto a servidão na agricultura se tornou inviável. Lenin (1980b, p. 19) avalia que cada setor da sociedade que estava envolvida na luta pela terra pensou de maneira distinta como transformar esse quadro.

[...] o governo fala em “entregar lotes” “aos necessitados”; o funcionário liberal (ou cadete) fala em aumentar os lotes dos que possuem pouca terra; o camponês trudovique fala sobre a necessidade de manter a propriedade agrária ao nível da cota “de consumo” ou “do trabalho”; e o social-democrata, divergindo quanto às formas do usufruto da terra, admite em linhas gerais os projetos populistas de conceder terra aos camponeses pobres.

²⁶ Essa Duma introduziu várias reformas moderadas, concedendo direitos civis aos camponeses ao introduzir a justiça local e expandindo o sistema educacional.

Para Lenin (1980b) todos esses grupos expressavam a necessidade da passagem da grande propriedade latifundiária às mãos dos camponeses mais necessitados. Contudo as proporções e as condições dessa passagem foram expressas de maneiras diferentes por esses grupos, como vimos nos debates apresentados desde a primeira Duma.

Os latifúndios feudais propagavam os restos do feudalismo na Rússia, mas o desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo rompia com essas sobrevivências. Diante disso Lenin (1980b, p. 29-30) mostra que existia apenas um caminho de desenvolvimento burguês para a Rússia e as formas desse desenvolvimento poderiam ser duas.

Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e pode verificar-se também, tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirparão do organismo social a “excrecência” dos latifúndios feudais e, sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros.

Através de reforma ou via prussiana, onde não há no campo a divisão de terras, não há expropriação da terra, o grande proprietário feudal se tornaria grande proprietário capitalista. Seguindo modelo semelhante aquele da Prússia/Alemanha, seria na Rússia a derrota da revolução com o acordo da burguesia e a nobreza feudal. Essa via expressa a necessidade de se adaptar ao desenvolvimento capitalista. Segundo Lenin (1980b, p. 200):

[...] Semelhante caminho de desenvolvimento exige, para que possa ser seguido, a *violência* geral, sistemática e desenfreada com a massa camponesa e com o proletariado. A contra-revolução latifundiária apressa-se a organizar essa violência em toda a linha

O desenvolvimento capitalista poderia seguir o caminho norte-americano ou via revolucionária - dentro do capitalismo. Ocorreria se uma parte da burguesia conseguisse dirigir o processo revolucionário com o apoio do campesinato, apoiando-se na pequena e média propriedade agrária. Lenin (1980b, p. 30) considera que nesse caso “ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais”. A via americana, também exigiria a destruição violenta do velho regime de posse de terra. Por esse caminho seria possível que se realizasse essa destruição em

benefício da massa camponesa e não dos latifundiários e o capitalismo teria um desenvolvimento mais amplo, livre e rápido.²⁷

Lenin (1980b, p. 32) entende que na Rússia, tanto a economia latifundiária, quanto a economia camponesa evoluíam no sentido capitalista. A primeira substituindo o pagamento em trabalho pelo trabalho assalariado, substituindo os velhos utensílios e técnicas camponesas pelos modernos instrumentos de trabalho. E a segunda, a economia camponesa, fazia surgir a burguesia rural e o proletariado rural, “quanto mais elevado o bem-estar dos camponeses em geral, tanto mais rápida é essa diferenciação do campesinato em classes antagônicas da agricultura capitalista”.

Com base nesse processo, Lenin (1980b) mostra que se pode observar nos programas agrários apresentados pelas diferentes classes participantes da revolução, os dois tipos de evolução agrária. O programa de Stolípín²⁸, compartilhado pelos latifundiários de direita, cadetes e outros setores era um programa que permitia a evolução agrária burguesa, acelerava a formação de uma burguesia camponesa, no entanto era um programa puramente latifundiário, expressava a via prussiana de desenvolvimento.

Para Lenin (1980b, p. 34), a social-democracia deveria apoiar a evolução burguesa do tipo camponês, a via americana, pois:

[...] acarreta um rápido desenvolvimento das forças produtivas e melhores condições de existência para a massa camponesa (melhores, dentro do possível, sob a produção mercantil). A tática da social-democracia na revolução burguesa russa não é determinada pela tarefa de apoiar a burguesia liberal, como opinam os oportunistas, e sim pela de apoiar os camponeses em luta.

Desse modo, para o autor, mesmo que, de um lado, os programas dos *trudoviques* e social-revolucionários e, de outro, o dos social-democratas divergissem em alguns pontos, ambos amparavam os interesses dos camponeses contra os latifundiários, defendiam a evolução camponesa da agricultura.

Se a conjuntura daquele momento permitisse a vitória completa da aliança operário-camponesa na revolução burguesa outro caminho seria possível, como podemos ver no citado projeto de programa agrário apresentado por Lenin (1981j, p. 270-271), onde admitiu tanto a partilha como a nacionalização em momentos diferentes. Esse programa:

²⁷ Interessante notar que os caminhos vislumbrados pelo autor são respaldados pelos modelos de desenvolvimentos dos dois países mais avançados economicamente dentro do capitalismo, naquele momento, a Alemanha e os Estados Unidos.

²⁸ Em 09 de novembro de 1906 baixou uma lei que destruía a propriedade comunal da terra, propondo aos camponeses que saíssem das comunidades rurais, podendo vender seus lotes, que antes não podiam, dessa forma, os grandes agrários, – *kulaks* – passaram a poder comprar as terras dos camponeses de poucos recursos.

Lanzará ahora e inmediatamente, bajo el régimen político autocrático policíaco, consignas absolutamente revolucionárias que revolucionen ese régimen, presentando también las reivindicaciones ulteriores para el caso de que triunfe por completo la revolución democrática, es decir, para el caso de que se dé una situación en la que la culminación de la revolución democrática ofrezca nuevas perspectivas y plantee nuevas tareas.

Essas novas tarefas seriam colocadas com a possível vitória da aliança operário-camponesa. Esse programa vislumbrado por Lenin indica a estatização completa da terra e a sua distribuição segundo interesses expressados pelos camponeses em suas instâncias representativas.

Assim, a via americana ou revolucionária burguesa, poderia ocorrer de duas maneiras: como nos Estados Unidos, onde a aliança efetivada foi entre a burguesia e o campesinato, gerando assim a partilha das terras norte-americanas. Ou através da aliança operário-camponesa. Na Rússia, segundo Lenin (1980b), o melhor caminho a se empreender seria este último, visto que, a burguesia desse país se inclinava para a via prussiana e a estatização das terras seria um passo em direção do socialismo.

Revolução burguesa como revolução agrária

Lenin (1980b, p. 48) considera que o programa do POSDR aprovado em Estocolmo deu um passo adiante em relação a questão camponesa ao endossar o apoio da ação revolucionária dos camponeses até chegar ao confisco das terras dos latifundiários, reconhecendo a revolução burguesa como revolução agrária camponesa. Esse reconhecimento da revolução burguesa como revolução agrária camponesa deveria ter posto fim no debate dentro da social-democracia com relação ao programa agrário, mas suscitou outro. A social democracia deveria apoiar: a partilha de terras dos latifundiários, entregando aos camponeses em forma de propriedade ou; a municipalização das terras dos latifundiários ou; a estatização de todas as terras.

O autor (1980b) entende que essa questão só poderia ser resolvida partindo do ponto de vista da revolução agrária camponesa na Rússia. “Trata-se de conceber com precisão o caráter e o significado da revolução agrária camponesa, precisamente, como uma das variedades da revolução burguesa em geral”.

Lenin, reconhecendo a tendência da burguesia e a posição dos latifundiários e da direita liberal, considera que a estatização de todas as terras seria a efetiva realização da

revolução agrária camponesa na Rússia, sendo o único meio de acabar com o feudalismo na agricultura e melhor regime agrário concebível sob o capitalismo. Para Lenin (1980b) isso aconteceria através da nacionalização, da entrega de todas as terras ao Estado.

No discurso de encerramento do IV Congresso de unificação do POSDR realizado em Estocolmo em abril de 1906, Lenin retoma suas análises acerca da nacionalização contrapondo com a idéia de municipalização. Para ratificar seu ponto de vista levanta duas teses acerca da questão da municipalização: os camponeses nunca aceitarão a municipalização; e a municipalização sem república democrática, sem poder absoluto do povo plenamente garantido, sem elegibilidade dos funcionários, seria uma alternativa nociva. Para Lenin (1981k) a municipalização seria uma ficção se não houvesse uma república efetivamente democrática e funcionaria como uma forma de resgate. Os camponeses seriam contra a municipalização, seriam contra a entrega aos *zemstvos*, pois ainda confundiam o *zemstvo* com o chefe dos *zemstvos*, por isso, antes de se falar de municipalização, é necessário falar de elegibilidade dos funcionários.

Nesse sentido, Lenin (1981k, p. 371) entende que a municipalização eclipsa a luta de classes e não resiste à crítica.

La nacionalización significa acabar con la renta absoluta, rebajar los precios del trigo, asegurar la máxima libertad de competencia y la máxima libertad de penetración del capital en la agricultura. La municipalización, por el contrario, reduce la lucha de clases de ámbito nacional, no libera de la renta absoluta todas las relaciones de producción en la agricultura, cambia nuestra reivindicación general por reivindicaciones parciales; en todo caso, la municipalización vela la lucha de clases.

Desse modo, como se observará no próximo item, com a municipalização das terras a renda absoluta ficaria fragmentada proporcionando a competitividade em âmbito nacional, o que não ocorreria com a nacionalização das terras, pois com essa medida a renda absoluta iria para o Estado em geral.

Lenin (1980b) aponta dois defeitos que permearam a elaboração dos programas agrários durante o período de agitação revolucionária. No geral quase toda a imprensa social democrata e particularmente as discussões sustentadas no Congresso de Estocolmo, – IV Congresso de Unificação em 1906 – consideraram as ações práticas sobre as teóricas e as de ordem política sobre as de ordem econômica. Para Lenin (1980b), essa questão deveria ser discutida seguindo as premissas teóricas do marxismo, de modo que considera a negação pura e simples da nacionalização uma forma de tergiversar teoricamente com o marxismo.

No texto *Revisão do Programa Agrário*, Lenin (1981j) coloca indicações precisas sobre esse ponto. Teoricamente a estatização, como abolição da renda absoluta, sob o capitalismo é o fim lógico – onde o capitalismo se desenvolveria de maneira mais avançada economicamente.

Assim, quando os populistas se pronunciaram a favor da estatização da terra, expressando as reivindicações e esperanças dos camponeses, não argumentavam o fundamental sobre a estatização, proclamando, segundo Lenin (1980b, p. 82), conceitos negativos com relação a esse tema.

Necessidade econômica de destruir a propriedade latifundiária, de *destruir igualmente os “entraves” representados pelo regime comunitário de posse do solo*; eis aí os conceitos negativos que integram a idéia camponesa de estatização. O camponês não pensa em quais serão as formas de propriedade agrária que mais tarde se tornarão necessárias para a pequena propriedade renovada, uma vez que esta tenha digerido, por assim dizer, as terras dos latifundiários.

Para Lenin (1980b) o camponês vislumbrava apenas a reivindicação de renovar, fortalecer, consolidar e ampliar a pequena agricultura. O populista que representava a visão do camponês considerava a revolução agrária na Rússia como, simplesmente, a passagem da servidão para a libertação do camponês, desconsiderando as peculiaridades capitalistas da sociedade que se engendrava, entendendo que negar a propriedade privada da terra seria negar o capitalismo.

O marxismo, segundo Lenin (1980b), em oposição a este ponto de vista ingênuo, busca analisar o novo regime que se desenvolvia e cristalizava. Dessa maneira, o autor conclui que com a mais plena liberdade dos camponeses sobre a terra, não se poderia negar o regime da produção mercantil.

O conceito de estatização da terra é inerente a sociedade capitalista. A estatização da terra é a entrega da renda – parte da mais-valia descontando o lucro médio do capital - ao Estado. Dessa maneira a renda pressupõe o trabalho assalariado no campo e transforma o agricultor em empresário, granjeiro. Nas palavras de Lenin (1980b, p. 84):

A estatização (em seu aspecto puro) pressupõe que o Estado recebe a renda dos empresários agrícolas, os quais pagam um salário aos operários e obtêm o lucro médio de seu capital: lucro médio em relação a todas as empresas agrícolas e não agrícolas, de determinado país ou de um conjunto de países.

A estatização, segundo Lenin (1980b), em seu conceito está vinculada à teoria da renda capitalista, como uma forma de rendimentos de uma classe especial, os proprietários de

terra, na sociedade capitalista. Conceitualmente a renda agrária pode ser dividida em duas: renda diferencial e renda absoluta. Lenin aponta que é necessário desvelar a questão da propriedade da terra no seio do capitalismo. A revolução agrária somente seria vitoriosa com a estatização das terras no bojo de uma sociedade capitalista incipiente, visto que o poder estatal não estaria delimitado no campo restrito da burguesia.

Renda diferencial e renda absoluta

No quadro do capitalismo que se desenvolvia na Rússia, inclusive no campo, Lenin considera a necessidade de se levar a revolução agrária até as últimas conseqüências, no sentido de que era preciso acabar com os entraves existentes na estrutura agrária. Para isso a estatização das terras seria a passagem para o verdadeiro desenvolvimento rural no capitalismo. Nesse caminho Lenin revela a origem da renda da terra no seio do capitalismo.

Para se entender como se constitui a renda da terra é preciso assinalar a premissa a qual ela esta vinculada. Segundo Marx (1959, p. 729-730):

La premisa de que se parte, dentro del régimen capitalista de producción es, por tanto, ésta: los verdaderos agricultores son obreros asalariados, empleados por un capitalista, el arrendatario, el cual no ve en la agricultura más que un campo especial de producción. Este arrendatario capitalista paga al terrateniente, al propietario de la tierra explotada por él, en determinados plazos, por ejemplo, anualmente, una determinada suma de dinero contractualmente establecida (lo mismo que el prestamista del capital-dinero paga al interés estipulado) a cambio de la autorización que aquél la otorga de invertir su capital en este campo especial de producción. Esta suma de dinero recibe el nombre de renta del suelo, ya se abone por una tierra, un solar, una mina, una pesquería, un bosque, etc. [...]

A renda da terra é a forma em que se realiza economicamente a propriedade territorial no capitalismo. E nesse processo aparecem juntas e se enfrentando as três classes que formam o marco da sociedade moderna: trabalhadores assalariados, capitalistas industriais e latifundiários. Economicamente a renda da terra se divide em duas. Em renda diferencial e renda absoluta.

A renda diferencial é resultado do fato das terras estarem ocupadas por explorações capitalistas, independente da forma de posse sobre a terra. Considerando que existem melhores e piores terras, o preço da produção agrícola é determinado pelas condições de produção das piores terras, visto que as melhores terras não suprem à procura, e exatamente

da diferença entre o preço individual de produção e do preço mais elevado se forma a renda diferencial. De acordo com Lenin (1980b, p.84):

A renda diferencial forma-se infalivelmente na agricultura capitalista, ainda no caso da plena abolição da propriedade privada da terra. Quando existe a propriedade agrária, essa renda é recebida pelo proprietário, pois a concorrência de capitais obriga o grangeiro (o arrendatário) a conformar-se com o lucro médio do capital. Abolida a propriedade privada da terra, essa renda é recebida pelo Estado. É impossível eliminar essa renda, enquanto existir o modo capitalista de produção.

A renda absoluta, de outra forma, deriva justamente da propriedade privada sobre a terra que impede a livre concorrência, pois na agricultura a técnica é baixa e a composição de capital é inferior ao da indústria tornando o preço dos produtos agrícolas superior ao médio. Desse modo, a propriedade privada sobre a terra faz com que o produto agrícola tenha um valor individual mais elevado que o médio.

Assim posto, a renda diferencial é inerente ao capitalismo, independe da forma social que a propriedade assume, enquanto que a absoluta depende de que haja a propriedade privada sobre a terra, de que haja um atraso técnico que se acumulou historicamente e que é assegurado pelo monopólio. De outra forma:

Tabela Única: Renda da terra: Diferencial e Absoluta (LENIN, 1980b).

Renda Diferencial	Renda Absoluta
Provém do caráter capitalista da produção.	Provém da propriedade privada, da oposição de interesses entre o dono da terra e o resto da sociedade.
Não influi, como parte complementar, no preço das mercadorias agrícolas.	Influi no preço das mercadorias agrícolas.
Decorre do preço da produção.	Provém do excedente dos preços de mercado sobre os preços de produção.
Origina-se de um excedente, proporcionado por um trabalho mais produtivo ou devido melhor localização da terra.	Decorre do desconto da massa da mais valia que não se origina de um excedente. Incide na redução do lucro ou do salário.
Provém da concorrência.	Provém do monopólio
Continua existindo com a estatização da terra.	Extinguir-se-ia com a estatização da terra.

Org: Tânia Mara de A. Padilha, 2006.

Lenin (1980b), seguindo as análises de Kautsky, observa que, de fato, a renda agrária não aparece dividida, em diferencial e absoluta, e junto a ela se incluem os gastos que o capital investiu na terra. No capitalismo, o proprietário da terra e capitalista são sujeitos diferentes que podem se personificar na mesma pessoa, mas representam figuras distintas

nesse processo. Em situações em que o proprietário da terra é também o graneiro, empresário agrícola, a renda agrária vem acoplada ao lucro agrícola.

Assim Lenin (1980b) argumenta que, com a estatização da terra, a renda diferencial se dirigiria às mãos do Estado e não mais aos proprietários. A estatização extingiria a renda absoluta, tornando os produtos da agricultura mais competitivos e conseqüentemente permitiria acelerar o desenvolvimento do capitalismo. Nos termos de Lenin (1980b, p. 86):

[...] A estatização substitui o possuidor da primeira e solapa a própria existência da segunda. Conseqüentemente a estatização é, por um lado, uma reforma parcial no quadro do capitalismo (substituição do possuidor de uma parte da mais-valia) e, por outro, é a abolição de um monopólio que impede todo o desenvolvimento do capitalismo em geral.

Dessa forma Lenin (1980b) aponta que a propriedade privada da terra é um obstáculo para a inversão de capital na terra, visto que com a propriedade privada uma parte do capital deve ser revertido para a utilização – compra ou arrendamento - da terra, imobilizando esse capital que poderia ser revertido para a produção agrícola. Na pequena agricultura, esse obstáculo, atua como um fator que limita a produção e na grande restringe as inversões da produção de capital. Entendendo que a estatização é o melhor caminho para o desenvolvimento do capitalismo, resta saber em que condições ela pode ocorrer.

A estatização é uma medida do progresso burguês, esta só seria possível em uma sociedade burguesa jovem, quando ainda não se aprofundou a luta de classes entre o proletariado e a burguesia, quando ainda não tenha um proletariado com condições políticas e materiais de se guiar diretamente para o socialismo e a essência desta questão está na luta dos camponeses para acabar com os resquícios da servidão no regime agrário. Segundo Lenin (1980b), Marx assinalou que na época da revolução burguesa havia dois obstáculos para a estatização da terra.

O primeiro seria o fato de que o burguês radical não teria coragem de atacar a propriedade privada, visto que seria um ataque socialista a toda espécie de propriedade. O segundo obstáculo é o fato de que com a propriedade privada da terra o modo burguês de produção se fortifica e a burguesia se territorializa, impossibilitando qualquer movimento em prol da estatização, porquanto passa a ser de seu interesse a propriedade privada da terra. Dessa maneira Lenin (1980b, p. 106) considera que:

Falando em termos gerais, esses dois obstáculos só podem ser eliminados na época inicial do capitalismo e não na época do capitalismo agonizante, na época da revolução *burguesa* e não às vésperas da revolução socialista.

Para Lenin (idem) do ponto de vista econômico, a posse de terra na Rússia tanto a senhorial como a camponesa comunitária, ambas conservam em grau máximo resquícios do feudalismo, assim argumenta que a estatização das terras encontra na revolução burguesa russa condições particularmente propícias, uma vez que:

[...] a contradição entre o capitalismo relativamente desenvolvido na indústria e o monstruoso atraso do campo torna-se flagrante, e em virtude de causas objetivas, impulsiona no sentido da revolução burguesa mais profunda e da criação de condições para o mais rápido progresso agrícola.

Dessa forma, para o autor (1980b, p. 107) a Rússia apresentava condições para a efetivação da estatização, visto que o “burguês radical” nesse país era o camponês, pois “[só] o camponês, que vai sendo mergulhado pela velha Rússia na miséria mais completa, é capaz de esforçar-se por conseguir a renovação total do regime de posse da terra”. Somente a revolução democrático-burguesa como revolução agrária seria a garantia contra a restauração política do velho regime e possibilidade de desenvolvimento sem entraves na agricultura.

No entanto, o golpe de Estado proferido pelo czar em 03 de junho de 1907 foi o empreendimento que colocou as forças reacionárias à frente da disputa política que se estabelecera na Rússia e conduziu a partir de então as medidas para o desenvolvimento do país. A Rússia de 1907 não conseguiu completar o quadro de transformações que permitiam a efetivação da revolução, mesmo assim os anos de 1905-1907, foram, para usar mais uma vez um termo conhecido, *o prelúdio da Revolução russa de 1917*.

A via prussiana na Rússia

Com o refluxo do movimento revolucionário com o golpe do czar em 03 de junho de 1907, a preocupação de Lenin se dará no âmbito da nova Duma que se reuniu em novembro desse ano com uma configuração pró-czarista, e aos desdobramentos do problema agrário. Neste período sempre assinala a necessidade de se forjar efetivamente a aliança operário-camponesa.

O governo de Nicolau implantou algumas reformas em benefício aos camponeses, como a reforma educacional, no entanto, a lei eleitoral de 03 de junho inicia a restauração da autocracia, garantindo uma eleição para a Duma menos representativa do ponto de vista da classe trabalhadora e dos camponeses, ao mesmo tempo em que conservava ao czar poderes absolutos em questões diplomáticas. No cerne da restauração aparece como figura

protagonista Stolípín, presidente do conselho de Estado (1906-1911) - que definiu essa nova política eleitoral - e ministro do Interior. Conduziu seu mandato sob a égide da pacificação e da reforma.

Lenin (1981p, p.451-452) ao descrever os primeiros trabalhos da III Duma em 1908, assinala o caráter burocrático e aristocrático dos seus trabalhos. Stolípín e seus partidários através política agrária compreendiam claramente que era preciso acabar com os resquícios do velho regime: “[...] Stolypin y los terratenientes han emprendido con valentía el camino revolucionario, destruyendo del modo más implacable el viejo orden de cosas y entregando las masas campesinas al saqueo de los terratenientes y los kulaks.” De acordo com Hill (1977, p.76-77):

A política de Stolipin visava a uma revolução agrária, esposada pelo governo, mais drástica do que a demarcação inglesa em fins do século dezoito e só menos ampla, em seus efeitos, do que a coletivização de 1930; se completada, teria afetado prejudicialmente a uma população maior que qualquer dessas duas reformas agrárias. Após a dissolução da primeira Duma de Estado, as medidas de Stolipin tinham de ser tomadas por decreto; outra Duma teve de ser dissolvida, e as liberdades drasticamente cerceadas, antes de ser aceita essa política. Ainda assim, o novo esquema só conseguiu vingar com violência e lei marcial. Mais de onze mil pessoas foram condenadas a penas diversas, em 1907, sendo 3500 enforcadas. A força era lugubrememente apelidada “a gravata de Stolipin”. Houve aldeias que perderam um em cada dez homens.

O desenvolvimento econômico na Rússia a partir das reformas de Stolípín se deu pela via prussiana, mas por um curto período. Anderson (1985, p.352) apontou em seus estudos que não havia a possibilidade da via prussiana ter ocorrido na Rússia daquele momento, visto que considera que nesse país o feudalismo somente fora rompido com a revolução de 1917.

[...] embora fosse inegável a rápida expansão das relações capitalistas de produção no campo, no período anterior à Primeira Guerra Mundial, elas nunca chegaram a adquirir a força de um grande êxito econômico, e sempre continuaram enredadas na vegetação rasteira das relações pré-capitalistas. Em consequência, o setor predominante da agricultura russa em 1917 caracteriza-se pelas relações feudais de produção.

Nesse caminho Anderson (1895, p.354) faz uma distinção entre o campo e a cidade. Para o autor as relações da cidade eram capitalistas e as relações do campo feudais. A nobreza fundiária era a classe dominante na Rússia, o czarismo era o aparelho de sua dominação. “[...] A burguesia era demasiado frágil para lançar um desafio autônomo e nunca conseguira ocupar posições-chave na administração do país.”

Ao analisarmos os textos de Lenin desse período, percebemos sim em suas análises considerações das estruturas feudais fortemente arraigadas. Em 1912 – período dos escritos de Lenin que Anderson utiliza para afirmar sua tese –, Lenin observa (1981r, p.335):

“El problema agrario” engendrado por tal estado de cosas consiste en suprimir los restos del régimen de la servidumbre, que se han convertido en un obstáculo insoportable para el desarrollo capitalista en Rusia. El problema agrario en Rusia consiste en transformar radicalmente la vieja propiedad agraria medieval, tanto la terrateniente como la campesina de nadiel. Y esta transformación ha devenido absolutamente indispensable como consecuencia del atraso extremo de este régimen de posesión de la tierra, de la discordancia extrema entre el y todo el sistema de economía nacional, que se ha hecho capitalista.

Dessa forma, de acordo com Lenin (1981q,185) é impossível negar a entrada do capitalismo desde a primeira reforma que se estabeleceu em 1861. “[...] Y después de 1861, el desarrollo del capitalismo en Rusia fue tan rápido que en varios decenios hubo transformaciones que se llevaron siglos enteros en algunos países viejos de Europa.” Anderson (1985, p.354) para justificar sua postura, compara a situação russa com a da Alemanha, aponta o papel da Duma criada depois da primeira revolução russa, o czar podia vetar qualquer proposta dessa assembléia.

[...] Não havia portanto comparação possível com a situação da Alemanha imperial, onde havia sufrágio universal masculino, eleições regulares, controle parlamentar do orçamento e atividade política irrestrita. Na Rússia nunca teve lugar a transmutação política qualitativa que fez do Estado feudal prussiano o Estado capitalista alemão. Tanto os princípios organizacionais como o funcionalismo czarista permaneceram inatos até o fim.

Anderson (1985, p.355) ainda afirma que: “[...] A *formação social* russa era um conjunto complexo dominado pelo modo de produção capitalista, mas o *Estado* russo continuava a ser um absolutismo feudal. [...]”

De fato, a Rússia não possuía uma política administrativa que se assemelhasse a política burguesa de representatividade da Alemanha, mas as reformas que se seguiram após a revolução de 1905-1907, com a transfiguração dos latifúndios feudais em empresas agrícolas, encampando cada vez mais a mão de obra assalariada provinda do campesinato espoliado da sua terra, ou sem condições de plantar, possibilitou a Rússia um desenvolvimento semelhante ao da Prússia, mas por um curto prazo.

A política de ação de Stolípín no campo, através da reforma agrária, não movimentou as estruturas tradicionais, favorecendo os *kulaks* garantindo-lhes a posse da terra. Ao mesmo tempo os latifúndios da Igreja e da nobreza não foram tocados. Os camponeses permaneceram

na pobreza. A pacificação fora pretendida através do apoio das alas conservadoras na Duma e da política agrária que favorecia os *kulaks*. No entanto, essa “calmaria” que tomara conta da Rússia, começou a ser rompida no campo em 1912 quando o governo reprimiu com mortes a greve dos mineiros das jazidas auríferas do Lena no começo daquele ano.²⁹

Com a morte de Stolípin em 1911 a Rússia regrediu na via prussiana. O acordo da burguesia com a nobreza feudal foi rompido. De acordo com del Roio (2007b, p.69), desde de meados de 1907 a monarquia absolutista fora restaurada completamente, “[...] preservando, todavia, o projeto de desenvolvimento capitalista, embora possa ser dito agora que se assemelhasse mais a Áustria-Hungria.”

No bojo das transformações reformistas que se estabeleceram na Rússia, Lenin não abria mão em seus textos de reafirmar a necessidade de se estabelecer o ponto de vista verdadeiramente revolucionário, reforçando a luta camponesa. Neste ínterim a I Guerra Mundial se constituiu como evento para o amadurecimento da crise revolucionária.

²⁹ Esse processo fez com que a III Duma – *Duma dos Senhores* - fosse extinta em 09 de junho. A IV Duma começa a funcionar em 15 de novembro, naquele momento com maior representatividade da ala revolucionária, completa seu mandato em 25 de fevereiro de 1917.

SEGUNDA PARTE

A QUESTÃO AGRÁRIO-CAMPONESA NAS REVOLUÇÕES DE 1917 ÀS ÚLTIMAS REFLEXÕES DE LENIN

Entre o recrudescimento da revolução democrática de 1905-1907 e a de fevereiro de 1917, Lenin viveu fora da Rússia, em Genebra e Paris. Dedicou-se, entre outras coisas, na propaganda das idéias socialistas, fundou o jornal *Pravda* (a verdade). Em janeiro de 1910 o POSDR se reúne em Paris a fim de tentar uma aproximação entre os dois setores da social-democracia russa, no entanto essa aproximação se dará somente até 1912, quando a divergência dos *bolcheviques* com a tese *menchevique* de revolução por etapas não se superou. A partir de então dois partidos são formados: Partido *Menchevique* e Partido *Bolchevique*.

Em novembro de 1912 foi realizado o Congresso Socialista Internacional extraordinário, no qual foi assinado o manifesto da Basiléia que previa a possibilidade de uma guerra imperialista, demonstrando o caráter de pilhagem dessa guerra, advertindo, também, o operariado internacional para se aproveitar da crise econômica e política para transformar essa luta numa luta socialista. Contudo o ano de 1914 marca o retrocesso de toda Social-Democracia com a votação dos créditos de guerra pelos dirigentes da Segunda Internacional fundada em 1889.

A guerra colocou frente à frente nas trincheiras trabalhadores de diversas nacionalidades. Diante de toda miséria e morte trazidas por esse fato, surgiu a vontade imperiosa de suplantar esses limites. Fruto de um processo histórico longo e aligeirado pela guerra, a Revolução Russa de 1917 trouxe ao debate sobre o socialismo inúmeras questões a serem superadas no imediatismo dos acontecimentos e ao longo do processo.

Segundo Osvaldo Coggiola (2007, p.12) a Rússia foi o país que mais sofreu danos em decorrência da guerra tornando mais agudas as suas contradições históricas. Um império que englobava diversas nacionalidades com 174 milhões de habitantes e dentre esses 124 milhões no campo, caracterizava a questão da terra o problema central, visto que: “só 5% dos camponeses eram proprietários e, no máximo 12% eram “abastados” – os *kulaki*; 40% não tinham meios suficientes para sobreviver.”

Outros fatores foram marcantes para o desabrochar da revolução, como o desenvolvimento desigual e combinado apontado por Trotsky (1967), entre outros, a

existência na Rússia de um partido clandestino - o Partido *Bolchevique* com sua organização centralizada e disciplinada.

Nesta etapa do trabalho serão apresentadas as reflexões de Lenin sobre a questão camponesa no contexto do imperialismo, nova etapa do capitalismo, que havia, de acordo com Del Roio (2007b, p.69) surgido já em fim do século XIX:

[...] A época imperialista, iniciada em torno de 1880, possibilitou a ampliação do estatuto da cidadania nos Estados liberal-imperialistas e a difusão das ideologias nacionalistas, submetendo assim o movimento operário aos interesses materiais e ideológicos da burguesia, com a incorporação do sindicato e do partido operário a institucionalidade burguesa. Mais ainda, o imperialismo havia tornado possível que uma camada superior da classe operária, melhor organizada e com melhores condições de vida, aceitasse e apoiasse a política imperialista.

Diante desse quadro, a guerra mundial trouxe a necessidade do rompimento com esse processo, colocando na perspectiva socialista, com maior vigor, a revolução socialista no cenário internacional. De acordo com Lenin, ao mesmo tempo em que o imperialismo favorecia alguns setores do capitalismo, colocava os trabalhadores dos diversos países em condições de subjugação análogas, possibilitando maior aproximação dessa classe social.

As análises de Lenin com relação ao imperialismo (1916) e a formação da Internacional Comunista (1919) apontaram a perspectiva de superação do capitalismo no cenário internacional. Contudo a partir de 1921 a Rússia se viu sozinha nessa batalha. Lenin, como principal dirigente e teórico da revolução meditou sobre as táticas em seu país, vislumbrando conservar o poder e ao mesmo tempo sustentar a alternativa socialista como modelo de superação do capitalismo internacionalmente.

CAPÍTULO 1

OS CAMPONESES E A TRANSIÇÃO

Neste capítulo apresentaremos os decursos das revoluções de 1917 e o papel dos camponeses nessa etapa. Veremos como Lenin pensou a passagem da revolução democrática de fevereiro para a revolução socialista de outubro. Desde fevereiro a questão da terra será alocada no debate entre as diversas forças da revolução. *Bolcheviques*, *mencheviques*, socialistas-revolucionários, colocam na ordem do dia a nacionalização das terras, a repartição,

o pagamento ou não da indenização aos grandes proprietários. No decorrer desta contenda, de acordo com Linhart (1983, p.25), na Rússia nada se fazia no verão – junho, julho, agosto. Esta estação, principalmente em 1917, apenas semeou um “[...] caminhar silencioso e subterrâneo do pensamento coletivo [...]”. Julho e setembro eram os meses dos grandes trabalhos agrícolas e os momentos que a massa camponesa colhia os frutos do seu trabalho e naquele ano:

Eis que em agosto-setembro-outubro de 1917, este pensamento coletivo se condensa, e uma idéia simples toma conta da imensa massa camponesa que vai, novamente, derrubar a Rússia: é preciso agir agora, no momento dos trabalhos de plantio. É agora que cabe a nós, camponeses, tomar as terras senhoriais, marcando-as com nosso trabalho e estabelecendo assim nosso direito.

Linhart (idem) entende que a passagem da revolução democrática para a revolução socialista não fora um simples entendimento dos *bolcheviques* para tomar o poder, mas sim somadas às iniciativas camponesas.

Agosto-setembro-outubro de 1917: em quase toda parte, na imensa planície russa, as massas camponesas passam à ação, tomam as terras dos senhores, proibem pela força os trabalhos dirigidos pelos proprietários de terras, realizam, de acordo com seus interesses e vontade, os trabalhos de plantio e de semeadura, fazem por sua conta o corte da lenha nas florestas dos senhores. O movimento de massa camponês decide resolver à sua maneira a “questão agrária”. É a divisão na marra. A Revolução passa para um novo momento decisivo: mais uma vez, todas as forças sociais e políticas, todos os indivíduos que até então participavam da ação revolucionária serão testados. Que atitude adotarão em face da sublevação camponesa?

Nesse rumo, diante das táticas assumidas pelos *bolcheviques* para conseguir manter o poder proletário após outubro, enfocaremos o papel que campesinato assumiu nas análises de Lenin. Abarcaremos neste capítulo as reflexões do autor até meados de 1918, quando a fome se mostra à Lenin como grande inimiga da revolução e logo após começa a reavaliar o papel do camponês médio em território russo.

O imperialismo

Nesse momento torna-se relevante entender essa nova configuração, visto que as táticas leninianas estarão configuradas no quadro do imperialismo. Assim, como já caracterizado, sua produção teórica está intrínseca à prática revolucionária. É no contexto da guerra imperialista que Lenin (1984b, s/p) elaborou uma das principais obras acerca do

desenvolvimento do capitalismo: *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*, de 1916. Neste estudo o autor apresenta no novo contexto como o capitalismo se configurava:

A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e a sua imprensa enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países «avançados». A partilha desse «saque» efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.

Lenin (1984b) demonstra que ao chegar a um determinado grau de desenvolvimento, a concentração da produção em empresas cada vez maiores conduz diretamente ao monopólio, de tal forma que, para algumas dezenas de grandes empresas é muito fácil chegar a um acordo que derrube a concorrência. Diante disso Lenin considera que o imperialismo é uma fase histórica especial do capitalismo, a qual possui três peculiaridades, o imperialismo implica fundamentalmente na existência: 1- do capital monopolista; 2- capital parasitário ou em decomposição; 3-capital agonizante.

Assim, a substituição da livre concorrência pelo monopólio é a característica econômica fundamental, a essência do imperialismo. O monopolismo se manifesta de cinco formas principais: 1- cartéis; 2-situação monopolista dos bancos; 3- conquistas das fontes de matérias-primas por parte dos trustes; 4- repartição econômica do mundo entre os cartéis internacionais; 5- repartição territorial do mundo (formação de colônias).

Para Lenin (1984b), esta mudança de etapa de capitalismo em imperialismo representa também uma mudança de época histórica, ou seja, ocorre a passagem da etapa do velho capitalismo – da livre concorrência – para uma nova fase, moderna, isto é, dos monopólios, do imperialismo, uma época de grandes enfrentamentos de classes, de guerras e revoluções.

Outro aspecto importante do imperialismo registrado por Lenin (1984b) é o papel assumido pelos bancos que passam a manifestar estreita relação com as maiores empresas industriais e comerciais. Conforme explica Lenin, o século XX assinala o ponto de viragem do capitalismo, no qual a dominação atua na esfera do capital financeiro.

É importante ressaltar que para Lenin (1984b) a política colonial e o imperialismo já existiam antes da fase superior do capitalismo e até antes do capitalismo. No entanto, o autor esclarece esse ponto, afirmando que a particularidade fundamental do capitalismo moderno

consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas de todas as fontes de matérias-primas. A posse das colônias é a única situação que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário.

Dessa forma, segundo Lenin (1984b), o imperialismo é, por sua essência econômica, o capitalismo monopolista. O autor aponta ainda que há quatro variedades essenciais de monopólio. 1- O monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento; 2- Os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e a siderúrgica; 3- O monopólio surgiu dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro; e 4- O monopólio nasceu da política colonial.

Nessa nova composição do capitalismo, da transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, Lenin (1984b, s/p) enxerga, nesse último, as bases materiais para o surgimento do socialismo. O incremento da indústria e o rápido processo de concentração da produção em empresas cada vez maiores seriam as principais características do capitalismo imperialista, bem como a associação das grandes empresas aos bancos. Visto que o trabalho nas grandes empresas é mais produtivo, ocorre, também, a concentração de operários e da produção.

[...] O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral da livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais duro, mais sensível, mais insuportável.

Assim, a transformação da concorrência em monopólio assume grande relevância para pensarmos a transição para o socialismo. A concentração em uma única empresa, ou a combinação de diferentes ramos da indústria em uma única corporação, representa a socialização cada vez maior das forças produtivas. O papel dos bancos nesse processo seria o de unificar os capitais, favorecendo logicamente os capitalistas, convertendo capital-dinheiro inativo em capital ativo, ou capital que rende lucro. De acordo com Lenin (1984b, s/p)

[...] Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc.

Os bancos reúnem os rendimentos em dinheiro, colocando-os a disposição, logicamente, dos capitalistas. Por outro lado, Lenin (1984b) vislumbrou uma maior aproximação dos operários no contexto internacional, devido essa nova configuração das empresas no imperialismo.

É certo que o capitalismo, em sua fase imperialista, não se desenvolveu para o socialismo. Este, através de seus agentes, encontrou caminhos de racionalização dos capitais, por intermédio de órgãos administrativos, como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. O que de fato se viu acontecer foi a subsunção cada vez maior do trabalho ao capital.

A revolução de fevereiro (março)

A participação da Rússia na primeira guerra mundial foi desastrosa no sentido bélico. Após a vitória contra a Austria-Hungria em 1914, deparou-se com sua incapacidade militar devido o uso de equipamentos defasados, somado ao fato de que em 1915 a Alemanha investiu contra o exército russo e a partir disso as notícias de mortes e das derrotas militares teve grande reflexo em terras russas.

Em 1916 a Duma advertiu o governo que era preciso mudar a forma constitucional. Nada foi feito por parte do czar que em 1915 havia assumido o controle das forças militares e deixado o governo nas mãos dos ministros de Estado e da czarina Alexandra. Assim no início de 1917 a situação da Rússia era de escassez de alimentos – grande parte do contingente masculino havia sido escalada para as trincheiras da guerra imperialista, por isso a produção de alimentos ficou debilitada-, houve saques em lojas de alimentos, enfim, insatisfação geral com o governo.

Em 18 de fevereiro a principal fábrica de Petrogrado anunciou a greve na qual os funcionários foram demitidos; lojas foram fechadas e em 23 de fevereiro (08 de março), dia internacional das mulheres, ocorreu uma série de passeatas, e entre elas, as mulheres da indústria têxtil, saíram às ruas chamando companheiros das fábricas a aderirem sua mobilização. A insatisfação era tamanha que nem mesmo os soldados do governo czarista reprimiram as mobilizações. Em apenas oito dias o czar Nicolau II foi pressionado a abdicar do poder monárquico. Após trezentos anos de existência, enfim, caíra a dinastia dos Romanov.

Lenin (1977a, s/p), ainda na Suíça, em 07 (20) de março escreve as “Cartas de Longe”, no qual explicita que a revolução de fevereiro (março) foi fruto de uma série de acontecimentos internacionais e locais sem o qual seria impossível a derrocada do czarismo.

Sem a revolução de 1905-1907, sem a 1907-1914, teria sido impossível uma «autodeterminação» tão exacta de todas as classes do povo russo dos povos que habitam na Rússia, uma determinação da relação destas classes entre si e com a monarquia tsarista, que se manifestou durante os dias da revolução de Fevereiro-Março de 1917. Esta revolução de oito dias foi «representada», se nos é permitido exprimir-nos em termos metafóricos, como que depois de uma dezena de ensaios gerais e parciais; os «actores» conheciam-se uns aos outros, os seus papéis, os seus lugares, o seu cenário, completamente, de ponta a ponta, até ao menor matiz das orientações políticas e métodos de acção.

Portanto, como o próprio Lenin (1977a) abaliza, não existe milagres na natureza e nem na história. Só foi possível o desenvolver da revolução devido os três anos de “ensaio geral”, 1905-1907, bem como a contra-revolução de 1907-1914, com os mandos e desmandos do poder czarista. Somados a isso a guerra imperialista foi o fator que aprofundou as contradições de classe e colocou o mundo numa crise econômica, política de intensidade inaudita.

Na Rússia havia três componentes políticos à frente desse processo. A monarquia czarista, representando os latifundiários feudais e a velha burocracia; a burguesia latifundiária; e os *soviets* de deputados operários. Assim a primeira fase da revolução se configurou através do ataque conjuntos destas duas últimas forças contra o czarismo. Diante disso o que se estabeleceu na Rússia foi uma situação de duplo poder. O parlamento, de maioria burguesa, assumiu o novo governo e junto a isso os *soviets* se concentraram em Petrogrado a fim de terem maior visibilidade política. De um lado o Governo Provisório constituído pelos partidos liberal e conservador que representavam a maioria na Duma

ocuparam os postos vagos pela monarquia e de outro o *soviet* de Petrogrado representando a massa trabalhadora.

As teses de abril

Lenin (1977b) chega a Rússia em abril e nas famosas *Teses de Abril* esclarece os limites do governo provisório e aponta os caminhos para que a revolução democrática burguesa, já realizada, transforme-se em revolução socialista. Nesse momento o governo ainda mantinha a Rússia nos conflitos da guerra, o que fez com que Miliukov, chefe do governo Provisório renunciasse. O parlamento passa a ser constituído de trabalhadores e burgueses.

As dez *Teses*, publicadas no artigo *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*, constituem a grande bandeira do bolchevismo desse período. No geral, Lenin (1977b) defende – quinta tese - a passagem do poder através de uma república aos *soviets* de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses. Contudo esmiúça os principais problemas que abarcam a Rússia para que esta seja conduzida, através do partido, para a revolução socialista.

Na primeira tese afirma que a continuidade na guerra imperialista não condiz com os interesses revolucionários, visto a ligação indissolúvel desta com o capital; o segundo ponto elencado por Lenin é o reconhecimento da insuficiente consciência e organização do proletariado na primeira etapa da revolução, no entanto ressalta que a segunda etapa revolucionária deve dar o poder somente ao proletariado e as camadas pobres do campesinato, para isso o trabalho do partido entre as massas – na quarta tese Lenin irá destacar o papel dos *bolcheviques*, que se encontram em menor número nos *soviets*, de explicar as massas com um trabalho de crítica e esclarecimento, que a única forma de governo revolucionário é através dos *soviets* de deputados operários. Contudo, para uma melhor atuação dos *bolcheviques*, Lenin (1977b) define na tese de número nove as tarefas do Partido, e entre elas a mudança de denominação.

Na terceira tese ratifica a necessidade de não se apoiar o governo provisório; na sétima defende a necessidade de junção de todos os bancos a um único banco nacional sob o controle dos *soviets* de deputados operários (SDO), bem como o controle da produção social e da distribuição dos produtos por parte desse organismo, defendido na oitava tese, deixando

claro que não é tarefa imediata a introdução do socialismo. Sua décima tese aborda o projeto de renovação da Internacional.

Na sexta tese Lenin (1977b, s/p) fala do programa agrário:³⁰

6. No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os *Soviets* de deputados assalariados agrícolas.
Confiscação de todas as terras dos latifundiários.
Nacionalização de *todas* as terras do país, dispondo da terra os *Soviets* locais de deputados assalariados agrícolas e camponeses. Criação de *Soviets* de deputados dos camponeses pobres. Fazer de cada grande herdade (com uma dimensão de umas 100 a 300 deciatinas, segundo as condições locais e outras e segundo a determinação das instituições locais) uma exploração-modelo sob o controlo dos deputados assalariados agrícolas e por conta da colectividade.

Percebemos, assim, a descentralização do poder proposta por Lenin ao atribuir a cada segmento social a empreitada de conduzir as transformações sociais respeitando os princípios de socialização e da coletividade. Reforçando o poder dos *soviets* e das massas, principalmente do *soviet* de Petrogrado, é que Lenin (1977c) vislumbrou a possibilidade de superar o duplo poder. Para Lenin a participação no Governo Provisório era inviável, uma vez que o *soviet* de Petrogrado se constituía como instrumento dos trabalhadores para conduzir a revolução.

O conteúdo das *Teses de Abril* se tornou importante documento no seio do *bolchevismo*, pois nele encontramos - mesmo que de maneira enxuta -, de forma resoluta os princípios defendidos e aplicados por Lenin nesse período. Suas análises se pautaram em demonstrar que a estrutura do antigo regime ainda precisava ser superada, bem como a necessidade de se trazer as massas para a luta socialista através do convencimento e conscientização – tarefa do partido; utilizando para isso, as próprias reivindicações populares.

As tarefas do campesinato

Entre 13 e 17 (26-30) de abril se reuniram em assembléia na cidade de Petrogrado representantes das organizações camponesas e dos *Soviets* de deputados camponeses. Participaram representantes de 27 províncias, delegados do exército e representantes da União Camponesa. Lenin (1983c, p.167) denominou essa assembléia de Congresso dos deputados

³⁰ Nota-se que o programa agrário defendido por Lenin neste texto e nos que se seguirão até outubro é o mesmo defendido em 1906, no entanto veremos que não será o mesmo implantado após a revolução socialista de outubro.

camponeses e esta foi presidida pelos socialistas revolucionários, *trudoviques* e socialistas populistas. Nela foi aprovada a resolução da necessidade de organizar o campesinato da base ao topo, reconhecendo como melhor forma de organização os “*Sovietes* de deputados camponeses a diversos níveis”.

Para Lenin (1983c, p.168) essa iniciativa era de enorme alcance sendo necessário apoiá-la, no entanto, destaca a necessidade de se “agrupar separadamente os elementos proletários (assalariados agrícolas, jornaleiros etc) no *seio* dos *Sovietes* de todos os camponeses ou (por vezes e) organizar separadamente *Sovietes* de deputados agrícolas.” Para que essa organização não sucumba aos elementos pequenos burgueses. De acordo com o autor,

É necessário, para fazer progredir o movimento, subtrai-lo à influência da burguesia, esforçar-se por desembaraçá-lo das fraquezas, hesitações e erros inevitáveis da pequena burguesia.

Deve-se proceder por meio da persuasão, fraternalmente, sem se antecipar aos acontecimentos, sem se apressar a “selar” no plano da organização o que ainda não penetrou suficientemente nas consciências, não foi suficientemente meditado, compreendido, sentido pelos próprios representantes dos proletários e dos semiproletários do campo. Mas é preciso realizar este trabalho, é preciso começá-lo imediatamente e por toda parte.

Diante disto, é salientado que as reivindicações dos camponeses devem emergir da atualidade dos acontecimentos, colocados pela própria existência em questão. Este ponto é incontestável para Lenin, pois somente com a conscientização dos camponeses – proletários e semiproletários do campo – a respeito da sua efetiva condição na produção e reprodução no campo é que a sociedade russa alcançaria os objetivos da revolução socialista.

Assim a primeira questão a ser levantada é a da terra. Todas as terras ao povo sob a responsabilidade dos comitês locais. Neste ponto Lenin (1983c, p.169) observa que nem todas as explorações camponesas possuíam condições de se prover, visto que não detinham estrutura suficiente. Para efeito, acrescenta a necessidade de se por em discussão e em prática a existência das grandes empresas agrícolas.

Não podemos ocultar aos camponeses, e muito menos aos proletários e semiproletários do campo, que, enquanto subsistirem a economia de mercado e o capitalismo, a pequena exploração *não estará* em condições de libertar a humanidade da miséria das massas, que é preciso *pensar* em passar à grande exploração, trabalhando por conta da sociedade, e *fazê-lo imediatamente*, ensinando as massas e *aprendendo com as massas* as medidas práticas adequadas a esta passagem.

Neste curso, de trabalho conjunto com as massas, de conscientização e participação, Lenin (idem) salienta outra questão importante: a organização e gestão do Estado. Trata-se de construir a democracia com a iniciativa das massas “[...] assegurando a sua participação efectiva *em toda* a actividade do Estado, sem “vigilância” de cima, sem funcionários”, uma democracia à partir de baixo. Considerou como tarefa prática para o momento o armamento total e geral do povo, substituindo a polícia, o corpo de funcionários e o exército permanente.

Nos textos de Lenin sobre o problema agrário que se estendem até meados de agosto encontraremos sempre a afirmação da necessidade de se pautar os processos revolucionários com base no setor agrícola, pois somente com a maioria da população consciente é que a revolução democrática se transformaria em socialista. De maneira geral, suas análises demonstram a necessidade da nacionalização de todas as terras e apontam as divergências de táticas com os outros partidos de esquerda, como os *mencheviques* e socialistas revolucionários.

As divergências da “esquerda”

Impedido por doença de participar do Congresso camponês como representante do partido, Lenin (1983e), em 07 (20) de maio, através de carta indica as divergências entre o POSDR *bolchevique* e os socialistas revolucionários, e também, com o partido social democrata *menchevique* que participavam do governo provisório. Elas se pautam sobre três questões principais: a terra; a guerra; e a organização do Estado³¹.

No que diz respeito ao problema da terra é mais uma vez salientado a passagem da produção aos camponeses sem indenização e sem resgate, reforçando sua organização para alimentar os soldados. Preocupado com as provisões da primavera, Lenin (1983e, p.176) esclarece que é preciso desde aquele momento passar as terras e a produção aos camponeses, sem esperar pela Assembléia Constituinte que deve apenas estabelecer o estatuto definitivo da terra, mas o controle da produção deve ser feito pelas administrações locais.

As disposições prévias, no que concerne as terras só podem ser tomadas pelas administrações locais. Os campos devem ser semeados. A maior parte dos camponeses saberão muito bem organizar-se para dispor das terras, procederem às lavras e sementeiras em toda a sua extensão. Isto é necessário para melhorar o aprovisionamento dos soldados na frente. Por isso, é inadmissível esperar pela Assembléia Constituinte. Não negamos de modo

³¹ Sua aceção sobre a guerra e a organização do Estado está elucidada nas *Teses de Abril*.

algun à Assembléia Constituinte o direito de consagrar definitivamente a propriedade nacional do solo e fixar condições da sua fruição. Mas, previamente, desde já, no decurso desta Primavera, os próprios camponeses devem, *in loco*, dispor das terras. Os soldados da frente podem e devem enviar delegados às aldeias.

Lenin reafirma a união dos trabalhadores da cidade com os camponeses pobres (semiproletários) para que a terra efetivamente pertença aos trabalhadores, uma vez que sem essa união, consagrada através da aliança operário-camponesa, seria impossível vencer os capitalistas, e a distribuição de terras não poria fim a miséria. No texto *Projeto de resolução sobre a questão agrária (para o I Congresso de deputados camponeses de toda a Rússia)* Lenin (1983f) sintetiza suas propostas para o campo em sete itens.

1- Terras ao povo sem resgate; 2- Imediata utilização econômica das terras por intermédio dos *soviets* de deputados camponeses sem decidir quanto ao regime fundiário que deve ficar a cargo da Assembléia Constituinte ou do Conselho de *Soviets* caso o povo transmita o poder central a esses organismos; 3- Abolição da propriedade privada da terra. As instituições democráticas locais devem dispor as terras; 4- Recusar a proposta do Governo Provisório de acordos com os grandes agrários; 5- Aliança dos camponeses com os operários da cidade para a efetivação das propostas; 6- União dos operários agrícolas e camponeses pobres em *soviets* ou agrupamentos distintos para defenderem seus interesses contra os camponeses ricos que tendem para os capitalistas e grandes agrários; 7 - Controle imediato da produção agrícola pelos deputados operários e camponeses.

Ao final do mês de junho aconteceu em Petrogrado a Conferência dos sindicatos de toda a Rússia. Sobre esse evento Lenin (1983g, p.185) adverte a importância de se fundar um sindicato dos operários agrícolas agrupando “todos aqueles que trabalham essencialmente, *ou mesmo parcialmente*, como assalariados em empresas agrícolas.”

[...] Será necessário subdividir tais sindicatos em sindicatos de operários agrícolas propriamente ditos e em sindicatos de operários que só parcialmente são operários assalariados. É o que mostrará a experiência. Em todo caso, o essencial é que os interesses de classe fundamentais de *todos aqueles* que tiram, mesmo que só uma parte, dos seus meios de existência do trabalho assalariado “entre outros” é absolutamente necessária.

A tese de uma organização autônoma do proletariado rural está no programa do POSDR desde 1906 e no momento revolucionário é salutar a organização desta categoria social para que consiga defender seus interesses de classe. Lenin destaca mais uma vez a

existência de diversos interesses sociais no campo, salientando a necessidade de se agrupar separadamente tais categorias sociais.

Lenin (1983h, p.188) avalia a necessidade de um estudo pormenorizado sobre as regiões russas, que diferem, como vimos na primeira parte do trabalho, na forma que a propriedade da terra e seu usufruto assumiu, tomando para si reivindicações diversas.

[...] É, por exemplo, particularmente indispensável publicar a lista completa das províncias, distritos e cantões, indicando quantos mandatos provêm de cada localidade, quando foram redigidos ou recebidos, e fazendo uma análise, pelo menos, das principais reivindicações formuladas, a fim de que se possa verificar se existem diferenças sobre este ou aquele ponto entre as regiões. As regiões de propriedade familiar e as regiões de propriedade colectiva do solo, as regiões grã-russas e as regiões de alógenos, as regiões centrais e as regiões fronteiriças, as regiões que não conheceram a servidão, etc., diferem por exemplo, de opinião quanto à abolição da propriedade privada de todas as terras *dos camponeses*, quanto às partilhas periódicas, quanto à interdição do trabalho assalariado, quanto à confiscação do gado e alfaías dos latifundiários, etc., etc.

O Congresso de deputados camponeses de toda a Rússia redigiu um documento, através dos seus 242 mandatos, sobre a situação dos camponeses imersos em suas diferentes localidades. De acordo com Lenin (1983h, p.189) esse documento deve ser de conhecimento de todos no partido *bolchevique*, visto que: “[...] nós, marxistas, devemos consagrar-se com todas as nossas forças ao estudo científico dos factos em que se baseia a nossa realidade”.

Este escrito é de suma importância para Lenin explicitar as posições das frações de esquerda, no que concerne a questão camponesa, no seio da luta revolucionária. De acordo com o autor este documento se constitui em duas partes, a primeira apontando as questões políticas em geral, e a segunda a questão camponesa. Dois pontos são elencados por Lenin dessa primeira parte: a eleição de todos os funcionários e o exército permanente, e o do fim da guerra. Diante disto, Lenin (*idem*) argumenta que as posições de socialistas revolucionários e *mencheviques* não iam ao encontro das posições dos camponeses, visto que esses defenderam a nomeação de um comissário em Cronstadt sem se respaldarem na vontade do povo, bem como, colocaram-se contra a reivindicação *bolchevique* “[...] da criação imediata de uma milícia operária e da passagem ulterior à milícia de todo o povo.” Esses pontos, de acordo com Lenin, colocavam os camponeses próximos ao programa *bolchevique*.

Nas palavras de Lenin (1983h, p.189-90), no que diz respeito às demandas agrárias, o resumo dos mandatos constituía prioritariamente na abolição sem indenização da propriedade do solo,

[...] até e inclusive a propriedade camponesa; na transmissão ao Estado ou às comunidades rurais das empresas agrícolas altamente desenvolvidas, na confiscação de todo o gado e alfaías das terras confiscadas (excepto dos camponeses que cultivam pequenas parcelas), devendo ser transmitidos ao Estado ou às comunidades, na interdição do trabalho assalariado; na distribuição igualitária do solo entre trabalhadores com partilhas periódicas, etc. Os camponeses exigem, a título de medida transitória antes da convocação da Assembléia Constituinte, a promulgação *imediata* de leis proibindo a compra e a venda das terras, a revogação das leis que permitem às famílias saírem das comunidades, conseguirem a atribuição de lotes, etc., sobre a proteção das florestas, das pescas, etc., sobre a abolição dos contratos de arrendamento a longo prazo, a revisão dos contratos a curto prazo, etc.

Percebe-se a alusão ao programa agrário de Stolípín de 1906, no qual o camponês podia se separar da comunidade rural com seu lote e vendê-lo. Essa reforma beneficiou, principalmente, os *kulaks*, desprivilegiando os camponeses pobres, inculcando nos camponeses a mentalidade burguesa da individualidade das posses. Nestas circunstâncias Lenin corrobora seu ponto de vista de que é impossível concretizar os anseios camponeses em aliança com os capitalistas.

Como porta-vozes dos camponeses, os socialistas revolucionários viam estas transformações no quadro do Estado existente, acreditavam que não era preciso derrubar a dominação capitalista para alcançar tais fins. Lenin (1983h, p. 190) objeta:

Com efeito, a confiscação de todas as terras pertencentes a particulares equivale à confiscação de centenas de milhões de rublos de capitais dos bancos a que essas terras estão quase sempre hipotecadas. Concebe-se essa medida sem que a classe revolucionária quebre revolucionariamente a resistência dos capitalistas? E trata-se aqui do capital mais centralizado, o capital bancário, que está ligado por bilhões de laços aos centros mais importantes da economia capitalista de um país imenso e não pode ser vencido senão pela força não menos centralizada do proletariado das cidades.

Neste raciocínio, até mesmo a interdição do trabalho assalariado não passa de frase vazia senão se vislumbra as mudanças para o socialismo. Neste decurso, Lenin (1983h, p.191) avulta para um dos princípios da luta revolucionária, indagando: “[...] é a classe operária que conduzirá os camponeses em frente, para o socialismo, ou o burguês liberal que os fará retroceder para a reconciliação com o capitalismo?”

Desde as primeiras divergências no partido social-democrata russo, Lenin (idem) deixou clara sua postura de que a classe operária deve estar à frente dos processos revolucionários. No entanto, é preciso analisar as determinações impostas pela conjuntura,

para que não se aplique formulas prontas aos processos. E aqui dirige uma crítica aos *mencheviques*:

A ala oportunista da social-democracia não cessa de discorrer segundo esta sapientíssima fórmula: *sendo* os socialistas-revolucionários pequenos burgueses, “nós” rejeitamos o seu ponto de vista utopicamente pequeno-burguês sobre o socialismo *em nome* da negação burguesa do socialismo.

Para Lenin o cerne da questão agrária nesse momento se pautava na postura adequada frente aos socialistas-revolucionários. Não era oportuno ir contra os socialistas-revolucionários, pois estes encampavam as reivindicações camponesas. No entanto, o apoio a estes não seria viável, visto que defendiam como esboçado acima, as transformações sociais no quadro das reformas. Era preciso trazer os camponeses, operários e semi-operários do campo, para os ideais *bolcheviques*. O que não se colocava como tarefa impossível, visto que as reivindicações camponesas expostas através do documento dos 242 mandatos carregavam princípios socialistas. Assim, através da agitação e da propaganda, desviando estes sujeitos dos princípios ideológicos dos socialistas-revolucionários, Lenin vislumbrou a aliança operário-camponesa.

Antecedentes de Outubro (Novembro)

Os meses entre fevereiro e outubro, não foram apenas de agitação nos espaços de discussão, como assembléias e congressos. Foi um período de muitas mobilizações sociais, tanto do segmento social conservador quanto do povo que cansado de ser subjugado encontrou nesse período força para não sucumbir às pressões capitalistas.

Nos interstícios da guerra imperialista, os soldados, que em sua maioria eram sujeitos provenientes do campo, desertavam por não encontrarem motivos para permanecerem nas trincheiras defendendo um país que mal os alimentava. Os operários da cidade enfrentavam as represálias patronais com ameaças de corte de salários ou mesmo demissões. Nossas personagens do campo enfrentavam os ditames de uma estrutura rural fortemente arraigada de laços feudais, o que dificultava a produção de subsistência e se refletia na produção de excedente para alimentar soldados e operários na cidade.

Com a produção rural fortemente abalada pela guerra, a Rússia vivia sob o regime de rações para o povo que passava horas em filas, enfrentando as diversidades climáticas para obter o mínimo de calorias necessárias para sobreviver. Conforme se passavam os meses da

revolução de fevereiro o cenário social russo ficava cada vez mais abalado. De acordo com Reed (1967, p.45) duas opiniões circulavam na Rússia, uma de que a revolução já tinha ido longe demais e a outra de que era preciso ir até suas últimas consequências. Consequentemente “[...] as classes proprietárias estavam se tornando mais conservadoras e as massas populares, mais radicais.”

A repressão por parte do governo não cessava e a cada ato de insurgência das massas populares, uma resposta: a repressão. O governo provisório que se estabeleceu, como governo de coalizão, na Rússia para acalmar os ânimos populares, cada vez mais provocava o descontentamento massivo. Os representantes da “esquerda”, ou socialistas moderados que participavam desse governo, instruíam o povo a esperar a Assembléia Constituinte³², que por vezes foi adiada. As massas não esperaram. Operários, soldados e camponeses se organizavam a fim de atingir seus anseios. Reed (1967, p.46-7) narrou essa situação.

[...] os soldados começaram a resolver a questão a seu modo: desertando, pura e simplesmente. Os camponeses tocavam fogo nas casas dos senhores e apoderavam-se das terras. Os operários sabotavam a produção e faziam greve... E, evidentemente, como era de esperar, os industriais, os donos de terra e a oficialidade do Exército faziam valer toda a influência de que eram capazes para impedir qualquer concessão democrática [...]

Notadamente o governo provisório não representava o povo e aos poucos os *soviets* passavam a representar a vontade popular. Em julho, por exemplo, houve uma sublevação operária para exigir que os *soviets* se apoderassem do governo da Rússia, foi fracassada. Durante os meses de agosto e setembro os camponeses tomaram as grandes propriedades e as dividiram. Esses e inúmeros outros fatos, possibilitaram o ascenso *bolchevique* no cenário político.

Desde fevereiro os *bolcheviques* eram a minoria nas Dumas, no entanto, com o decorrer dos acontecimentos e as posições de Lenin demonstrando claramente o ponto de vista proletário, essa situação se reverteu. Se em julho os *bolcheviques* sofreram grande golpe após a derrota da sublevação proletária, sendo acusados até mesmo de apoiadores do governo alemão, em setembro as eleições municipais mostraram a aproximação do povo com Lenin e seus partidários.³³

³² Na primeira revolução russa - 1905-1907 – Lenin defendeu a possível participação *bolchevique* numa futura Assembléia Constituinte. Em 1917, com a ascensão dos *soviets* no cenário político essa palavra de ordem não fazia mais sentido. Em 05 (18) de janeiro de 1918 a Assembléia Constituinte se reuniu, contudo, não mais podia ser um órgão de representatividade dos trabalhadores, sendo dissolvida dois dias depois.

³³ De acordo com Reed (1967, p.61), em julho as eleições para a Duma central e as dumas de bairros de Moscou eram compostas por socialistas-revolucionários, *kadets*, *mencheviques* e *bolcheviques*, que respectivamente tinham, 58, 17, 12 e 11 membros representantes. Em setembro eram 14, 30, 4 e 47.

Ainda em setembro o General Kornilov³⁴, com o apoio da burguesia, no intuito de derrubar a revolução marchou sobre Petrogrado a fim de se tornar o ditador da Rússia. Foi derrotado e preso pelos comitês de soldados. Generais foram excluídos do exército, ministros foram afastados e o gabinete caiu. Uma crise de governabilidade se estabeleceu na Rússia. Kerensky tentou formar um novo governo, com o apoio dos *kadetes*, partido da burguesia, mas não conseguiu o apoio de seus partidários, os socialistas revolucionários.

Após esse episódio os *bolcheviques* assumiram a maioria nos *Soviets* de Petrogrado e mais tarde nos de Moscou, Kiev, Odessa e outras cidades. Lenin que estava refugiado na Finlândia após a insurreição de julho, retorna a Petrogrado no início do mês de outubro e no dia 10 em reunião com os membros do Comitê Central do Partido *Bolchevique*³⁵, decidiu-se tomar o poder. Neste momento o exército já não possuía a mesma força de julho, o governo desacreditado, não tinha mais poderes.

Nos dias 24 e 25 de outubro foi realizado o Segundo Congresso dos *Soviets*, o levante foi apresentado como um ato de defesa da revolução. Assim, no dia 25 de outubro, os *bolcheviques* assumiram o Palácio de Inverno³⁶. Não houve resistência. Soldados pró-*bolcheviques* conquistaram o palácio e prenderam os ministros presentes. Kerensky havia deixado o Palácio na noite anterior. Na noite do dia 25 Lenin formou o Conselho dos Comissários do Povo (governo *bolchevique*) sob a sua presidência, no entanto, só obteve o apoio de seus próprios partidários e de parcela dos socialistas revolucionários³⁷. Outros partidos se eximiram de tal iniciativa.

De acordo com Reed (1967) os dez dias após a tomada de poder pelos *bolcheviques* foram de intensos debates não somente entre os órgãos de representação, como entre a população russa. Ainda era necessário fazer crer que o povo assumira o poder através dos *bolcheviques*. Contra isso, a propaganda burguesa, como também dos *mencheviques* e os socialistas-revolucionários, faziam acreditar que os acontecimentos do dia 25 só faria retroceder a revolução. Uma contra-revolução fora incitada por parte de Kerensky e seus partidários; parte da população apoiada pela burguesia fazia greves com o apoio da burguesia

³⁴ Kornilov (1870-1918) nomeado comandante chefe do exército russo por Kerensky, foi afastado de sua função por exigir maior disciplina das forças armadas, foi preso e libertado após a revolução de outubro quando tentou aglutinar uma contra-revolução.

³⁵ Nesta reunião estavam presentes 12 dos 21 membros do Comitê, fato que tornou contestável a decisão do Partido, que teve, ainda, dois votos contrários. No entanto, cabe avaliar que já não havia um poder de fato na Rússia e que a decisão dos *bolcheviques* foi respaldada pela vontade popular.

³⁶ Residência do antigo czar e sede do governo provisório.

³⁷ Em setembro, parcela deste partido se juntou para formar o partido socialista revolucionários de esquerda, que se tornou importante aliado dos *bolcheviques* nessa primeira etapa da revolução.

a fim de limitar as demandas do povo russo e do novo governo; alguns setores se colocaram neutros nessa disputa, o que prejudicou as ações *bolcheviques*.

Enfim, depois de travadas disputas no âmbito político e social, os *bolcheviques* conquistaram o poder, sem fazer concessões às classes dominantes ou ao antigo Governo Provisório. E isto somente foi possível com o apoio da maioria dos trabalhadores, marinheiros e soldados provenientes do operariado, tanto urbano quanto rural.

A revolução e os camponeses

A revolução enfim fora firmada pelas ações dos *bolcheviques*, no entanto, como veremos, um longo caminho ainda deveria ser trilhado. Na marcha dos acontecimentos que desencadearam outubro, temos que atribuir especial atenção ao campesinato. Como já sabemos a revolução fruto de um processo longo, teve nessas personagens grande desempenho social e político.

Como vimos, a reforma de Stolípín não mudara em nada a situação dos camponeses pobres, e os que serviram no fronte da guerra imperialista desertavam voltando às suas aldeias com o anseio de justiça. De acordo com Wolf (1984, p.119):

[...] os camponeses iam se tornando cada vez mais radicais e suas exigências ultrapassavam de muito – como em 1905 – as de seus porta-vozes urbanos, mais cautelosos. Elevava-se regularmente, de mês em mês, o número de grandes propriedades e florestas expropriadas; foram 17 as expropriações, em março; em abril elevaram-se a 204; em maio, a 259; em junho, a 577; e em julho, a 1122.[...]

Wolf (1984, p.120) ainda caracteriza a constante intensificação da violência, afirmando que em maio 10% das desordens se pautavam em devastações e destruições de propriedades, número que aumentou para 57% em outubro. “Assim, no campo, o poder ia passando às mãos dos camponeses e soldados-camponeses, organizados em *soviets*.”, que para Wolf não passava dos antigos conselhos de aldeias sob roupagem revolucionária, “um processo de descentralização completa, a nível local.”

O campesinato russo, nesse período, depositava sua confiança nos socialistas revolucionários e não questionava a questão do poder. Sua ação, essencialmente, se dirigia à revolução agrária, ordenada em termos de partilha e expropriação das grandes propriedades rurais, da Igreja, de particulares e do Estado. No entanto, segundo Bettelheim (1976, p.77), pouco a pouco a ação das massas camponesas assumem outro caminho:

[...] as massas camponesas passam pouco a pouco à ação. Apesar das proibições do governo provisório e das exortações da maioria dos SR, os camponeses se apossam das terras, com o apoio do partido bolchevista. A análise apresentada por Lenin em abril permite considerar esta nova situação como uma *ruptura de fato* da colaboração de classe entre a burguesia e o campesinato, como o início de uma “nova etapa da revolução democrática burguesa”. (p.77).

De fato, em abril Lenin elabora nas teses a máxima do rompimento com a burguesia: “Todo poder aos soviets”, ressaltando o momento de transcender a revolução democrática burguesa, mas é a partir de agosto que Lenin passa a proferir a importância de deixar os camponeses prosseguirem com suas iniciativas, inclusive colocando seus interesses na ordem do dia das transformações socialistas. Lenin percebe, diferentemente do que apontou nos textos logo após a revolução de fevereiro, que a reivindicação da propriedade coletiva do solo, bem como da grande indústria camponesa, estava longe dos anseios camponeses. Era preciso atender as suas demandas, primeiramente, e aos poucos convencer o camponês das vantagens da grande produção, desviando-os dos interesses pequeno-burgueses.

No Segundo Congresso dos *Soviets*, que ocorreu nos dias da tomada de poder pelos *bolcheviques*, Lenin (1983i, p.198-199-200) aborda a questão agrária de maneira a mais uma vez ratificar a postura do documento dos 242 mandatos camponeses. Redigiu, entre outros, como o “Decreto sobre a Paz”, o “Decreto sobre a Terra” no qual cinco pontos são destacados.

- 1) A propriedade dos latifundiários sobre a terra é abolida imediatamente sem qualquer indenização.
- 2) Os domínios dos latifundiários, assim como as terras dos apanágios, dos mosteiros e da Igreja, como todo o seu gado e alfaías, todas as suas construções e dependências, são postos à disposição dos comitês agrários de cantão e dos Sovietes de deputados camponeses de distrito, até a Assembléia Constituinte.
- 3) Todo o dano causado à propriedade confiscada, que pertence doravante a todo o povo, é declarado crime grave punível pelo tribunal revolucionário. Os Sovietes de deputados camponeses de distrito tomam todas as medidas necessárias para que seja observada a ordem mais rigorosa no decurso da expropriação dos domínios dos latifundiários, para que sejam determinadas a extensão e a natureza das parcelas a confiscar, com vista a estabelecer um inventário preciso de todos os bens confiscados e assegurar a mais rigorosa proteção revolucionária de toda a exploração agrícola que passe para as mãos do povo, com todas as construções, toda a maquinaria, todo o gado, todas as reservas de produtos, etc.
- 4) Para dirigir as grandes transformações agrárias, até à sua solução definitiva pela Assembléia Constituinte, deve-se ter em conta o mandante seguinte, formulado segundo os 242 mandatos camponeses locais [...]
- 5) As terras dos simples camponeses e dos simples cossacos não são confiscadas.

Dessa forma, diante das circunstâncias Lenin deu voz aos camponeses, ao permitir a partir dos primeiros decretos do governo revolucionário, que os camponeses confiscassem a terra para si. Retomando suas análises acerca da questão da terra, vemos que Lenin vislumbrava a entrega de todas as terras ao Estado, e proceder a produção através da grande indústria agrícola, ou do trabalho coletivo. Ainda assim, deixou falar essa importantíssima parcela da população.

Percebe-se no decreto sobre a terra a total inspiração do programa socialista revolucionária, mesmo assim, Lenin assinala que neste documento estão contidos os anseios desta parcela da população, e para os que criticavam sua postura de assumir as demandas daquele partido Lenin (1983i, p.201) acrescenta:

[...] Os camponeses aprenderam alguma coisa nestes oito meses da nossa revolução, querem resolver eles próprios todas as questões respeitantes à terra. Por isso, exprimimos a nossa oposição a quaisquer emendas a esse projeto de lei, não queremos entrar em todos os pormenores, dado que estamos a redigir um decreto e não um programa de acção. A Rússia é grande e as suas condições locais são diversas; queremos acreditar que o próprio campesinato saberá, melhor do que nós, resolver correctamente a questão. Que o façam no nosso espírito ou no programa dos socialistas-revolucionários – o essencial não está nisso. O essencial é que o campesinato adquira a firme convicção de que já não há latifundiários no campo, de que os próprios camponeses resolvem todas as questões, de que eles próprios constroem sua vida.

Wolf (1984, p.122-3) atribui outra circunstancia que levou Lenin e os *bolcheviques* a assumir o programa socialista revolucionário:

Não obstante, está claro que os bolcheviques cederam, no caso do ressurgimento das aldeias, não só porque não lhes fora possível proceder de outro modo, mas também porque isso coincidia com seu interesse político, se quisessem tomar o poder. Os confiscos de terras e a restauração da autonomia da aldeia significavam que a energia do campesinato e a dos soldados-camponeses que voltavam seria dirigida no sentido de metas estreitas e provincianas. O apoio bolchevique às rebeliões rurais criara aliados camponeses para a tomada do poder pelos comunistas, ao mesmo tempo que a absorção nos processos ativos dos confiscos e da reorganização dispersava as forças camponesas. Alias, a dispersão das energias dos campesinato em milhares de microcosmos rurais desembaraçou o campo político para a ação final. Assim, a Revolução Russa abrangia por um lado, um movimento camponês que se afastava centrifugamente das fontes do poder e por outro lado, uma insurreição de operários em greve e soldados amotinados sob a liderança bolchevique, que ocupavam estrategicamente o poder.

Com efeito, as primeiras medidas do governo revolucionário no campo possibilitaram a concentração dos camponeses em seu próprio meio. Não havia outra

possibilidade a não ser dar vazão aos anseios camponeses, visto que há muito esse segmento social já demonstrava seu poder no cenário político, principalmente porque essa categoria social, representava a maior parte da população. No entanto, subentende-se que esta iniciativa teria caráter imediato, uma forma de conseguir sem ressalvas o apoio camponês naquele momento.

[...] No fervilhar da vida aplicando o decreto na prática, aplicando-o em cada localidade, os próprios camponeses compreenderão onde está a verdade. E mesmo se os camponeses forem ainda mais longe atrás dos socialistas-revolucionários, e mesmo se derem a este partido a maioria na Assembléia Constituinte, continuaremos a dizer: seja! A vida é o melhor mestre, ela mostrará quem tem razão; os camponeses por uma ponta e nós por outra, esforçar-nos-emos por resolver esta questão. A vida obrigar-nos-á a unir-nos para a mesma obra revolucionária, na elaboração de novas formas de Estado. Devemos seguir a vida, devemos oferecer às massas populares inteira liberdade de criação

Em toda social-democracia européia se ouviu apreciações sobre tal medida. A adoção do programa do Partido Socialista-Revolucionário para o campo, não teve o apoio de todos os membros do Partido *Bolchevique*. Maia (2007, p.115), assim o descreve:

[...] As críticas a Lenin foram muito expressivas e, para isso, era usada sua própria argumentação de que a medida, em vez de conduzir a uma melhor solução para o caminho socialista no campo, favorecia a multiplicação das pequenas unidades de exploração e com elas a formação de uma classe *kulaks* fortalecida e conservadora, que só expandiria, fruto ainda da divisão do camponês em frações “regionais” de classe, uma das realizações principais da municipalização das terras.

Mesmo diante de tais críticas, o Decreto sobre a Terra foi adotado. Agora era preciso fazer valer tais linhas. Os camponeses logo após a publicação deste documento enviaram perguntas ao Conselho dos Comissários do Povo, no intuito de elucidarem a situação. Lenin (1983j, p.203), como presidente do Conselho escreve um artigo que foi amplamente divulgado a fim de regulamentar a abolição revolucionária da propriedade latifundiária. No artigo incita os camponeses:

O Conselho de Comissários do Povo apela para que os próprios camponeses tomem nas mãos todo o poder nas localidades. Os operários apoiarão os camponeses totalmente, sem reservas e por todos os meios, organizarão a produção de máquinas e alfaias e pedem aos camponeses que cooperem assegurando as remessas de trigo.

O Conselho de Comissários do Povo, ainda, achou necessário chamar um Congresso extraordinário dos *soviets* de deputados camponeses para ratificar as deliberações sobre a

terra aprovadas no Congresso dos *Soviets* de outubro. Assim em 10 de novembro deram início aos trabalhos do Congresso dos camponeses. Este aconteceu sem o apoio expresso do Comitê Executivo dos *Soviets* Camponeses que ainda relutava em assumir o novo governo como seu. Foram seis dias de intenso debate.

Somente quando houve acordo entre *bolcheviques* e socialistas revolucionários de esquerda, no dia 15, a situação mudou. No dia 16 foi aprovada a resolução na qual o Comitê Central Executivo dos *Soviets* de deputados operários e soldados de toda a Rússia que era composto por 108 membros ampliaria o seu quadro e se tornaria: Comitê Central Executivo dos *Soviets* de deputados operários, soldados e – enfim – camponeses de toda a Rússia.³⁸ Formara-se o primeiro Estado operário e camponês da história.

Nota-se que o Decreto sobre Terra, possuiu relevante papel no cenário russo, pois somente neste momento vemos de fato se delinear com mais clareza a almejada aliança operário-camponesa. Somente quando os camponeses assumem papel efetivo nas mudanças, conscientes, em certa medida, da sua força com o apoio dos operários da cidade.

O Estado e a revolução

Em agosto de 1917 Lenin (1983a) escreve *O Estado e a Revolução*, um livro que busca na raiz do marxismo as questões pertinentes ao Estado e à sua superação. Retomando em sua obra ponderações de Engels e Marx, Lenin desenvolve suas reflexões sobre o Estado e a transição socialista – o papel da ditadura do proletariado nesse processo. Para isso, busca nestas análises combater o reformismo presente no movimento socialista e apontar essas transformações no terreno prático.

Lenin (1983a) inicia sua análise com a origem do Estado, fruto do “antagonismo inconciliável das classes”; este não é exterior à sociedade, mas na medida em que se desenvolve, afasta-se da sociedade exercendo sobre esta uma força. Na sociedade burguesa, essa força, que é o próprio Estado, proveniente da sociedade, mas superior a ela, é refletida, através do exército permanente e da polícia.

De acordo com o autor (1983a, p.9):

³⁸ De acordo com Reed (1967, p.380) o Comitê Central Executivo dos *Soviets* de deputados operários e soldados de toda a Rússia “composto de 108 membros, deveria ampliar-se, incluindo: 108 membros eleitos pelo Congresso de Camponeses na base do sistema de representação proporcional; 100 delegados eleitos por sufrágio direto no Exército e na Marinha; e 50 representantes dos sindicatos (35 dos sindicatos gerais, 10 representantes dos ferroviários e 5 postalistas e telegrafistas). Lenin e Trotsky permaneceriam no governo e continuaria funcionando o Comitê Militar Revolucionário.

[...] O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo *inconciliável* das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes *não podem* objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

Nesse caminho entende a impossibilidade - de acordo com a teoria marxiana -, de se buscar uma conciliação entre as classes no Estado. Lenin (1983a, p.24) citando Engels justifica: “Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular.” Assim até mesmo o Estado proletário carrega em si este antagonismo, a diferença está na forma de dominação. Aqui a maioria sobre a minoria, exercida através da ditadura do proletariado.

Seguindo seu raciocínio - para combater as idéias anarquistas -, Lenin estabelece a diferença entre revolução violenta e definhamiento do Estado. A revolução violenta acontece na passagem do Estado burguês para o Estado proletário e somente após a passagem do Estado à classe operária é que o Estado entra no estágio de definhamiento.

O definhamiento do Estado só acontecerá no Estado proletário, somente quando através da revolução violenta o Estado burguês se torna Estado proletário. De acordo com Lenin (1983a, p.27): “A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo ‘definhamiento’.”

Percebe-se que o fim do antagonismo de classes, ou o fim das próprias classes sociais tende a ocorrer com o aniquilamento do Estado, que somente se torna realidade utilizando-se da própria máquina governamental sob o poder proletário. Mesmo no Estado proletário a luta de classe existirá, o que irá mudar são as formas dessa luta que deve ser conduzida para o aniquilamento das classes sociais, ou seja, através da dominação política exercida pelos operários. Lenin (1983a, p.31) narra a importância da dominação política:

As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo. As classes exploradas precisam da dominação política para o completo aniquilamento de qualquer exploração, no interesse da imensa maioria do povo contra a ínfima minoria dos escravagistas modernos, ou sejam os proprietários fundiários e os capitalistas.

A dominação política no Estado proletário deve substituir as tarefas burocráticas do antigo Estado, por uma democracia de massas, por intermédio da elegibilidade de todos os funcionários, amovíveis de seus cargos, com rendimento igual ao de um operário. Também, a formação de um exército popular se torna importante para a manutenção do poder. De acordo com o autor (1983a, p.33):

O proletariado precisa de poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários – na “edificação” da economia socialista.

Lenin (1983a, p.96), mais uma vez, seguindo as análises de Engels, fala o que seria uma democracia conseqüente:

[...] o ponto interessante em que a democracia conseqüente, por um lado se transforma em socialismo e, por outro, reclama o socialismo. De fato, para aniquilar o Estado, é preciso transformar as funções do Estado em funções de fiscalização e registro tão simples que estejam ao alcance da enorme maioria da população e, em seguida, de toda a população. [...]

Assim de acordo com Lenin, somente, após a condução do Estado a um nível popular que chegaríamos a possibilidade de seu definhamento e conseqüentemente ao comunismo. Somente com a supressão das classes sociais, através do fim da propriedade privada dos meios de produção, da diferença entre trabalhadores manuais e intelectuais e, com a supressão da diferença entre cidade e campo, seria a superação completa do Estado.

O capitalismo de Estado no contexto da guerra civil

Para impedir o fracasso da revolução e conduzir as mudanças sociais para o definhamento do Estado, Lenin começa a edificar um governo democrático- revolucionário, que da perspectiva do real, pautava-se em medidas econômicas urgentes, tais como a nacionalização e a transformação dos bancos em um só; controle dos operários sobre a produção e distribuição; bem como a obrigatoriedade do trabalho para todos.

Ainda em setembro de 1917, antes da tomada de poder pelos *bolcheviques*, Lenin discorre sobre as principais medidas de um governo revolucionário e que deveria ser aplicado pelo suposto governo democrático de Kerensky. No texto, *A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la*, Lenin (1981s, p. 167) pontua essas medidas:

1. Fusión de todos los bancos en un banco único y control por el Estado de sus operaciones, o nacionalización de los bancos.
2. Nacionalización de los consorcios, es decir, de las asociaciones más importantes, monopolistas, de los capitalistas (consorcios azucareros, petrolero, hullero, metalúrgicos, etc.)
3. Abolición del secreto comercial.
4. Sindicación obligatoria (es decir, agrupación obligatoria) de los industriales, los comerciantes y los patronos en general.

5. Agrupación obligatoria de la población en sociedades de consumo o fomento y control de estas organizaciones.

Nesse caminho, Lenin entende que a produção da Rússia deveria ser conduzida a um monopólio do Estado, o que em um primeiro momento não seria a aplicação de medidas socialistas – medidas de uma sociedade que se prepararia para o comunismo –, mas, conduziria o Estado para o desenvolvimento da produção, uma vez que, a condição russa era desastrosa. Como já mencionado: assolavam o país: a fome; as doenças; a produção industrial desorganizada; e o campo encontrava-se destruído com problemas de produção, principalmente de cereais.

Diante dessa conjuntura, como implantar tais medidas econômicas? Em presença do III Congresso dos *soviets* de deputados operários, soldados e camponeses de toda a Rússia, ocorrido entre os dias 10-18 (23-31) de janeiro de 1918, Lenin (1981t) expõe a necessidade da aliança justa entre trabalhadores e camponeses, deixando de lado o apoio aos segmentos burgueses que conduziram a revolução depois de fevereiro de 1917. Para o representante do Comissariado do povo (1981t, 273-274) a aliança operário-camponesa seria o meio capaz de tornar possível a efetivação destas medidas econômicas afim de se avançar para o socialismo.

[...] Si los campesinos de Rusia quieren llevar a cabo la socialización de la tierra en alianza con los obreros, que efectuarán la nacionalización de los bancos e implantarán el control obrero, serán fieles colaboradores nuestros, serán nuestros más fieles y valiosos aliados. No hay un solo socialista, camaradas, que no reconozca la verdad evidente de que entre el socialismo y el capitalismo se extiende un largo período, más o menos difícil, de transición, de dictadura del proletariado, y que las formas de este período dependerán en mucho de si predomina la pequeña propiedad o la grande, la pequeña cultura o la grande.[...]

Através do convencimento camponês e não por imposição, no apoio desta importantíssima parcela da população estariam trilhados os caminhos destas transformações.

Como vimos, a aliança operário-camponesa se consolida quando os bolcheviques alcançaram a maioria dos *soviets* assumindo a reivindicação dos social-revolucionários que, por sua vez, traziam o apoio da maioria do campesinato, de “socialização da terra”, ou seja, a noção *narodnik* de partilha da terra dentro da comuna agrária acabou sendo encampada, a fim de que a classe operária e o campesinato pobre se alçassem ao poder, visando à fundação de um novo Estado.

Em 03 de março de 1918 é assinado o tratado de paz de Brest-Litovsk entre a Rússia e os países do bloco alemão – Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia. Neste acordo, ficaria sob o controle da Alemanha e da Áustria-Hungria, a Polônia, parte da região do Báltico

e parte da Bielorrússia; uma parte da Ucrânia (que pertencia à Rússia) se tornaria território da Turquia e outra se tornava um Estado dependente da Alemanha.³⁹

Lenin (1981u, p.91) em discurso no *soviet* de Moscou explica aos deputados camponeses, operários e combatentes do exército vermelho o porquê deste tratado. Para o autor era um retrocesso necessário, visto que entre outras situações, a guerra trouxe muitas mortes para o país. E neste momento, outro inimigo devia ser combatido.

[...] Los enemigos con los que hasta ahora nos habíamos enfrentado – Románov, Keresnky y la burguesía rusa, estúpida, desorganizada e inculta, que ayer lamía las botas a Romanóv y después corría con los tratados secretos en el bolsillo -, ¿acaso todos ellos valen algo en comparación con esa burguesía internacional que ha hecho de todas las conquistas de la inteligencia humana un instrumento para aplastar la voluntad de los trabajadores y que ha adaptado toda su organización para el exterminio de la gente?

Lenin (1981u, p.92) complementa, afirmando que era preciso reconhecer que o exército russo quase não existia, “[...] y como nuestro país se há quedado sin ejército, debe aceptar una paz increíblemente humillante.” Para o autor, o momento era de juntar forças, um momento de acumular energia e disciplina para combater esse novo inimigo.

Em abril de 1918 a Rússia sai da guerra imperialista e em decorrência disso a guerra civil se aloca em território russo. Ex-generais *czaristas* (os brancos) se erguem contra o governo *bolchevique* (vermelhos). Aproveitando-se desse contexto as nações aliadas – ingleses, franceses, americanos e japoneses - decidiram intervir a favor dos brancos, com o intuito de derrubar o novo governo e restaurar o governo czarista. Contra isso o governo *bolchevique* reforça o exército vermelho, comandado por Trostsky, que derrotou as forças contra-revolucionárias no início dos anos vinte. De acordo com Del Roio (2007a, p.279):

Para as burguesias imperialistas, o melhor era sustar a guerra, a fim de evitar a revolução socialista internacional. Mais importante agora era sufocar a revolução no seu nascedouro russo, antes que ela se espalhasse irremediavelmente

Circunscrito nessa conjuntura, no âmbito econômico, Lenin introduz uma política, que mais tarde ficou conhecida como “comunismo de guerra” (1918-1921), abolindo as leis de mercado e o dinheiro, instaurando uma economia baseada no confisco de cereais, entre outras medidas. No geral, o “comunismo de guerra” pressupunha quatro conjuntos de

³⁹ Em agosto a Alemanha impôs mais uma vez condições espoliadoras à Rússia exigindo um acordo financeiro. Somente em novembro, quando eclode a greve geral no país e parte da social democracia assume o poder é que esse tratado passa a ser desconsiderado.

medidas, a saber: nacionalização de todos os meios de produção e transporte; imposição de um único plano para toda a economia nacional; introdução do trabalho compulsório; e abolição do dinheiro e sua substituição por símbolos de permuta e bens e serviços gratuitos.

Essas medidas causaram um desestímulo na produção, levando os camponeses a produzirem somente para o sustento. Desse modo os centros urbanos ficaram sem alimentos, o que causou um êxodo urbano para o campo. Para Walmir Barbosa (2007, p.72) o comunismo de guerra foi um retrocesso do ponto de vista das conquistas realizadas durante o processo revolucionário.

O Partido Bolchevique assumiu uma posição ambígua em relação aos comitês de fábrica e ao controle operário. Apoiou estes durante o regime liberal monárquico-constitucional como instrumentos para debilitar a classe burguesa e enfraquecer os mencheviques no movimento operário de massas, mas os combateu de forma sub-reptícia e/ou aberta à medida que se consolidava no poder do Estado após a Revolução de Outubro. O controle operário (direto) da produção, então previsto e efetivamente realizado nos primeiros e cruciais momentos da revolução de fevereiro e de outubro, foi encerrado autoritariamente, quando os comitês de fábrica foram assumidos pelos sindicatos.

Nesse contexto da guerra contra-revolucionária e da invasão imperialista que se seguiram, o campesinato russo se viu em gravíssima situação. Expropriados naquilo que produziam, de um lado, pelo novo Estado soviético no seu esforço defensivo, e ameaçados, de outro, pelo retorno da nobreza latifundiária, aos camponeses restava o anseio da comuna agrária autônoma restaurada. O resultado foi um profundo esgarçamento da aliança operário-camponesa.

Para Lenin, diferente do que se colocava apenas em teoria, a tarefa do novo governo se pautava na seguinte questão: quais são as medidas de transição para o socialismo que seriam aceitas pela maioria das massas, ou seja, camponeses e proletários? De outro lado a conjuntura não possibilitava medidas do socialismo - como o controle e a repartição da produção constituiriam a base para a transição socialista - de imediato, como já apontado nas *Teses De Abril*.

Nas análises sobre o imperialismo Lenin mostra que a produção tende a ser socializada, mas a apropriação e os meios de produção não. O que Lenin faz é se apropriar das demandas do imperialismo como modelo de desenvolvimento, mas vislumbrando também a socialização destas outras duas esferas. Tarefa nada fácil para um país que enfrentava a guerra civil e profunda desorganização da produção no âmbito interno e a ofensiva imperialista internacional.

Assim, a política econômica defendida por Lenin, o capitalismo de Estado, configurava-se na existência de elementos dos distintos sistemas econômicos, o capitalismo e o socialismo. Combatendo o infantilismo de “esquerda”, Lenin (1981v, p.304-305), afirma que não se tratava de uma traição ao socialismo, mas sim de reconhecer a heterogeneidade da Rússia, onde se encontrava entrelaçado diferentes tipos de economia social.

- 1) economía campesina patriarcal, es decir, natural en grado considerable;
- 2) pequeña producción mercantil (en ella se incluye la mayoría de los campesinos que venden cereales);
- 3) capitalismo privado;
- 4) capitalismo de Estado;
- 5) socialismo.

De acordo com Lenin (1981v, p.305) essa era a originalidade da situação russa.

Cabe preguntar: ¿qué elementos predominan? Está claro que en un país de pequeños agricultores predomina, y no puede menos de predominar, el elemento pequeñoburgués; la mayoría, la inmensa mayoría de los agricultores son pequeños productores, de mercancías. *Los especuladores*, y el principal objeto de especulación es *el cereal*, rompen ora aquí ora allá la envoltura del capitalismo de Estado (el monopolio de los cereales, el control sobre los patronos y comerciantes, los cooperativistas burgueses).

E na disputa interna, não é o capitalismo de Estado que luta contra o socialismo e sim o capitalismo privado, junto com os pequeno-burgueses que são contra toda e qualquer intervenção do Estado. Daí se coloca a importância do campesinato nesse processo. Constituindo a maior parte da população, carrega elementos pequeno-burgueses do usufruto da terra, que precisavam ser superados.

Os *bolcheviques* estavam no poder. A aliança operário-camponesa, alicerce da revolução, enfraquecida. Os países imperialistas promovendo uma guerra civil em território russo para secar a revolução em sua nascente. De fato, o otimismo que tomou conta dos revolucionários e presente nas falas de Lenin logo após outubro, será trocado por uma profunda reflexão entre o que é ideal e o que é possível realizar nesse contexto.

CAPÍTULO 2

REAValiação DO CENÁRIO RUSSO.

Podemos dizer que a primeira etapa da revolução russa fora concretizada com a tomada de poder pelos *bolcheviques*. No entanto, veremos como se colocou a Lenin as tarefas de conduzir a revolução em um país atrasado nos aspectos culturais, políticos e sociais. Lenin sabia que para manter o poder proletário na Rússia não dependeria somente da clareza dos ideais expostos em nome de uma sociedade sem classes. Era preciso contagiar os outros Estados, principalmente europeus, para essa nova empreitada.

Lenin fazia essa avaliação da influência da revolução Russa no cenário internacional desde o primeiro momento, contudo esse debate assume maior vigor na época da fundação da III Internacional, em 1919, quando os *bolcheviques* assumem a nomenclatura de Partido Comunista da Rússia, e principalmente no último semestre desse ano, quando o exército vermelho derruba as tropas de Koltchak⁴⁰, retomando para si importantíssimo território que fortaleceria a produção agrícola.

A III Internacional, ou Internacional Comunista, surgiu da necessidade de romper com as influências oportunistas que tomaram conta dos partidos social-democratas ligados a II Internacional, fundada em 1889, principalmente com a adesão da maioria de seus membros na entrada da guerra imperialista em 1914. Constituída sob forte influência *bolchevique* e retomando para si as premissas elaboradas na Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864, representou uma nova etapa da luta socialista internacional.

De acordo com Del Roio (1998, p.261):

A IC, menos como forma institucional do movimento da refundação e mais como representação ideológica revolucionária, ao convocar todos os oprimidos da terra contra a dominação das classes dominantes do Ocidente expressa um humanismo e uma universalidade inaudita na modernidade, englobando e unificando todo o gênero humano num mesmo projeto de emancipação. Esse projeto visava unir os outros negativos internos e externos do Ocidente com o fito de superar todas as formas historicamente acumuladas de exploração e exclusão humanas. O outro interno por excelência da modernidade capitalista do Ocidente em crise é a classe operária industrial, a única camada social capaz de, através da realização do socialismo, se apropriar e de difundir a ciência, a técnica e a alta cultura acumulados em séculos. [...]

⁴⁰ Koltchak (1873-1920). Um dos principais dirigentes da contra-revolução na Rússia durante a guerra civil. Com o apoio dos países da Entente que venceram a Primeira Guerra Mundial, liderou uma ditadura militar burguesa e latifundiária nos Urais, na Sibéria e no Extremo Oriente.

A proposta de alternativa social, delineada pelo marxismo só teria maior envergadura se a revolução russa se espalhasse para o Ocidente, no intuito de incorporar à luta internacional o operariado desses países com a iniciativa inaudita que começava a se esboçar na Rússia⁴¹. Veremos como a partir de 1919 Lenin irá pensar a situação russa no contexto do capitalismo de Estado, juntamente com a situação internacional.

Os conflitos da guerra civil se estenderam até o fim de 1920, quando os remanescentes do exército branco abandonaram a Criméia. Esses três anos da tentativa imperialista de sufocar a revolução em seu nascedouro trouxeram à Rússia um saldo imenso de mortes proveniente tanto do conflito direto, como da morte por falta de alimentos, medicamentos e suprimentos para suportar o inverno. Após 1921, o “comunismo de guerra” é abandonado e a nova política econômica (NEP) começa a ser implantada. Nesse período Lenin tem clareza que a revolução no Ocidente fora sufocada e em seus últimos textos percebeu a iniciativa de superação em alguns países do Oriente.

Sobre a fome – A formação dos Combeds

Em maio de 1918, Lenin (1983l, p.209) escreve um artigo intitulado *Sobre a fome (carta aos operários de Petrogrado)*, no qual discorre as facetas deste período, ou seja, da disputa interna para manter ou não o poder soviético. A fome era um fato entre a população pobre em geral e aos poucos chegava aos operários.

Ao mesmo tempo, assistimos a uma especulação descarada sobre o trigo e os outros gêneros alimentícios. A fome não se deve à falta de trigo na Rússia, mas ao facto de a burguesia e todos os ricos travarem um último e decisivo combate contra o domínio dos trabalhadores, contra o Estado dos operários, contra o Poder Soviético, sobre a questão mais importante e mais grave, a questão do trigo. A burguesia e todos os ricos, incluindo os ricos das aldeias, os kulaks, sabotam o monopólio do trigo, entravam a distribuição do trigo pelo Estado que deseja abastecer de pão toda a população e, em primeiro lugar, os operários, os trabalhadores, os necessitados. A burguesia sabota os preços fixos, especula com o trigo, ganha cem, duzentos rublos e mais por pud de trigo, torpedeia o monopólio dos cereais e a distribuição racional do pão, desconcerta mediante a concussão, a corrupção, apoiando odiosamente

⁴¹ Não podemos deixar de apontar a comuna de Paris como um processo social que carregavam os germes do socialismo. Mesmo durando apenas 72 dias – 18 de março à 28 de maio de 1871 -, representou a iniciativa dos trabalhadores franceses que certamente serviu de modelo histórico para os movimentos populares. Marx (1982b) ao analisar esse evento, considerou a Comuna como um governo essencialmente operário, fruto do antagonismo de classe que carregara os elementos para extirpar a base econômica sobre o qual se sustenta a dominação de classes e consequentemente as próprias classes.

tudo o que é funesto para o poder dos operários, que se esforça por realizar o princípio primordial, essencial, capital do socialismo: “Quem não trabalha não come”.

Diante disso, era preciso a força do Estado soviético, para por em prática, segundo Lenin (19831), a base do socialismo: “Quem não trabalha não come”. Para isso o autor aponta três tarefas imediatas do governo. Em primeiro lugar, o monopólio sobre o trigo, que existia legalmente, mas a burguesia o sabotava. Em segundo lugar um recenseamento rigoroso das reservas do trigo, e por último, uma distribuição nacional e equitativa. Para Lenin (19831, p.212) a luta se orientaria por este caminho:

ou os operários conscientes, os operários de vanguarda vencerão, agrupando à sua volta a massa da população pobre, instituindo uma ordem rigorosa, um poder de implacável severidade, uma verdadeira ditadura do proletariado, e obrigarão o kulak a submeter-se, estabelecerão uma distribuição racional do pão e do combustível à escala nacional; ou a burguesia, ajudada pelo kulak e apoiada indirectamente pelas pessoas sem carácter e os confusos (os anarquistas e os socialistas revolucionários de esquerda), deitará abaixo o poder dos Sovietes e instalará um Kornilov russo-alemão ou russo-japonês, que trará ao povo o dia de trabalho de 16 horas, uma ração de cinquenta gramas de pão por semana, as execuções em massa para os operários, as torturas nos cárceres, [...].

Nestes termos, Lenin avalia a situação na Rússia como extremamente conflituosa. Ou o proletariado intensifica os processos da revolução, estando à frente das conquistas, combatendo principalmente a fome, combatendo o excedente dos *kulaks*; ou esta tenderia a sucumbir, com as falácias e artifícios da burguesia.

E aqui se ressalta, mais uma vez, a importância do campesinato. Maior parte da população, responsáveis pela produção direta de alimentos. Era preciso, mais do que nunca, fortalecer os alicerces da revolução através da aliança operário-camponesa para não deixar que ela se esvaísse. Daí se dá o fato de nesse primeiro momento da revolução Lenin fazer as concessões necessárias a essa parcela da população.

Os próximos meses seriam na Rússia de agravamento da questão do abastecimento, e diante disso nosso autor focaliza nesse ponto. No final de maio Lenin (1981x) elabora treze teses para o enfrentamento da situação. O comissariado de guerra deveria se transformar em comissariado de guerra e de abastecimento; entre junho e agosto seria declarado estado de sítio na Rússia; fortificar e recrutar para o exército pessoas que transportem os cereais; implantar o fuzilamento por indisciplina; estimar a obtenção de cereais com base nas reservas excedentes.

Estabelecer como objetivo da campanha militar: constituição de um estoque de três meses para a guerra, o aprovisionamento de carvão e de cereais para a população, bem como intensificar sua produção; fortalecer o exército de operações contra os *kulaks* com parte dos trabalhadores e camponeses pobres em cada destacamento; duas instruções deveriam ser obrigatórias para cada destacamento, uma política e ideológica, reforçando a necessidade da vitória sobre a fome e os *kulaks* e a importância da ditadura do proletariado, a outra, sobre a organização militar; instituir a responsabilidade coletiva de todo o destacamento.

Mobilizar todos os meios de transportes das cidades e dos ricos para o transporte de cereais; se houver o enfraquecimento e debilidade dos destacamentos, estes deveriam retornar aos seus lugares de origem para sua recomposição; aprovação no conselho de comissários do povo e no comitê executivo central cinco pontos, a saber: a) reconhecer que o país se encontra em grave crise de abastecimento, b) estado de sítio, c) reorganização do exército segundo as medidas apontadas acima, d) levantar nos distritos e sub-distritos que possuem excedentes de cereais uma lista dos proprietários de terras, de *kulaks*, e comerciantes, fazendo-os responsáveis pela arrecadação de todos os excedentes de cereais, e) para cada destacamento militar designar um para cada dez homens pessoas recomendadas do Partido Comunista da Rússia, pelos populistas de esquerda ou sindicatos; ao aplicar o monopólio de cereais sendo enérgico diante da distribuição gratuita para os camponeses pobres dos cereais sem retroceder, mesmo diante de sacrifícios financeiros.

À vista destas teses foram criados os Combeds – comitês de camponeses pobres -, instituídos por decreto a 11 de junho pelo Comitê Central Executivo de toda a Rússia. Foram responsáveis por recensar os excedentes de produção alimentares detidos pelos *kulaks* e auxiliar os organismos de abastecimento locais a requisitar tais excedentes. Os Combeds também eram responsáveis pelo fornecimento aos camponeses pobres de produtos alimentares, matérias agrícolas, artigos indústrias etc.

Não obstante, Wolf (1984, p.124) aponta que esses confiscos logo trouxeram conflitos ao campo:

[...] os confiscos logo motivaram uma guerra não declarada entre os comitês e os camponeses abastados e ficou bem claro que as arrecadações não fiscalizadas acabariam por indispor também os camponeses médios. Em julho de 1918, houve vinte e seis sublevações camponesas contra os confiscos; em agosto, mais quarenta e sete, e em setembro mais trinta e cinco. [...]

Adentrando ao outono de 1918 – setembro – existiam cerca de 80 mil Comites de camponeses pobres locais. Desempenharam importante papel de auxílio para o governo

socialista, nas aldeias combateram a contra-revolução dos *kulaks*, no enfraquecimento do seu poderio econômico e na liquidação da propriedade latifundiária. No entanto, esse processo de expansão foi muito lento e não conseguiu atingir toda a Rússia.

Diante desse fato, em novembro (06 a 09) o VI Congresso Extraordinário dos Sovietes de toda a Rússia decidiu fundir esses comitês com os Sovietes rurais e de cantão, a fim de torná-los órgãos plenamente reconhecidos pelo poder político. O que significava mais uma vez o fortalecimento do *mir*, visto que, de acordo com Bettelheim (1976, p.200), esse órgão, na ausência do partido bolchevique no campo, tomou a frente das repartições da terra. Foi um momento tenso no cenário político russo. Lenin fez a opção de colocar à frente das transformações no campo a fração pobre dos camponeses e o operariado agrícola, justamente por esses se aproximarem mais do proletariado. Contudo, as atividades dos Combeds foram ficando enfraquecidas, com um número reduzido de camponeses, que muitas das vezes conduziram suas ações somente para apoderar-se dos cereais dos camponeses ricos.

Lenin (1983m, p.222) em seu discurso realizado na conferencia dos delegados dos comitês de camponeses pobres das províncias centrais, realizado durante o VI Congresso Extraordinário, aponta sua perspectiva. De acordo com o autor, a atuação bolchevique sempre se respaldou em respeitar a vontade da maioria dos camponeses, por isso da aprovação da lei da socialização das terras de origem populista.

Não queríamos impor ao campesinato uma idéia que lhe era estranha, a da vanidade de uma partilha de uma partilha igual da terra. Considerávamos que era preferível que os próprios trabalhadores camponeses compreendessem, à sua custa, no seu próprio corpo, que uma partilha igualitária é um absurdo. Só então lhes poderíamos perguntar como acabar com a ruína, a dominação dos kulaks, que têm por base a partilha da terra.

E os Combeds funcionariam como fiscalizadores da produção, e mesmo Lenin esboçando que estes cada vez ganhavam força na Rússia, a guerra civil no campo somente enfraquecia a luta e era preciso juntar os Combeds aos *Sovietes* para fortalecer o campesinato nessa disputa cobrindo todo território da Rússia com representantes dos camponeses pobres.

Lenin (idem) ainda salienta que a partilha igualitária das terras foi apenas um momento na luta socialista:

A partilha só era válida no início. Devia mostrar que a terra era tirada aos latifundiários, que passava para as mãos dos camponeses. Mas isso não é suficiente. A única saída é o trabalho colectivo da terra. Vós não tínheis esta convicção, mas a própria vida voz conduz a ela. As comunas, o trabalho de terra nos artéis, as associações dos camponeses, eis como escapareis às desvantagens da pequena exploração, eis o meio de

restaurar e melhorar a economia, o meio de poupar as forças e lutar contra os kulaks, o parasitismo e a exploração.

O autor atribui a derrota das medidas pela falta de organização do campesinato. Muitas vezes os *kulaks* se infiltravam nos comitês de camponeses pobres. Para combater essa situação sugere que na junção dos comitês com os *soviets* só teria direito ao voto o camponês que não explora o trabalho alheio. Para Lenin (1983m, p.219):

[...] A conquista da terra, como qualquer outra conquista dos trabalhadores, só é válida na medida em que se apóia no espírito de iniciativa dos próprios trabalhadores, na sua organização própria, na sua perseverança e firmeza revolucionária.

Infelizmente essa organização não existia entre os trabalhadores do campo. Lenin entendia que os camponeses que não exploravam o trabalho de outrem, se apóiam no fato de que a terra deva pertencer a todos igualitariamente sem vislumbrarem a exploração coletiva. O que dificultava a aumento da produção através de grandes explorações. Daí se coloca o fato da organização do campesinato pobre ser fulcral na edificação interna da revolução, e a necessária intervenção *bolchevique* nesse processo.

Nesse momento, Lenin aprecia que os camponeses pobres começam a concordar com a noção *bolchevique* de usufruto coletivo das terras e essa postura somente fora conquistada com o auxílio a implantação dos Combeds que explicitou no campo, para os camponeses pobres, quem utilizava mão de obra assalariada e quem apenas usava a terra como meio de sobrevivência. No entanto, os Combeds representaram na Rússia uma tentativa desastrosa de localizar o trigo, uma vez que a ação desse comitê restringiu a produção.

A guerra civil também fora um processo desse reconhecimento. Muitos dos soldados do Exército Vermelho eram camponeses pobres que ao combaterem o Exército Branco deixavam suas propriedades sem produção, o que dificultava o abastecimento alimentar. Muitas vezes também eram esses próprios camponeses que resistiam às expropriações.

Diante dessas circunstâncias Lenin (1981z, p.366-367) esboça esse mesmo ponto de vista, em dezembro, em discurso pronunciado no I Congresso das seções agrárias, dos comitês de camponeses pobres e das comunas de toda a Rússia. Em sua arguição, relata que a Rússia aos poucos avança nas relações do campo:

La formación de los comités de campesinos pobres en el campo fue un viraje y mostro que la clase obrera de las ciudades, unida desde Octubre a todo el campesinato para derrotar al enemigo principal de la Rusia libre, trabajadora y socialista, para derrotar a los terratenientes, pasaba de esta tarea a otra mucho más difícil, superior en el plano histórico y socialista de verdad:

llevar también al campo la lucha socialista consciente, despertar asimismo en el campo la conciencia. La gran transformación agraria – la proclamación, en Octubre, de que se abolía la propiedad privada de la tierra, la proclamación de que la tierra se socializaba – habría quedado ineludiblemente en el papel si los obreros de las ciudades no hubieran despertado a la vida al proletariado agrícola, a los pobres del campo, al campesinado trabajador, que constituye la inmensa mayoría y que, con el campesino medio, no explota trabajo ajeno, no está interesado en la explotación y, por ello, es capaz de pasar, y ahora ha pasado, de la lucha conjunta contra los terratenientes a la lucha proletaria general contra el capital, contra el poder de los explotadores, los cuales se apoyan en la fuerza del dinero, en la fuerza de los bienes muebles, y que, después de depurar a Rusia de terratenientes, ha pasado a establecer el régimen socialista.

Lenin (1981z, p.370-371) reforça em seu discurso que essa mudança no campo foi proporcionada pelas devastações da guerra e pela conscientização camponesa nesse processo:

[...] Los campesinos pobre, los campesinos trabajadores, que son quienes más sacrificios han hecho por la revolución y quienes más han sufrido a causa de la guerra, no han expropiado a los terratenientes para que la tierra vaya a parar a manos de los nuevos kulaks. La propia vida plantea ahora de plano a estos campesinos trabajadores la tarea de pasar al laboreo colectivo de la tierra como único medio para restablecer la cultura hoy arrasada y destruida por la guerra, como único medio para salir de la ignorancia y del abatimiento que permitieron a los capitalistas abrumar durante cuatro años a la humanidad con la guerra; [...]

A partir de então, Lenin considera que é à hora de passar aos poucos a produção coletiva da terra e estabelece o papel dos segmentos sociais no campo nessa nova etapa da revolução. No início da revolução o ataque geral dos camponeses pobres foi contra os latifundiários, findada essa luta, os *kulaks* se aproveitaram da situação se tornando os novos capitalistas, especulando, principalmente os excedentes de cereais. Contra isso, Lenin defende o monopólio do trigo, mas argumenta que os *kulaks* não deveriam ser privados de todas as suas propriedades, para não debilitar mais ainda a produção de alimentos.

O camponês médio

Ainda durante o “comunismo de guerra” Lenin percebe a importância que o camponês médio assumia no contexto russo. A repartição das terras incentivada pelos *bolcheviques* reduziu o número de camponeses pobres e aumentou a dos camponeses médios. Perante essa nova configuração no campo, Lenin passará a dar maior importância a esse setor.

Desde março de 1918, Lenin ira reavaliar a política *bolchevique* com relação aos camponeses médios. Ciente de que essa camada carrega elementos pequeno-burgueses em sua

constituição, avalia que, por se tratar, também, em termos numéricos de importante parcela da população no campo, é preciso realizar uma aliança sólida com esse segmento, com a finalidade de afastá-los dos desvios ideológicos que atravancariam os processos revolucionários. Diante dessa nova perspectiva, Lenin (1981z, p.373) salienta:

[...] El campesinado medio en modo alguno es enemigo de las instituciones soviéticas, ni enemigo del proletariado, ni el enemigo del socialismo. Vacilará, naturalmente, y accederá a pasar al socialismo solo cuando vea un ejemplo palmario, un ejemplo convincente de verdad de que ese paso es necesario. Como es lógico, al campesinado medio no se le puede convencer con razonamientos teóricos o discursos propagandísticos – no confiamos en ello –, pero lo convencerá el ejemplo y la cohesión de la parte trabajadora del campesinado. Lo convencerá la alianza de este campesinado trabajador con el proletariado, y, en este terreno, ciframos nuestras esperanzas en una labor persuasiva larga y paulatina, en una serie de medidas de transición que pongan en práctica el acuerdo de la parte proletaria, socialista, de la población, el acuerdo de los comunistas – que sostienen una lucha decidida contra todas las formas del capital – con el campesinado medio.

Este é um momento que exigiu de Lenin profunda reflexão acerca do contexto político russo. Os camponeses médios antes desconsiderados como aliados da revolução, passam a figurar como aliados. De acordo com Maia (2007, p.118):

A virada bolchevique em favor do camponês médio era feita com base em diversos fatores. Em princípio, como fruto das circunstâncias sociais: este setor do campesinato era o que tinha alcançado maior expansão desde 1917, em função da política de redistribuição de terras, enquanto os aliados preferências dos bolcheviques, os camponeses pobres, haviam diminuído em número e em importância no campo russo. Um segundo fator tinha a ver com a questão política: grande parte dos soldados do Exército Vermelho que resistiam bravamente aos ataques dos exércitos brancos, na guerra civil, era de origem camponesa – os mesmos que dificultavam o abastecimento alimentar do exército na frente de batalha, resistindo às expropriações e diminuindo a produção de alimentos, garantiam com a vida as vitórias da revolução. Esta contradição no comportamento do camponês médio foi interpretada por Lenin como o resultado da composição contraditória desta fração da classe camponesa: como classe que vivia de seu trabalho direto com a terra, os camponeses tendiam a aproximar-se do operariado e permanecer ao seu lado nas lutas, mas quando de posse do trigo excedente, agiam como proprietários interessados em vender o seu excedente livremente. [...]

Assim Lenin (1981 a2, p. 250) em seus pronunciamentos, a partir de então, sempre afirmará que o camponês médio é aquele que não explora trabalho alheio. Esclarece que sob o capitalismo eles existiam em menor proporção, visto que a maioria dos camponeses era indigente e uma minoria estava entre os *kulaks*, os exploradores e camponeses ricos. O

número de camponeses médios foi aumentando com a abolição da propriedade privada da terra e o poder soviético estabelece uma política de relações de paz e acordo. No entanto:

[...] De suyo se entiende que el campesino medio no puede aceptar inmediatamente el socialismo, porque está solidamente apegado a sus costumbres, considera con desconfianza todas las innovaciones, somete a una prueba práctica, en los hechos, lo que se le propone, y sólo se decide a cambiar su vida cuando está convencido de que ese cambio es necesario.

Diante disto, as medidas aplicadas pelo governo soviético foi a de garantir a posse da terra aos camponeses médios, que se viam ameaçados pelos comitês de camponeses pobres. Entendendo que essa fração de classe era significativa no campo, Lenin ressaltara a importância de se ensinar aos camponeses e não comandá-los. Contudo essas deliberações com relação ao camponês médio – principalmente fomentar a produção -, ratificadas pelo VIII Congresso do partido bolchevique – 23 de março de 1919 –, foram parcialmente aplicadas devido a pouca inserção do partido no campo.

De acordo com Bettelheim (1976) esse período a partir da guerra civil, é marcado por uma superestimação da intensidade das idéias socialistas no seio do campesinato, o que tornou as relações do partido com a massa tensa, ocasionando erros táticos na avaliação das transformações socialistas nas relações de produção no campo. Veremos como a partir de 1919 Lenin irá aos poucos reavaliar as táticas do “comunismo de guerra”, e em fins de 1920 e começo de 1921 reavaliar a política camponesa, principalmente com a implantação da NEP.

A questão agrária no contexto da III internacional

Lenin (1981 a1, p.23) em discurso realizado no I Congresso dos trabalhadores agrícolas de Petrogrado – março de 1919 -, diz que nenhum país avançado do ponto de vista da técnica capitalista, conseguiu organizar sindicatos agrícolas mais ou menos permanentes. Visto que:

[...] Ustedes saben como las condiciones de vida de los campesinos y obreros agrícolas impiden esto y qué enorme obstáculo constituye el hecho de que estos últimos vivan dispersos, desperdigados, lo que hace para ellos sea incomparablemente más difícil que para los obreros de la ciudad agruparse en un sindicato.

Para Lenin (1981 a1, p.24), a revolução deve caminhar para que não surjam novos capitalistas e latifundiários em território russo. Considera um único caminho para isso:

[...] el de organizar a los obreros, a los proletários del campo. Esta organización debe ser permanente, pues solo en una organización permanente y de masas podrán los obreros agrícolas aprender a dirigir las grandes haciendas, ya que si ellos mismos no aprenden a hacerlo, nadie – ustedes recordarán las palabras a este respecto en nuestro himno *La Internacional* – lo hará por ellos. Lo más que puede hacer el Poder de los Soviets, el Poder soviético, es ayudar por todos los medios a dicha organización. [...]

A transformação na vida rural deve ser processual e para isso a consolidação dos sindicatos rurais mostraria aos camponeses que a produção coletivizada seria o melhor desenvolvimento para o campo russo, visto que, como sabemos, a estrutura agrária era deficitária na Rússia. Lenin também vislumbra a consolidação dos sindicatos rurais como meio para fortalecer a aliança operário-camponesa.

Essa possibilidade da organização dos trabalhadores rurais e camponeses em sindicatos seria possível na Rússia, por se tratar de um país cujas instituições burguesas estavam menos arraigadas, diferentemente dos países do Ocidente. E o fortalecimento da aliança operário-camponesa na Rússia serviria como modelo para a organização do proletário internacional. De fato, a consolidação dos sindicatos rurais não se estabeleceu na Rússia. Principalmente pela influência do *mir* no campo russo.

No segundo aniversário da Revolução russa, Lenin (1981a3, p.312, 313) faz uma avaliação desse processo no cenário internacional:

[...] en 1917 se decía en todos los países que el bolchevismo no podría arraigar. Ahora, en esos mismos países existe ya un poderoso movimiento comunista. Un año después de haber fundado la III Internacional, la Internacional Comunista, ésta se ha convertido ya de hecho en la fuerza principal del movimiento obrero de todos los países. En este sentido, la experiencia que hemos vivido ha dado los resultados más brillantes, inusitados y rápidos. Ciertamente es que el movimiento hacia la libertad no camina en Europa como en nuestro país. Pero si recuerdan los dos años de lucha, verán que también en Ucrania, incluso en algunas partes de Rusia genuinamente rusas, donde la composición de la población ofrece rasgos particulares, por ejemplo, en las zonas de los cosacos y de Liberia o en los Urales, el movimiento hacia la victoria no ha sido tan rápido ni ha seguido el mismo camino que en Petersburgo y en Moscú, es decir, en el centro de Rusia. Es claro que no puede sorprendernos el movimiento en Europa, que va más despacio, ya que s menester hacer frente a una presión mayor del chovinismo y del imperialismo; pero, pese a ello, el avanza allí constantemente, siguiendo el mismo camino que indican los bolcheviques. [...]

Percebe-se um otimismo na fala de Lenin no que se refere à revolução internacional, influenciado, principalmente pelos acontecimentos na Alemanha com a greve de massas

incitada em janeiro de 1918, mas fortemente reprimidas pelo exército e com a indisposição de parte da social-democracia alemã, o movimento de libertação da Hungria iniciado em 1919 e a formação dos comitês de fábrica na Itália nesse mesmo ano. No entanto, esse otimismo refere-se muito mais a ocasião que ele fora proclamado – aniversário de dois anos da revolução – do que aos acontecimentos propriamente ditos, uma vez que, esses movimentos não superaram a perspectiva burguesa da realidade. Cabe ressaltar que a não superação de tal perspectiva, se deu muito mais, devido os aparelhos ideológicos de repressão e a oscilação dos partidos social-democratas.

Quase um ano após esse discurso – junho-julho 1920 – Lenin (1983q) expõe as bases para o que entende ser o melhor encaminhamento para a questão agrária na Internacional Comunista. Apenas o proletariado industrial e urbano, dirigido pelo partido comunista é capaz de libertar a população do jugo dos exploradores. O camponês pobre deve aliar-se ao proletariado comunista, pois sem isso não há salvação para essa categoria. Para isso o proletariado industrial deve ir além dos interesses corporativos e ser a vanguarda de todos os trabalhadores e explorados. De acordo com Lenin (1983q, p. 317)

[..] Coisa impossível sem a introdução da luta de classe no campo, sem a reunião das massas laboriosas em torno do Partido Comunista do proletariado das cidades, sem a educação das primeiras por este último.

As massas laboriosas e exploradas do campo que o proletariado deve conduzir são representadas em todos os países capitalistas pelo proletariado agrícola, os semiproletários ou camponeses parcelares e o pequeno campesinato. Essas três categorias em conjunto constituem a maior parte da população. Contudo Lenin (1983q, p.320-321) volta a sua atenção para o camponês médio:

O proletariado revolucionário não pode fixar como seu objetivo, pelo menos num futuro imediato e no início do período da ditadura do proletariado, conquistar essa categoria para a sua causa, deve limitar-se a neutralizá-la, isto é, a assegurar que ela fique neutra na luta entre o proletariado e a burguesia. É inevitável que hesite entre estas duas forças e, no início deste novo período, a tendência dominante nos países capitalistas desenvolvidos será a favor da burguesia. Efectivamente, é a concepção do mundo e a mentalidade do proprietário que prevalecem aqui: o espírito de especulação, o interesse pela “liberdade” de comércio e de propriedade importam directamente a dita categoria; o antagonismo com os operários assalariados é directo. O proletariado vencedor proporcionar-lhes-á uma melhoria imediata da sua situação, suprimindo a renda e hipotecas. Na maioria dos países capitalistas, o poder proletário não deve de modo nenhum proceder à abolição imediata e total da propriedade privada; em todo o caso, garantirá aos pequenos e médios camponeses não só a posse das duas próprias

parcelas mas também o seu alargamento até a totalidade da superfície habitualmente arrendada por eles (supressão do arrendamento).

Nessa etapa da revolução não seria possível de uma só vez acabar com a propriedade privada do solo, principalmente porque os camponeses médios se tornaram grande parcela da população rural. De outro modo o grande campesinato é o empresário capitalista na agricultura. É tarefa do proletariado derrubar essa categoria, no entanto, expropriar esses camponeses não pode constituir tarefa imediata, visto que ainda não existiam as condições necessárias para conduzir a grande produção coletivizada. Nas palavras de Lenin (1983q, p.322)

As condições particulares que complicaram e afrouxaram a luta do proletariado vencedor da burguesia contra o grande campesinato da Rússia devem-se principalmente ao facto de, após a insurreição de 25 de Outubro (7 de Novembro) de 1917, a revolução ter conhecido um estádio de luta “democrática geral”, isto é, democrática burguesa quanto ao fundo, de todo o campesinato no seu conjunto contra os latifundiários; em seguida, à debilidade cultural e numérica do proletariado das cidades; finalmente, à imensidade do território e ao estado deplorável dos meios de comunicação. Dado que estas condições, que entravam a acção, não existem nos países avançados, o proletariado revolucionário da Europa e da América deve preparar mais energicamente e levar a cabo com mais rapidez, resolução e êxito a vitória total sobre a resistência do grande campesinato e privá-lo da mínima possibilidade de resistência. Trata-se de uma necessidade imperiosa, pois enquanto essa vitória plena e total não tiver sido conseguida, as massas de proletários dos campos, de semiproletários e pequenos camponeses não estarão em condições de considerar o poder de Estado proletário como plenamente consolidado.

Lenin (1983q, p.326) reforçou nas disposições sobre a questão camponesa no âmbito internacional, a necessidade de se realizar o trabalho político no campo. Os partidos comunistas deveriam cultivar no proletariado industrial a capacidade de aceitar os sacrifícios para derrubar a burguesia e consolidar o poder proletário:

[...] dado que a ditadura do proletariado implica tanto a aptidão do proletariado para organizar e arrastar consigo todas as massas laboriosas e exploradas, como a capacidade da vanguarda de aceitar para isso heroísmo e o máximo de sacrifícios; em segundo lugar, que, para assegurar o êxito, a massa laboriosa e mais explorada do campo obtenha da vitória dos operários uma melhoria imediata e substancial da sua situação em detrimento dos exploradores; sem o que o apoio do campo não seria garantido ao proletariado industrial e em particular, este último não estaria em condições de assegurar doutro modo o abastecimento das cidades.

A vitória do socialismo para ser assegurada deve o Estado proletário derrubar toda a resistência dos explorados, bem como reorganizar toda a indústria citadina na base da grande

produção coletiva, para fornecer ao campo estrutura de vivência e conduzir o pequeno agricultor através do modelo, às explorações coletivas. Lenin (1983q, p.327) sugere, também, aos partidos comunistas a criação de *soviets*.

Os partidos comunistas devem concentrar todos os seus esforços para se passar o mais cedo possível à criação nas aldeias de Soviets de deputados formados primeiramente de operários assalariados e semiproletários. Só estando ligados à luta grevista de massa e à classe mais oprimida, estes Soviets estarão em condições de desempenhar a sua missão e se fortalecerem o suficiente para sujeitar à sua influência os pequenos camponeses (e absorvê-los em seguida). Se, porém, a luta grevista não está ainda desenvolvida e a capacidade de organização do proletariado agrícola é ainda fraca, tanto por causa do pesado jugo dos latifundiários e grandes camponeses como devido à carência de ajuda por parte dos operários industriais e dos seus sindicatos, a criação dos Soviets de deputados rurais exige um longo trabalho de preparação: constituição de células comunistas, mesmo pequenas, intensa agitação tendo por objectivo expor as reivindicações do comunismo da forma mais acessível e comentá-las a partir de exemplos convincentes de exploração e opressão, organização sistemática de digressões de operários industriais ao campo, etc.

O segundo Congresso da Internacional Comunista - 19 de Julho a 07 de Agosto de 1920 - assumiu em seu estatuto, como objetivo da luta a criação da república internacional dos *soviets*, como caminho para a supressão de todo o governo, bem como a luta armada para abolir a burguesia internacional. As considerações no que diz respeito a questão agrária, foram uma ratificação das considerações de Lenin.

No contexto da III Internacional, Gramsci (1987, p.70), em 1926, fez uma análise de como a guerra interferiu na psicologia camponesa. Como quatro anos de trincheira modificou a forma dos camponeses se relacionarem com o Estado. Devido à existência de relações feudais em alguns países:

A psicologia do camponês era, em tais condições, algo que não podia ser verificado; os sentimentos reais permaneciam ocultos, implicados e confundidos num sistema de defesa contra as explorações, meramente egoístas, sem continuidade lógica, manifestado em muita dissimulação e servilismo fingido.

Na Rússia, segundo Gramsci (1987, p.73), as circunstâncias da guerra colocaram durante quatro anos indivíduos separados territorialmente sob uma disciplina rígida. As

relações sociais cultivadas nesse período possibilitaram vínculos de solidariedade e de vivência coletiva, que somente dezenas de anos de lutas sociais poderiam suscitar.

As conquistas espirituais realizadas durante a guerra, as experiências comunistas acumuladas em quatro anos de exploração sangrenta, sofrida coletivamente, lado a lado nas trincheiras lamacentas e ensangüentadas, podem se perder se não se conseguir inserir todos os indivíduos em órgãos de nova vida coletiva, em cujo funcionamento e em cuja prática as conquistas possam se solidificar, as experiências possam se desenvolver, se integrar, ser conscientemente dirigidas para a obtenção de uma meta histórica concreta.

A análise de Gramsci sobre a situação russa lhe permitiu pensar a realidade italiana com uma forte analogia, principalmente nos anos de 1919-1920, quando efervescia na Itália o movimento revolucionário. Considerou os *soviets* como importante forma de organização capaz de aglutinar a massa trabalhadora autonomamente. Após esse período o fascismo tomou conta da cena italiana. O ano de 1921 marca o refluxo da revolução internacional, quando era preciso entender que a revolução seria um processo bem mais demorado.

O terceiro Congresso da Internacional comunista realizado em Moscou – 12 de junho a 22 de julho de 1921 – teve como mote a avaliação do cenário internacional da luta socialista. Nessa ocasião Lênin e Trotsky propuseram a fórmula política da frente única na Internacional⁴², no intuito de não se deixar apagar as batalhas de contraposição ao bloco histórico da burguesia, tratava-se de encampar à luta os partidos social-democratas, bem como o proletariado internacional, e as categorias sociais do campo, numa frente continua contra o capital.⁴³ De maneira geral, a frente única propunha a aliança operário-camponesa no contexto internacional.

Lênin (1981g) já em setembro de 1905 apontou o processo revolucionário na Rússia como ininterrupto. Tratava-se, em um primeiro momento, de lutar contra a autocracia para a conquista das liberdades burguesas e, depois, se avançar para a luta maior. Neste caso na revolução ininterrupta de Lênin podemos encontrar o germe da política de frente única de 1921. Contudo, entendemos que nesse momento o movimento revolucionário estava em refluxo e a política de frente única se colocava no intuito de não se deixar apagar as batalhas

⁴² O início da política de frente única tem como marco a carta aberta escrita por Paul Levi e Karl Radek em janeiro de 1921 em nome do KPD para as organizações sindicais e partidos operários da Alemanha, propondo, entre outras, uma ação comum em defesa das condições de vida do operariado, o restabelecimento das relações com a Rússia, no entanto, foi recusada pela maioria das organizações. Nesse mesmo ano, de acordo com del Roio (2005, p. 59-60) Lênin em carta a Paul Levi e Clara Zetkin dizia concordar com a nova tática esboçada na carta de janeiro.

⁴³ O quarto Congresso – 30 de novembro a 05 de dezembro de 1922 - discutiu as táticas da frente única. O quinto Congresso – junho e julho de 1924 – é marcado pela ascensão de Stalin na Rússia com a palavra de ordem de “Socialismo em um só país”.

de contraposição ao bloco histórico da burguesia e em 1905 vemos um movimento socialista na Rússia tendo ainda que lutar pelas conquistas democrático-burguesas. Assim a "frente única" de Lênin tinha o caráter primeiramente antifeudal para somente depois da revolução democrático-burguesa assumir o caráter anticapitalista.

O que permite essa aproximação é o entendimento de Lênin de que é necessário fazer uma frente continua contra as demandas que sobrepujam as maiorias espoliadas, no caso de Lênin ainda pensada em termos de revolução democrático-burguesa em 1905 e de revolução socialista após 1917. Essa frente contínua foi pensada por Lênin, através da aliança operário-camponesa.

Esgarçamento da aliança operário camponesa

Ainda por ocasião do segundo aniversário do Poder Soviético, Lenin (1983n, p.289) escreve o texto *A Economia e a Política na época da ditadura do proletariado*, no qual discorre sobre a luta de classes e os caminhos na Rússia para se consolidar o comunismo. Afirma que no seu país a ditadura do proletariado tem particularidades em relação aos países avançados, no entanto, as forças essenciais são as mesmas. Na Rússia existia um atraso técnico e um predomínio pequeno burguês.

O sistema econômico da Rússia, na época da ditadura do proletariado, é a luta que trava nos seus primeiros passos o trabalho unido segundo o princípio comunista, no âmbito de um imenso Estado, contra a pequena produção mercantil e contra o capitalismo que se mantém e renasce na base desta produção.

Considera que o trabalho é unido na Rússia segundo o princípio comunista, ao passo que a propriedade dos meios de produção foi abolida e o poder do Estado proletário organiza a grande produção nas terras e nas empresas pertencentes ao Estado. Lenin (1983n, p.290) pondera que são os primeiros passos do comunismo, pois as medidas foram parcialmente realizadas, estavam somente na primeira fase.

[...] De repente, de uma só vez revolucionária foi feito o que era possível fazer em geral de uma só vez: por exemplo, desde o primeiro dia da ditadura do proletariado, 26 de Outubro de 1917 (8 de Novembro de 1917), a propriedade privada do solo foi abolida, sem indemnização aos grandes proprietários; os grandes agrários foram expropriados. Em alguns meses foram expropriados, igualmente sem indemnização, quase todos os grandes capitalistas, os proprietários de manufacturas, fábricas, sociedades

anônimas, bancos, caminhos de ferro, etc. A organização da grande produção industrial pelo Estado, a passagem da grande produção industrial pelo Estado, a passagem do “controle operário” à “gestão operária” das manufacturas, fábricas, caminhos de ferro, tudo isso já foi realizado nas suas grandes e principais linhas[...]

Lenin observa que na agricultura, somente nesse momento, começa-se a nascer o germe das grandes explorações controladas pelo Estado, através das diferentes formas de associações de pequenos cultivadores, possibilitando a transição da pequena agricultura mercantil para a agricultura comunista. Contudo a base da economia camponesa continuava a ser a da pequena produção mercantil, arraigada no capitalismo. De acordo com Lenin (1983n, p.291)

[...] Nesta base o capitalismo mantém-se e renasce, na mais encarniçada luta contra o comunismo. As formas desta luta são: a actividade dos pequenos traficantes e a especulação contra a armazenagem do trigo pelo Estado (assim como dos outros produtos); em geral, contra a distribuição dos produtos pelo Estado.

Apesar disso, Lenin (idem) analisando os dados sobre o armazenamento do trigo pelo Estado, observa que do ponto de vista do problema econômico, principal na ótica da ditadura do proletariado, “[...] a vitória do comunismo sobre o capitalismo está assegurada no nosso país”.

A armazenagem do trigo pelo Estado na Rússia, segundo o Commissariado do Povo para o Abastecimento, elevou-se de 1 de Agosto de 1917 a 1 de Agosto de 1918, a cerca de 30 milhões de puds. No ano seguinte, a 110 milhões de puds aproximadamente. Durante os três primeiros meses a campanha seguinte (1919-1920), o montante atingirá sem dúvida 45 milhões de puds contra 37 milhões para os mesmos meses (Agosto-Outubro) de 1918.

Lenin nos mostra, para reforçar sua tese de que a vitória do comunismo estava assegurada na Rússia, que o Commissariado do Povo distribui mais da metade do trigo às cidades a um preço dez vezes mais barato que os traficantes o fazem distribuindo a outra metade. Lenin (1983n, p.293) pontua as transformações até então realizadas pelo governo soviético, contudo ressalta, mais uma vez, que o caminho a ser trilhado é a abolição das classes.

Para suprimir as classes, é preciso, em primeiro lugar, derrubar os latifundiários e capitalistas. Esta parte da tarefa já foi realizada por nós, mas é apenas uma parte e *não* a mais difícil. Para suprimir as classes, é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre operário e o camponês, fazer de *todos trabalhadores*. Isto não se consegue de repente. É uma tarefa

infinitamente mais difícil e, forçosamente, uma tarefa de longo fôlego. Não se pode realizar derrubando uma classe. Só se pode realizar reorganizando toda a economia social, passando da pequena economia mercantil, individual, isolada, à grande economia colectiva. Esta transição é necessariamente muito longa. Medidas legislativas ou administrativas precipitadas e imprudentes só servem para atrasar e complicar.[...]

Assim, para Lenin (1983n, p.294), é necessária uma política sem desvio com relação ao campesinato: “[...]o proletariado deve distinguir, delimitar o camponês trabalhador do camponês proprietário, o camponês trabalhador do camponês negociante, o camponês laborioso do camponês especulador.” O trabalho no campo é a questão fundamental da edificação socialista, e nesta delimitação das categorias sociais no campo reside o essencial do socialismo.

A delimitação aqui indicada é muito difícil de estabelecer porquanto, na realidade viva, todas as particularidades do “camponês”, por muito variadas, contraditórias que sejam, se fundem num todo. Todavia, a delimitação é possível, não só é possível, mas deriva necessariamente das condições da economia e da vida camponesas.[...] O camponês trabalhador voltou ao longo dos séculos o seu ódio e a sua hostilidade aos opressores e exploradores; e esta tradição cultivada pela vida *obriga* o camponês a procurar a aliança com o operário contra o capitalista, contra o especulador, contra o negociante. Mas ao mesmo tempo, a situação económica mercantil, faz necessariamente do camponês (nem sempre, mas na imensa maioria dos casos) um negociante e um especulador.

Desse modo, distinguindo essas frações sociais no campo, torna-se mais fácil averiguar qual são suas relações sob a ditadura do proletariado. Lenin (1983n, p.296) afirma que a luta de classes não acaba sob a ditadura do proletariado, apenas se reveste de novas formas. No capitalismo o proletariado era a única classe capaz de ser revolucionária até o fim, já sob a ditadura do proletariado, esse se tornou classe dominante e novas tarefas se impõem: “[...] detém o poder do Estado, dispõe dos meios de produção já socializados, dirige as classes e os elementos hesitantes, intermédios, reprime a força de resistência acrescida dos exploradores. [...]”

A classe dominante sob o capitalismo, ainda existe sob Estado proletário, como classe dos exploradores, latifundiários e capitalistas que se mantém com o apoio do capital internacional. No que diz respeito ao campo, Lenin (1983n, p.296-297)

Finalmente, o campesinato, assim como toda a pequena burguesia em geral, ocupa *também* sob a ditadura do proletariado uma posição média, intermédia: por um lado, representa uma massa bastante considerável (imensa na Rússia atrasada) de trabalhadores unidos pelo interesse comum que têm os trabalhadores em se libertarem dos latifundiários e capitalistas; por outro, são pequenos patrões isolados, proprietários e comerciantes. Esta

situação econômica provoca necessariamente oscilações entre proletariado e a burguesia. Na luta exacerbada que travam estes últimos, num momento em que todas as relações sociais são tão brutalmente subvertidas, tendo em conta o apego tão profundo entre os camponeses e os pequenos burgueses em geral ao que é antigo rotineiro, imutável, é muito natural que observemos inevitavelmente entre eles migrações de um campo para outro, flutuações, reviravoltas, incerteza, etc.

Decorre daí o fato de Lenin considerar papel do proletariado de conduzir a luta socialista exercendo sobre essa fração hesitante sua influência. Para isso, noções como democracia, liberdade e igualdade devem ser contextualizadas sob o Estado proletário. Nas palavras do autor (1983n, p.297):

Se confrontarmos todas as forças ou classes essenciais e as suas relações modificadas pela ditadura do proletariado, veremos que absurdo teórico sem limites, que estupidez constitui a opinião pequeno-burguesa corrente, segundo a qual se pode chegar ao socialismo passando “pela democracia” em geral, opinião que professam todos os representantes da II Internacional. O preconceito herdado da burguesia a propósito do carácter absoluto, fora das classes, da “democracia”, tal é a origem deste erro. Na realidade, a democracia também entra numa fase absolutamente nova sob a ditadura do proletariado; e a luta de classes ergue-se a um escalão superior, submetendo a si todas as formas possíveis e imagináveis. Os lugares comuns sobre a liberdade, a igualdade, a democracia equivalem de facto a uma cega reedição de idéias que decalcam as relações da produção mercantil. Querer resolver por meio destes lugares comuns os problemas concretos da ditadura do proletariado é adoptar em toda a linha a posição teórica, de princípio, da burguesia. Do ponto de vista do proletariado, a questão põe-se apenas assim: a liberdade de não ser oprimido por que classe? A igualdade de que classe com outra? A democracia na base da propriedade privada ou na base da luta pela abolição da propriedade privada? etc.

Percebe-se que a luta socialista na Rússia passou pelas diversas esferas da realidade. Era preciso travar o esforço no âmbito econômico, político e ideológico. Lenin irá sempre ressaltar que esse seria um processo lento, que exigiria do proletariado, representado pelo partido *bolchevique*, uma demanda constante de atuação e reflexão acerca dos decursos da revolução. Em fins de 1919, Lenin (1983o, p.299) avalia esses processos:

[...] A princípio, tivemos de lutar contra a falta de compreensão, nos meios operários, da comunidade de interesses, contra certas manifestações de sindicalismo; os operários de certas fábricas ou de certos ramos da indústria tendiam a fazer passar os seus interesses particulares, os da sua indústria, à frente dos interesses da sociedade. Tivemos e temos hoje ainda de lutar contra a falta de disciplina no campo da nova organização do trabalho

Para Lenin (1983o, p. 306), a política comunista do proletariado já assumia uma forma definitiva nas cidades, era preciso delimitar com clareza a política no campo: “[...]”

observar uma política justa em relação ao camponês, praticar uma política correcta em matéria de abastecimento, [...]”. Um processo que aos poucos ia sendo implantado na Rússia, através das medidas implantadas pelo governo proletário, que segundo Lenin (1983p, p.308), priorizava a conscientização dos camponeses:

[...] Damo-nos perfeitamente conta de que só se pode agir sobre os milhões de pequenas explorações camponesas progressivamente, com prudência, unicamente por meio de exemplos práticos, dado que os camponeses são demasiado práticos, estão demasiado solidamente presos à velha economia agrícola para aceitarem mudanças importantes, confiando simplesmente em conselho e indicações nos livros. Isso não se pode fazer; alias, seria um absurdo. Quando tivermos provado na prática, mediante uma experiência acessível ao camponês, que a passagem à agricultura por associações, artéis é necessária e possível, só então teremos o direito de dizer que, num país de camponeses tão vasto como a Rússia, foi dado um sério passo na via da agricultura socialista. É por isso que a importância considerável das comunas, artéis e associações, que a vós todos impõe imensos deveres para com o Estado e o socialismo, obriga muito naturalmente o Poder Soviético e os seus representantes a encarar este problema com atenção e prudência particulares.

Lenin realizou este discurso no I Congresso das Comunas Agrárias e dos Artéis Agrícolas – 04 de dezembro de 1919. Em sua argüição ressalta a importância da propaganda para o convencimento do campesinato sobre a melhor forma de produção para o campo.

Em fins de dezembro de 1919 com o intuito de assegurar a sobrevivência dos soldados na frente de batalha, Lenin reforça as medidas de requisição e a estende à todos os produtos agrícolas. Muitos camponeses se sentem desmotivados a produzir com as novas imposições do governo. Essa medida foi considerada um golpe para os camponeses, enfraquecendo a aliança operário-camponesa.

Nesse quadro o ano de 1920 foi marcado pela grave crise de abastecimento, ocasionada pela recusa dos camponeses de fornecer materiais agrícolas para o Estado, bem como pelo fracasso das colheitas. Assim, findada a guerra civil em território russo, tornou-se imperioso a reavaliação da política *bolchevique* com relação ao campo.

A nova política econômica

Batida a contra-revolução e bloqueada a invasão imperialista, depois de quase três anos, tratava-se de reconstituir a base social de sustentação do novo Estado, a aliança operário-camponesa. A regressão sócio-econômica que afetou a Rússia através das políticas implantadas pelo “comunismo de guerra” pode ser avaliada pela destruição e paralisia do

parque industrial e pela catastrófica situação no campo, exigindo uma iniciativa política incisiva.

Essa iniciativa foi proposta por Lenin sob o formato da Nova Política Econômica que restabelecia as práticas capitalistas no país. Em relação ao campo, os camponeses passariam a vender uma pequena parte da produção para o Estado a preço fixo, o restante podia ser lançado no mercado. A terra ficava para usufruto da comuna organizada sob a forma de agricultora familiar. Uma nova partilha da terra deveria ocorrer a cada nove anos. Dessa forma, com a implantação da NEP e de medidas socialistas, como a estatização das empresas, das minas, de transporte e bancos, a Rússia passou a conviver com medidas capitalistas e com a economia tradicional.

Percebemos que desde meados de 1920, era preciso reavaliar a política com relação ao campo, mas somente em março de 1921 que essa se torna algo concreto, principalmente pelas revoltas camponesas incitadas pelos Socialistas revolucionários e *mencheviques* e que culminou na insurreição de Cronstadt⁴⁴.

Assim em 15 de março em relatório ao X Congresso do PCR(b) expõe a retificação feita na política camponesa, restabelecendo, de certa forma, a liberdade de troca. Para Lenin (1983r) trata-se de reavaliar as relações entre o proletariado e o campesinato, principais agentes da revolução. Em consequência dos sete anos de guerra – quatro anos da guerra mundial e três da guerra civil –, das colheitas desastrosas, a situação do camponês encontrava-se extremamente difícil, o que fazia uma maior oscilação do campesinato em favor da burguesia. Diante disso Lenin (1983r, p.328-329) faz duas considerações teóricas sobre o assunto:

[...] Não há dúvida de que não se pode realizar a revolução socialista num país onde a imensa maioria da população é formada de pequenos produtores agrícolas senão por meio de toda uma série de medidas de transição especiais, perfeitamente inúteis nos países capitalistas evoluídos, onde os operários assalariados industriais e agrícolas são em esmagadora maioria. Nestes países, constituiu-se ao longo de dezenas de anos uma classe de assalariados agrícolas. Só esta classe pode proporcionar um apoio social, econômico e político na passagem directa para o socialismo. Só nos países onde esta classe está suficientemente desenvolvida é possível a passagem directa do capitalismo ao socialismo sem medidas de transição especiais à escala do Estado. Sublinhámos em muitas obras, em que todas as nossas intervenções, em toda a imprensa, que a situação é diferente na Rússia; os operários da indústria estão em minoria e os pequenos cultivadores em

⁴⁴ Sublevação contra-revolucionária iniciada em 28 de Fevereiro de 1921 e sufocada pelo exército vermelho a 18 de Março. Foi organizada pelos socialistas-revolucionários, *mencheviques* e guardas brancos, participando a maior parte dos marinheiros de Cronstadt. A palavra de ordem proferida para incitar a rebelião era “*Soviets sem comunistas*”, com o intuito de afastar os comunistas da direção dos *soviets*.

esmagadora maioria. Neste país, a revolução socialista só pode vencer definitivamente com duas condições. Em primeiro lugar, se for apoiada em tempo útil por uma revolução socialista num ou em vários países avançados. Como sabeis, fizemos muito mais que antes para assegurar esta condição, mas demasiado pouco para que se torne realidade.

A outra condição é a consolidação da aliança operário-camponesa, ponto fulcral nas análises de Lenin. No entanto, de acordo com o autor é preciso ter em mente que “os interesses destas duas classes são diferentes, o pequeno cultivador não quer o que quer o operário.” E enquanto a revolução não eclodir em outros países, somente o entendimento com o campesinato poderia salvaguardar a revolução socialista. Em entendimento com Lenin (1983r, p.329-330):

[...] este acordo entre a classe operária e o campesinato não é – para nos expressarmos com suavidade sem a palavra “suavidade” figurar nas actas – sólido e, para falar francamente, é bastante pior. Em todo o caso, não se deve procurar dissimular seja o que for, mas dizer frontalmente que o campesinato está descontente com as relações que estabelecemos com ele, não as quer e não quer continuar dessa maneira. Isto é incontestável. Esta sua vontade afirmou-se com clareza. É a vontade das amplas massas trabalhadoras. Devemos tê-la em conta, e somos homens políticos assaz lúcidos para dizermos abertamente: revejamos a nossa política para com o campesinato. Não se pode prolongar a situação até agora existente.

Diante disso é preciso intensificar a propaganda no seio do campesinato, tendo clareza de que os interesses dessa categoria não são os mesmos do proletariado, afirmando que a restauração da propriedade privada e do comércio livre seria voltar ao jugo dos grandes agrários e capitalistas. Levando em consideração o peso econômico e político que o campesinato médio vinha adquirindo no cenário russo, Lenin (1983r, p.330-331) reforça a idéia de que é preciso dar suporte a essa categoria.

Podemos satisfazer o campesinato médio tal como é, com as suas particularidades e raízes econômicas? Se algum comunista imaginou transformar em três anos a base, as raízes econômicas da pequena agricultura, só podia ser, naturalmente um sonhador. E, confessemos, esses sonhadores foram assaz numerosos entre nós. E não há nisso nada de mal. Como poderia um tal país pôr em marcha a revolução socialista sem sonhadores? Certamente, a prática mostrou o papel imenso que podem desempenhar as diversas experiências e empresas no campo da exploração colectiva. Mas mostrou igualmente que esses ensaios, como tais, desempenharam também um papel negativo, quando pessoas cheias dos melhores desejos e intenções partiam para o campo a fim de fundarem comunas e colectividades agrícolas, sem saberem administrar, porque careciam de experiência colectiva. A experiência dessas explorações colectivas é apenas um exemplo de como não se deve administrar: os camponeses dos arredores zombam ou irritam-se.

Lenin avalia que não são raros os camponeses que desconsideram a grande exploração como o caminho para a agricultura. Para o autor (1983r, p.331) isso se dá devido a mentalidade do pequeno cultivador, e, que só a base material seria capaz de transformar esse quadro. Somente “[...] a base material, a técnica, a utilização em massa de tractores e máquinas na agricultura, a electrificação em grande escala podem resolver este problema, sanear de algum modo a sua mentalidade”. No entanto, considerando a situação objetiva da Rússia, essas transformações não seriam imediatas, seria preciso “dezenas de anos” para tal.

Para fortalecer a aliança operário-camponesa, faz-se necessário atender as reivindicações camponesas. É nítida a insatisfação dessa camada da população, e de acordo com Lenin, no momento delineado, existem duas maneiras de satisfazer o pequeno agricultor. Estabelecer, em certa medida, a liberdade de trocas e fomentar o incremento de mercadorias.

Tais medidas seriam, a um primeiro momento, restabelecer práticas capitalistas no seio da sociedade russa. No entanto, de acordo com Lenin, não existia outras possibilidades para reerguer uma Rússia devastada pela guerra civil e pouco produtiva devido às más colheitas e a política de guerra estabelecida nesses anos.

Lenin (1983r, p.332-333), contudo, ressalta a dificuldade de tais medidas:

[...] Pode-se fazê-lo, teoricamente falando, pode-se restaurar até certo ponto a liberdade de comércio, a liberdade do capitalismo para os pequenos agricultores, sem minar os alicerces do poder político do proletariado? É possível? Sim, porquanto é uma questão de medida. Se estivéssemos em condições de ter uma quantidade de mercadorias mesmo mínima, se elas estivessem na posse do Estado, do proletariado que exerce o poder político, e se pudéssemos lançar essas mercadorias no circuito, então acrescentaríamos, como Estado, o poder econômico ao poder político. Lançando essas mercadorias, vivificaríamos a pequena agricultura que, no momento actual, está num estado de marasmo terrível sob o fardo das duras condições da guerra, da ruína, e na impossibilidade de se desenvolver. [...]

Nesse caminho, Lenin (1983r, p.333) sugere que a pequena exploração individual deve ser estimulada. A base econômica do pequeno agricultor deveria ser incitada e nesse processo não se podia dispensar a liberdade de trocas locais, pois esta medida poderia fortalecer a economia:

[...] Se este comércio dar ao Estado, em troca de produtos industriais, um mínimo de trigo suficiente para cobrir as necessidades da cidade, das fábricas, da indústria, as trocas econômicas serão restabelecidas de modo que o poder estatal permaneça nas mãos do proletariado e seja reforçado.[...]

Por ser um país imenso e de base rural, com estrutura de comunicação precária, com diferentes climas etc, Lenin indica a possibilidade de certa liberdade de troca no âmbito local,

de produtos agrícolas e industriais. Neste momento, nosso autor, faz a crítica a uma das medidas adotadas na época do comunismo de guerra, afirmando ter sido um erro o bloqueio das trocas locais, para fortalecer a nacionalização do comércio e da indústria.

No que se refere à demanda de mercadorias que era muito precária na Rússia devido aos anos de guerra e a desorganização do parque industrial, Lenin (1983r, p.337) propõe intercambiar mercadorias com os países capitalistas, sacrificando as reservas de ouro, a fim de fomentar a circulação destas em seu país. Justifica essa iniciativa através do argumento de que a Rússia e seus trabalhadores encontravam-se totalmente desgastados após esses anos de guerra. Era preciso investir, contudo:

Repito, relações econômicas desta natureza que, a alto nível, se assemelham a uma aliança com o capitalismo estrangeiro, permitirão ao poder estatal proletário proceder na base a trocas livres com os camponeses. [...] Enquanto a revolução não deflagrar noutros países, precisaremos de dezenas de anos para nos safarmos; sacrificaremos sem desgosto centenas de milhões e até bilhões das nossas incalculáveis riquezas, das nossas abundantes fontes de matérias-primas para beneficiarmos da ajuda do grande capitalismo evoluído. Recuperaremos tudo isso largamente. É impossível manter o poder proletário num país incrivelmente arruinado, onde os camponeses são em imensa maioria e arruinados também, sem a ajuda do capital que nos arrancará, certamente, juros exorbitantes. Temos de compreender isto. Por conseguinte: ou relações econômicas desta natureza ou absolutamente nada. Pôr a questão de outro modo é não compreender absolutamente nada de economia prática e livrar-se de apuros com astúcias. Temos que reconhecer factos como a fadiga e o esgotamento das massas. Pensai nas consequências de sete anos de guerra no nosso país, quando quatro anos de guerra se fazem ainda sentir nos países avançados!

Assim, percebemos que neste momento, a política econômica adotada nos primeiros anos da revolução, não poderia ser mais seguida. Era preciso investir em maquinaria e o meio mais rápido seria o intercambio com os países capitalistas. Com o intuito de reforçar o seu ponto de vista, com relação às políticas econômicas, Lenin reforçará, durante este ano em seus discursos e escritos, as novas táticas possíveis em seu país. No III Congresso da Internacional Comunista, Lenin (1979a, p.231-232) demarca seu ponto de vista sobre as concessões feita ao capitalismo internacional:

Não obstante, dentro dos limites assinalados, isto não representa perigo algum para o socialismo, enquanto o transporte e a grande indústria continuarem em mãos do proletariado. Ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo controlado e regulado pelo Estado proletário (isto é, do capitalismo “de Estado”, neste sentido da palavra) é vantajoso e necessário (claro que só até certo ponto) em um país de pequenos camponeses, extraordinariamente arruinado e atrasado, porque pode acelerar um desenvolvimento *imediato* da agricultura pelos camponeses. Com maior

razão se pode dizer o mesmo das concessões: sem desnacionalizar, o Estado operário dá em arrendamento determinadas minas, bosques, explorações petrolíferas, etc. a capitalistas estrangeiros, para obter deles instrumentos e máquinas suplementares que nos permitam apressar a restauração da grande indústria soviética.

Ao entregar aos concessionários uma parte de produtos de grande valor, o Estado operário paga sem dúvida um tributo à burguesia mundial; sem qualquer forma de dissimulação, devemos compreender claramente que nos convém pagá-lo a fim de apressar a restauração de nossa grande indústria e conseguir uma grande melhoria da situação dos operários e camponeses.

Após o X Congresso do partido *bolchevique* foi publicado os principais decretos que deram ordenamento a NEP. No dia 21 de março é assinado o decreto que extinguiria a requisição dos produtos alimentares e no dia 28 Lenin subscreve o decreto que “liberaria” o comércio, a venda e a aquisição dos produtos alimentares.

Em relatório sobre a tática do partido comunista da Rússia ao III Congresso da Internacional Comunista – 05 de julho de 1921 -, Lenin (1983s) avalia as relações de classe estabelecidas na Rússia. Os grandes agrários e capitalistas ainda existiam em seu país, mesmo que de forma debilitada, era preciso derrubá-los a um só golpe, visto que possuíam o apoio da burguesia internacional. Era preciso agora acabar com a última classe de capitalistas na Rússia: a classe dos pequenos produtores e agricultores.

Para isso a revolução caminhou na direção da aliança com esse setor a fim de livrá-los da influência e da dominação burguesa, atraindo para a luta proletária. O rumo então percorrido foi a das concessões aos camponeses. Sem tais concessões seria impossível fundar uma aliança – cabe ressaltar que houve as concessões de programa, no entanto, parte desse setor saiu muito insatisfeito do período pós-revolução, principalmente pelas medidas adotadas no comunismo de guerra - devido aos confiscos de alimentos. Nesse caminho, as privações impostas pela revolução foram mais sentidas pelo proletário. Era preciso, para esse momento, repartir tais privações para salvaguardar o poder proletário.

Contudo o problema das relações econômicas entre o campesinato e o proletariado não estava resolvido. Então como manter o poder proletário, sustentado, principalmente através da aliança operário-camponesa e dividir as privações econômicas? Para Lenin (1983s, p.349): “O único caminho que encontramos foi o *imposto em espécie* que é consequência inevitável da luta.” Essa seria a passagem da aliança militar decorrida dos anos de guerra à aliança econômica. A aplicação do imposto em espécie seria testada a partir de 1922.

Lenin (1979a, p.229) reconhece a difícil tarefa que a Rússia teria que passar para completar a revolução, teria que ser firme em relação à massa pequeno burguesa, tarefa nada fácil nas condições econômicas que a Rússia apresentava.

Diante desta situação interior da Rússia, a tarefa principal do seu proletariado, como classe dominante, consiste neste momento em determinar e levar à prática corretamente as medidas necessárias para dirigir os camponeses, para estabelecer com eles uma firme aliança, para realizar uma longa série de transições graduais que conduzam à grande agricultura coletiva mecanizada. [...]

Contudo, as dificuldades que a Rússia apresentava seria um ensinamento para a revolução internacional. Nas palavras de Lenin (1979a, p.230):

Por isso, do ponto-de-vista do desenvolvimento da revolução proletária mundial, como processo único, a importância do período atravessado pela Rússia está em que este país deve aplicar e comprovar, na prática, a política do proletariado, dono do poder estatal, em relação à massa pequeno-burguesa.

As táticas apresentadas no X Congresso do Partido comunista da Rússia – 08 a 16 de março de 1921 -, com relação a nova política econômica, foram aprovadas por unanimidade. A NEP tinha como principal objetivo, de acordo com Lenin, estabelecer a ligação entre a nova política econômica e a economia camponesa. Era preciso retroceder com as políticas econômicas em direção ao capitalismo para fortalecer a economia e depois, gradualmente, fortalecer a economia socialista propriamente dita.

Então no XI Congresso do PC(b) da Rússia – 27 de março/2 de abril de 1922 - a questão principal debatida foi a nova política econômica. Lenin (1979b) considera que em um ano de experiência desde sua implantação pouco se podia concluir da nova política, mas era preciso fazer um balanço desse ano.

Como ponto fulcral da nova política econômica, era preciso avaliar se esta conseguiu fazer alguma ligação com a economia camponesa. Vimos que nos anos de guerra inexistia uma ligação da economia da cidade com a economia do campo. Lenin (1979b, p.257) compreende que ainda não existia essa ligação, mas os esforços se encaminhariam para isso. Edificar a economia em aliança com os camponeses:

É preciso mostrar esta ligação, para que nós a vejamos com clareza, para que todo o povo, a veja, para que toda a massa camponesa veja que existe um vínculo entre a vida atual, dura, inauditamente desolada, extremamente miserável e angustiosa, e o trabalho que se leva a cabo em nome de longínquos ideais socialistas. É preciso proceder de tal modo que cada simples trabalhador compreenda que obteve alguma melhoria, e a obteve não como alguns camponeses durante a época do poder dos latifundiários e do capitalismo, quando cada passo em direção ao melhoramento (é certo que havia melhorias e muito grandes) vinha unido ao escárnio, aos ultrajes, às ironias contra o mujique, à violência contra a massa; isto é coisa que camponês algum na Rússia esqueceu, nem esquecerá em dezenas de anos.

Nosso objetivo é restabelecer a ligação, demonstrar aos camponeses com fatos que começamos pelo que lhes é conhecido, compreensível e imediatamente acessível apesar de toda a sua miséria, e não por algo distante e fantástico, do seu ponto-de-vista; demonstrar-lhes que sabemos ajudá-los, e que os comunistas os ajudam de fato nestes momentos difíceis para os pequenos camponeses arruinados, empobrecidos, que sofrem o tormento da fome. Ou nós lhes demonstrarmos isto, ou eles nos mandarão ao diabo. Isto é mais do que certo.

Essa aliança é fundamental para que se firme o poder operário e se avance para o socialismo, mas Lenin (1979b, p.258) adverte que esse seria um processo muito demorado: “[...] unir-nos-emos com a massa camponesa e com ela marcharemos para a frente, cem vezes mais lentamente, mas em troca, de um modo firme e inflexível, para que esta veja sempre que, apesar de tudo, estamos avançando.”

Em 22 de maio foi assinado o decreto sobre as sociedades rurais. Esse decreto reconhecia, de certa forma, a existência do *mir*, mas tentava o modificar para atender as demandas do poder soviético, essas associações rurais, no entanto, pouco se modificam com relação ao *mir*. O código rural de 15 de novembro retoma as diretrizes do decreto, tentando fortalecer o cultivo individual que predominava no interior do *mir*, autorizava, também, os arrendamentos de terras por um período de no máximo três anos, desde que não se utilizasse trabalho assalariado. Esse novo *mir* passa a ter personalidade jurídica, podendo comprar e vender.

De acordo com Bettelheim (1976, p.213), essa associação rural é administrada por assembléia geral, tendo poder de voto os proprietários de terra maiores de 18 anos, e não mais, somente os chefes de família, como no antigo *mir*. Essa assembléia, o *Skhod*, deliberava suas decisões através da maioria simples. No entanto:

A realidade do *mir* renovado é sensivelmente diferente desses princípios. Na verdade, após a promulgação do código rural, assim como antes, o verdadeiro poder político local está, muitas vezes, nas mãos dos camponeses ricos e abastados através do *Skhold* e de seu chefe eleito, ou “plenipotenciário”, que via de regra, é também um camponês rico.

Assim a influência que o *mir* exercia no campo russo, acabou por privilegiar o camponês abastado, uma vez que, como salienta Bettelheim (1976), era escassa a representação bolchevique no campo. Como exemplo dessa influência vemos que no começo de 1923 o trabalho assalariado, dentro de alguns limites, acaba sendo permitido. Em dezembro de 1922, o nome do país foi mudado para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, passando a englobar, além da Rússia a Transcaucásia, Ucrânia, Bielorrússia, Uzbequistão, Turquemenistão e Tadiquistão.

Últimos textos

Em dezembro de 1922 o estado de saúde de Lenin se agravou, seus textos – que no conjunto podem ser vistos como seu testamento político - a partir de então são ditados. Em 30 de agosto de 1918 sofreu um atentado e duas balas envenenadas o atingem, no ombro e na parte superior do pulmão esquerdo. Recuperado do atentado, volta a piorar sua situação em abril de 1922, quando os médicos descobrem que sofria de esclerose dos vasos cerebrais. Consequência da esclerose sofre um primeiro ataque que enrijece braço e perna direita, dificultando também a fala. Em março de 1923 sofre novo ataque que paralisa o lado direito e o impossibilita de falar. Até sua morte em 18 de janeiro de 1924, teve relativas melhoras.

Em maio de 1923 Lenin (1979c) escreve o texto *Sobre a cooperação*, no qual relata a necessidade de organizar o trabalho através das cooperativas. A revolução, até o momento, avançou no quadro das transformações políticas e sociais. Agora com os meios de produção nas mãos do poder operário, fazia-se necessário passar para a produção coletiva. Lenin sugere estímulos de caráter econômico para trazer os camponeses para essa forma de produção. A passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo aproximaria a base econômica de desenvolvimento entre cidade e campo. Para isso (1979c, p.263) descreve a necessidade de um trabalho cultural para que todos encampem conscientemente o trabalho cooperativo.

[...] Propriamente falando, falta-nos “apenas” uma coisa: elevar nossa população a tal grau de “civilização” que compreenda todas as vantagens da participação de todos nas cooperativas, e que organize esta participação. “Apenas” isso. Não necessitamos agora de nenhuma outra espécie de sabedoria para passar ao socialismo. Mas para realizar esse “apenas” é necessária toda uma revolução, toda uma etapa de desenvolvimento cultural da massa do povo. [...]

Esse desenvolvimento cultural do povo não seria conseguido de um dia para outro. De acordo com Lenin para alcançar isso por meio da NEP (idem): “[...] é preciso toda uma fase histórica. Esta fase poderá ser atravessada, no melhor dos casos, em um ou dois decênios.[...]”. Era preciso encaminhar o trabalho para elevar culturalmente a massa da população. A revolução política e social precedeu a revolução cultural e para completar as transformações socialistas era preciso a unidade dialética dessas esferas. As novas relações políticas só poderiam se tornar consistente no quadro das próprias transformações das relações econômicas. Lenin conclui (1979c, p.267):

Hoje, é-nos suficiente esta revolução cultural para nos convertermos em um país completamente socialista, mas essa revolução cultural apresenta incríveis dificuldades para nós, tanto quanto ao aspecto puramente cultural (pois somos analfabetos), como quando ao aspecto material (pois, para sermos cultos, é preciso um certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, é necessária uma certa base material).

Para Lenin o nível cultural da população estava ainda caracterizado por elementos pré-burgueses, de origem feudal, tornando-se necessário, ao menos, chegar ao nível cultural da sociedade burguesa, completando a revolução democrático-burguesa. De acordo com Bettelheim (1976, p.446):

Deve-se ressaltar que, para Lenin, a expressão “revolução cultural” designa *dois processos revolucionários entrelaçados*. O primeiro corresponde à conclusão, no domínio dos costumes e da educação, da *revolução democrática*; é nesse sentido que Lenin fala de eliminar as “culturas pré-burguesas”, “burocráticas” ou “feudais”. O segundo é o de uma revolução cultural proletária da qual Lenin não tem, no momento em que escreve, a possibilidade de enunciar as condições de desenvolvimento, mas cuja necessidade ele sente com evidência quando pede *aos operários de fábrica que ajudem no desenvolvimento cultural no campo* e quando declara que a substituição das culturas pré-burguesas pela cultura burguesa é apenas um *começo*.

Essa mudança deveria, principalmente, atingir os dirigentes do Estado e conseqüentemente o aparelho estatal, uma vez que, de acordo com Lenin (1979d, p.268-269):

Nosso aparelho estatal encontra-se em um estado tão lamentável, para não dizer detestável, que, em primeiro lugar devemos pensar profundamente na maneira de lutar contra suas deficiências, lembrando que as raízes destas encontram-se no passado, o qual, apesar de ter sido subvertido, não desapareceu por completo, não passou à situação de uma cultura pertencente a tempos remotos.[...]

A necessidade de se refazer o aparelho estatal se colocava para Lenin como caminho para não deixar o Estado soviético cair na burocratização, ou nas mãos da “nova burguesia” respaldada pela NEP. Os *bolcheviques* receberam o aparelho estatal integralmente da época anterior e, neste momento, de acordo com Lenin, não servia para absolutamente nada. E em tempos da reconstrução da economia russa, com as concessões feitas, era preciso delimitar bem as funções administrativas, bem como os papéis políticos dos sujeitos. Lenin (1977d, p. 393-394) distingui:

Claro que, en nuestra República Soviética, el régimen social se basa en la colaboración de dos clases, de los obreros y los campesinos, colaboración a la que ahora se admite también, bajo ciertas condiciones, a la gente de la

Nep, es decir, a la burguesía. Si surgen graves divergencias de clase entre ellas, la escisión será inevitable; pero nuestro régimen social no entraña necesariamente razones que hagan inevitable esta escisión, y la misión principal de nuestro Comité Central y de la Comisión Central de Control, así como de nuestro partido en su conjunto, consiste en estar muy al tanto de las circunstancias que pueden dar motivo a una escisión y prevenirlas, porque, en resumidas cuentas, los destinos de nuestra república dependerán de que las masas campesinas marchen unidas a la clase obrera, conservando la fidelidad a la alianza con ella, o permitan a la gente de la Nep, es decir, a la nueva burguesía, apartalas de los obreros, escindir las de ellos. Cuanto más claro veamos estos dos desenlaces posibles, cuanto más claro lo comprendan todos nuestros obreros y campesinos, tanto mayores serán las probabilidades de poder evitar la escisión, que sería funesta para la República.

Para renovar o aparelho estatal, Lenin (1979d, p.269-270) entende a necessidade de um material humano realmente moderno, a necessidade de instruir os dirigentes do aparelho, que não precisariam ser necessariamente membros do partido, desde que fossem trabalhadores conscientes do processo revolucionário.

Para renovar nosso aparelho estatal temos que, a todo custo, nos colocar como tarefa: primeiro, estudar, segundo, estudar, terceiro, estudar e depois cuidar de que a ciência não fique reduzida a letra morta ou a uma frase da moda (coisa que, não há porque ocultá-lo, ocorre com muita frequência entre nós), de que a ciência se converta efetivamente em nossa carne e osso, de que chegue a ser plena e verdadeiramente um elemento integrante da vida diária. Em uma palavra, não temos que exigir o que exige a burguesia da Europa ocidental, mas aquilo que é digno e conveniente para um país que pretende desenvolver-se como país socialista.

Os operários, mesmo que empolgados, não eram suficientemente instruídos, e o conhecimento, a educação, a instrução era débil comparado com os outros Estados da Europa. Por isso Lenin (1979d, p270) afirma:

É preciso ter como norma: mais vale pouco em quantidade, mas bom em qualidade. É preciso seguir a regra: mais vale esperar dois, ou mesmo três anos, do que se apressar, sem qualquer esperança de conseguir um bom material humano.

Era preciso ter clareza das dificuldades dessa tarefa e encarregar sujeitos realmente conscientes para estar à frente do aparelho estatal. Lenin (idem) estava ciente dos obstáculos.

Sei que esta norma será difícil de manter e aplicar à nossa realidade. Sei que a norma contrária tratará de abrir caminho valendo-se de mil subterfúgios. Sei que será preciso opor enorme resistência, que será preciso dar provas de uma perseverança diabólica, que neste sentido o trabalho será, pelos menos durante os primeiros anos, tremendamente ingrato; não obstante, estou convencido de que só por meio deste trabalho atingiremos nosso objetivo e que, somente depois de havê-lo atingido, criaremos uma república realmente digna de ser chamada de soviética, socialista, etc., etc.

Para refazer o aparelho estatal o pior seria a pressa e Lenin (1979d, p.271) sabia que o Estado soviético deveria ter uma “qualidade verdadeiramente modelar”. A revolução na Europa ocidental fora sufocada, e a possibilidade de uma contra-revolução na Rússia não poderia ser descartada. Diante disso, para impedir que os Estados imperialistas da Europa ocidental esmagassem a revolução era imperioso aumentar o nível econômico, social e político da Rússia.

Lenin (1979d, p. 278) avalia que nesse momento o eixo da luta socialista tinha se deslocado da Europa Ocidental. A guerra imperialista modificou o cenário de lutas:

O sistema das relações internacionais é atualmente tal que um dos Estados da Europa, a Alemanha, vê-se avassalada pelos Estados vencedores. Por outro lado, diversos Estados, por certo os mais antigos do Ocidente, acham-se, graças a vitória, em condições de poder aproveitar essa vitória mesma para fazer às suas classes oprimidas uma série de concessões que, se bem que insignificantes, retardam o movimento revolucionário nesses países, criando aparência de “paz social”.

Diante dessa nova cena internacional, o Oriente passa a figurar como o eixo das novas lutas. Nas palavras de Lenin (1979d, p.279): “[...] o Oriente incorporou-se de maneira definitiva ao movimento revolucionário, graças precisamente a esta primeira guerra imperialista, vendo-se arrastado definitivamente à órbita geral do movimento revolucionário mundial.”

O deslocamento do eixo revolucionário para o Oriente, bem como os rumos da administração em seu país, colocou a Lenin a tarefa de se refazer todo o aparelho estatal, uma vez que a Rússia serviria como único elo vivo do socialismo, um exemplo a ser estudado, e de certa forma seguido, principalmente para países como a Índia e China – esses países, de acordo com Lenin, incorporavam com enorme rapidez, à luta por sua libertação -, que junto com a Rússia constituíam a maior parte da população do globo, com considerável parcela de população no campo.

Hegemonia

A perspectiva de um real pautado nos interesses do proletariado possibilitou a Lenin o desenvolvimento do conceito de hegemonia, delineado por ele no início do século XX. Em Lenin, de acordo com Gruppi (1978), o conceito de hegemonia figura-se através das páginas por ele dedicadas à ditadura do proletariado, sobretudo nas suas primeiras obras, devido seu

debate contra os reformistas, principalmente na revolução de 1905-1907, quando houve a polêmica sobre os caminhos que a revolução democrático-burguesa deveria seguir na Rússia⁴⁵. Para tal, a utilização do conceito marxiano de ditadura do proletariado se deu no intuito de se afirmar o vigor do conceito de Marx.

Nos anos que antecederam a primeira revolução russa de 1905-1907, Lenin defendeu a bandeira de que mesmo numa revolução burguesa cabe ao proletariado estar à frente, nos mostrando seu entendimento acerca da hegemonia, apontando a função dirigente do proletariado, defendendo que o terreno da democracia seria o mais propício para as conquistas operárias.

Para encampar os segmentos sociais para a causa proletária, buscando a atuação consciente no quadro de um Estado burguês, é preciso que as massas superem a espontaneidade de suas ações e passem a agir conscientemente no processo da emancipação. Lenin considerou o partido como o instrumento de grande importância para isso, ligando a teoria revolucionária ao movimento. O partido deveria ser capaz de englobar os diversos interesses dos estratos sociais, para que se consubstanciasse a aliança operário-camponesa. A atuação do partido deve envolver todas as esferas da sociedade, sem esquecer seu caráter de classe, mas deve atentar às reivindicações democráticas da sociedade.

Dessa forma, a construção do socialismo somente seria uma realidade se a maioria destes estratos sociais encampasse a luta proletária. Para Lenin os intelectuais teriam o papel de levar consciência ao proletariado, e a propaganda revolucionária conduzida por eles teria o papel de fazer com que os proletários se reconhecessem como classe em si.

A formulação de Lenin sobre a hegemonia encontramos, mais bem delineada, nos seus últimos textos quando aponta a necessidade de fortalecer a aliança operário-camponesa através da hegemonia operária. Lenin (1979c, p.266-267) sabia que essa organização social agrária continuava tendendo para o capitalismo e, para tentar evitar essa possibilidade, sugeriu que os camponeses fossem estimulados na formação de cooperativas, ganhando insumos e implementos do Estado. Para isso, apontou como tarefa do Estado bolchevique conduzir uma vasta ação cultural a favor do campesinato:

[...] E este trabalho cultural entre os camponeses visa precisamente como objetivo econômico à cooperação. Se pudéssemos organizar nas cooperativas

⁴⁵ Nesse período, como vimos na primeira parte deste trabalho, Lenin está em franco debate com os *mencheviques* quando esses pensam que a revolução democrático-burguesa deve ser conduzida pela burguesia, enquanto que Lenin e os bolcheviques insistem em conduzir a revolução pelas forças proletárias aliadas aos camponeses pobres. Assim, o conceito de hegemonia proletária vai se delineando através da palavra de ordem de ditadura do proletariado.

toda a população, já estaríamos com ambos os pés em solo socialista. Mas esta condição, a de organizar toda a população em cooperativas, exige tal grau de cultura dos camponeses (precisamente dos camponeses, que representam uma massa imensa), que ela é impossível sem toda uma verdadeira revolução cultural.

Lenin considerou que dessa forma seria possível a lenta formação de uma agricultura moderna e mecanizada. Assim, para prosseguir com as táticas a caminho do socialismo, Lenin (1979d, p.280), avaliou ser necessário reduzir os excessos econômicos no país e abarcar o camponês nesse processo:

Devemos tratar de construir um Estado no qual os operários conservem sua direção sobre os camponeses, no qual conservem a confiança destes e no qual, pela aplicação do mais severo regime de economia, seja eliminado das relações sociais o menor indício de gastos supérfluos.

Nota-se que as medidas econômicas propostas por Lenin, para o Estado soviético, se respaldaram no convencimento da população trabalhadora sob a direção proletária no intuito da ampliação da hegemonia operária. Nesse caminho, percebemos que a aliança operário-camponesa, para Lenin, seria o condicionante necessário para a transformação da sociedade russa. As transformações econômicas, políticas e sociais só seriam sólidas se o camponês, através de suas experiências, tomasse para si a perspectiva proletária de mundo. Com isso, podemos afirmar que a hegemonia se constrói antes, durante e depois da tomada do poder. Desse modo, para Lenin a hegemonia operária parte do reconhecimento de que a revolução na sociedade só pode ser desenvolvida por meio da socialização de uma nova visão social de mundo.

O significado da aliança operário-camponesa

Lenin ao formular sua teoria e prática sob a perspectiva da hegemonia operária deu vida em suas reflexões a categorias sociais pouco trabalhadas por Marx e Engels nas análises acerca do capitalismo. Dessa forma, ao pensar a emancipação humana através da luta proletária, não deixou de visualizar as camadas sociais provenientes do sistema feudal. Nesse caminho a questão camponesa foi colocada por Lenin em termos da aliança operário-camponesa.

Lenin sempre ressaltou a fragmentação existente no seio do campesinato; este segmento social pode servir de aliado da burguesia ou do proletariado. Como não existe um reconhecimento de classe, tornou-se importante, como tática, incorporar alguns elementos da

reivindicação camponesa na luta proletária, para depois, através do convencimento, incorporar os camponeses pobres e pequenos produtores nessa luta.

Elemento importante na análise de Lenin é o entendimento de que somente o proletariado é capaz de conduzir a luta pela transformação social, pois, nas palavras de Gramsci (1987, p.82), consegue se reconhecer enquanto classe:

[...] entre os oprimidos pela propriedade privada - só o proletariado tem uma doutrina política, o marxismo, tem uma cultura, tem uma psicologia unitária, tem uma disciplina, porque só a classe operária pode, a partir do mundo do trabalho, da fábrica, organizar uma sociedade nova capaz de vida e de desenvolvimento.

Por isso a necessidade da aliança operário-camponesa para efetivar as transformações para socialismo rumo ao comunismo. Dessa forma, mesmo o campesinato sendo uma camada social fragmentada, Lenin ressaltou a importância de se trazer esse estrato para a luta socialista. A isto se deve o fato de que, com relação a repartição mecânica das terras aos camponeses que ocorreu logo após a revolução de 1917, entendeu que se a distribuição de terras não ocorresse de forma a dar subsídios para que os camponeses ficassem na terra e sem a perspectiva de se consolidar a aliança operário-camponesa, essa seria uma medida inócua.

Assim, vimos que Lenin na revolução de 1917 não pensou, de imediato, o fim do trabalho agrícola baseado na pequena produção. A repartição das terras entre o campesinato pobre é uma medida de reafirmação das relações econômicas do capitalismo, mas se fez necessária para que o operariado da Rússia conseguisse trazer para sua esfera de ação esse segmento da sociedade. Somente a reivindicação econômica de atender as necessidades mais urgentes do campesinato, poderia tirá-los da apatia político-cultural em que se apresentavam.

À partir da NEP Lenin abandona a tática de coerção sobre o campesinato e passa a considerar o camponês como o verdadeiro aliado da revolução, como sujeito para além da etapa democrática da revolução. Este passaria a fazer parte da construção efetiva do novo Estado, desde que, encampando a perspectiva proletária. Assim, ao retomar o debate sobre as cooperações em seus últimos textos, juntamente com as medidas da NEP, Lenin vislumbrou a possibilidade de aos poucos o camponês se constituir classe trabalhadora. Esse segmento social pode servir de aliado da burguesia ou do proletariado. Conduzindo as transformações para as cooperativas, certamente colocaria o camponês no terreno ideológico do proletariado.

Assim a aliança operário-camponesa estaria para além de uma aliança tática. Nos processos de amadurecimento da revolução, Lenin percebeu que somente aliado a parcela

significativa da população - os camponeses -, o operariado com sua doutrina revolucionária poderia fincar pé no terreno socialista. Na especificidade russa seria através da ditadura democrática do proletariado e do campesinato. Contudo, percebemos em seus últimos textos uma profunda meditação sobre os caminhos que a Rússia ainda deveria trilhar para efetuar a transição socialista. Esta seria um processo muito mais demorado que dependeria da firmeza dos ideais dos dirigentes do Estado, bem como do delineamento da revolução internacional. De acordo com Del Roio (2007b, p. 81-82), Lenin vivo não conseguiu estabelecer as condições para a transição socialista rumo ao comunismo:

[...] Para que isso ocorresse era preciso que a classe operária assumisse a direção do processo histórico que, no caso particular da Rússia, significava alcançar o desenvolvimento científico, técnico, organizativo e cultural do imperialismo, implementando um capitalismo de Estado que criasse as condições para a transição socialista. Isso poderia acontecer em meio a uma revolução burguesa ou em meio a uma presumível revolução socialista internacional. As condições da transição não era uma abstração, pois estavam postas na realidade do imperialismo capitalista e eram essas as condições a serem alcançadas a fim de que a empreitada da transição socialista para o comunismo e a emancipação do trabalho fosse empreendida. Assim, pode ser dito que a transição socialista propriamente dita jamais teve início no tempo de Lênin, permanecendo sempre como um objetivo a ser alcançado.

Ao analisarmos as táticas propostas por Lenin ao refletir as questões conjunturais de seu momento histórico, não podemos aplicá-las *pari passu* hoje. Pois desta forma estaríamos matando o que é de mais vivo em sua teoria: “análises concretas de situações concretas”. Entende-se, portanto, que a configuração do real, na atualidade, se apresenta de forma diversa do contexto apresentado por Lênin, novas questões estão imbricadas às relações dos sujeitos históricos da atualidade – informatização, questão ambiental entre outras. No entanto, não podemos perder de vista a dimensão de suas análises pensadas em termos da hegemonia da classe trabalhadora para a emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a particularidade russa exigiu de Lenin reflexões durante toda sua vida, uma vez que a composição agrária e camponesa estabeleceu mediações recorrentes entre a realidade social singular da Rússia frente aos países do Ocidente e o projeto socialista que se colocava em curso. Dentre os intelectuais marxistas, o autor se encontrava num cenário histórico diferenciado; pois, enquanto os marxistas do Ocidente atuavam no seio do movimento operário, Lenin se deparava com o quadro da hegemonia ideológica do ‘*eslavismo*’ *narodnik* e, portanto, distante do debate próprio dos países industrializados.

Inserido na tradição revolucionária marxista, sua teoria teve influências dos *narodniks* que, por sua vez, acreditavam ser o camponês a única classe revolucionária. Assim, o debate que se estabeleceu entre Lenin e os populistas russos na primeira revolução russa permitiu ao nosso autor demonstrar a especificidade do desenvolvimento do capitalismo e suas artimanhas em um país essencialmente de base rural e com fortes resquícios feudais. O camponês, inserido nos processos de propagação do capitalismo desde as reformas de 1861, não estava totalmente enquadrado na perspectiva de que é categoria social proveniente da ordem feudal e que sucumbiria, sem maiores problemas, ao desenvolvimento do capitalismo. O campesinato estava presente no capitalismo e como lidar com isso?

Compreendendo a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas e respaldado por uma teoria que adquiriu consistência no seio do movimento operário socialista do Ocidente, por meio de Marx e Engels, Lenin criou uma distinção no marxismo ao apontar a necessidade do desenvolvimento dessas forças e não descartar o papel do camponês nesse processo. Percebeu uma diferenciação cada vez mais presente no seio da comuna agrária e um camponês que lutava para permanecer na terra, mas que não era capaz de entender as determinações que o capitalismo lhe impunha.

Nesse contexto o populismo se demonstrou inerte ao não apontar o desenvolvimento da luta de classes no campo, acreditando que somente o ideal idílico poderia salvar o camponês da miséria e da opressão. Ao contrário disso, se pôde verificar a sua inserção em outra esfera ideológica, não podendo mais ser encarado como sujeito passivo perante as transformações sociais.

Estudando as peculiaridades históricas Russas em relação aos países industrializados do globo e a formulação de uma teoria que via no camponês um agente revolucionário - como a teoria *narodnik* nos mostrou - não podemos descartar, sob alguns aspectos, a importância

desses intelectuais, uma vez que eles nos apresentaram um debate que se prefigurou em países da periferia capitalista; ou seja, do papel do campesinato nas transformações estruturais dessas sociedades. Suas táticas de organização em um país onde as liberdades políticas inexistiam, também devem ser consideradas.

Porém, o que limitou a reflexão desses autores foi a negação do desenvolvimento do capitalismo na Rússia; pois, ao recusar esse desenvolvimento, acabaram por não perceber as contradições de classe que se engendravam nesse país. Nesse aspecto, Lenin contribuiu de forma mais resoluta ao analisar os processos de desenvolvimento do capitalismo na Rússia e contemplar em suas análises a grande massa dessa população como sujeito da transformação social.

Desse modo, podemos perceber que a teoria leniniana trouxe influências dos *narodniks* ao não desconsiderar o movimento camponês e incorporar ao partido táticas de luta clandestina, investindo na ação direta, fazendo com que a política do partido não ficasse apenas no plano das idéias. Percebemos, também, que Lenin incorporou a reivindicação *narodnik* da partilha de terras após 1917 para atender as demandas dos camponeses, fazendo concessões de programa para trazer o camponês à luta revolucionária. Para Lenin o partido operário, como vanguarda da revolução, deveria atuar em todas as esferas sociais. Daí a necessidade de conduzir o movimento camponês para a aliança operário-camponesa.

Lenin apontou algumas limitações do papel do campesinato. Esse seria apenas sujeito modificador se efetivasse, decididamente, a aliança com os operários que, através do partido, levariam a consciência ao camponês. Essa “não consciência” dos camponeses a respeito de suas condições foi observada por Lenin no decorrer dos acontecimentos na história russa, como, por exemplo, nas insurreições camponesas que sempre foram esmagadas porque não haviam sido preparadas. Disso resulta a importância do partido para a organização dos trabalhadores.

Através de análises concretas de situações concretas, o autor pensou as táticas do partido avaliando a conjuntura apresentada. Dessa forma, percebemos em suas análises, o horizonte socialista mediado por múltiplas determinações. O que permitiu a Lenin pensar as táticas conforme as demandas do momento, assumindo a responsabilidade de conceder aos camponeses prerrogativas para melhorar sua situação imediata, implementando – após a tomada de poder - reformas no quadro do capitalismo, para depois e aos poucos colocar essa categoria em terreno socialista. Assim suas táticas para consolidar a aliança operário-

camponesa não devem ser cristalizadas. É preciso entendê-las no quadro conjuntural em que foram expostas.

Lenin considerou que a primeira revolução russa fracassou porque a classe operária não conseguiu efetivar a aliança operário-camponesa e nem estender a insurreição a toda a Rússia, permitindo, assim, que o czarismo se restabelecesse no poder. Contudo foi o acontecimento que permitiu, doze anos depois, a erupção da revolução que conduziu os *bolcheviques* ao poder.

Lenin entendeu que o camponês deveria ser aliado na revolução e, na primeira etapa da revolução democrático-burguesa, caberia ao partido social-democrata introduzir a luta de classe no campo, através de panfletos, jornais, do convencimento para que essa categoria não tendesse a se aliar com a burguesia. Vimos que aos poucos o desenvolvimento da contradição de classe no campo vai se figurando na Rússia, principalmente após a reforma de Stolípín em 1906, e a tradição comunal perdeu espaço para a propriedade privada.

Nesse caminho um novo campesinato foi se forjando na Rússia, ao mesmo tempo ligado psicologicamente ao *mir*, não podia ser enquadrado na categoria de campesinato tradicional, uma vez que a luta de classe se estabelecia em campo russo. Por isso a questão agrário-camponesa se caracterizou como ponto fulcral da revolução russa. A formulação da tática da aliança operário-camponesa se constituiu como via para a superação do czarismo, num primeiro momento e depois de estruturação do novo regime que se inicia em 1917.

Assim, vimos que Lenin considerou o camponês da sua época como sujeito não capaz de conduzir sozinho as transformações sociais, e que somente o operariado, através do mundo da fábrica, carregaria no seio desta classe a subjetividade capaz de transpor o capitalismo. Por isso, num país de base essencialmente rural, a necessidade da aliança operário-camponesa. No entanto, as categorizações feitas à sua época foram transformadas e as concepções de Lenin não devem ser encaradas como dogmas ou paradigmas a serem seguidos. Contudo sua teoria emerge na atualidade quando vemos despontar no cenário político diversos movimentos sociais que reivindicam a tradição socialista, e notadamente àqueles constituídos de sujeitos provenientes da base rural, como, por exemplo, o Zapatismo, a Via Campesina e o MST.

A necessidade de outra forma de sociabilidade se coloca constantemente entre esses homens e mulheres que não têm nada à perder, a não ser os laços da opressão. Por isso, marcham, se organizam, lutam contra as desigualdades e por formas dignas de existência. Nesse caminho, Lenin nos ensina a necessidade de também lutarmos por reformas no quadro

do capitalismo, uma vez que em pleno século XXI os ideais propagados pela revolução francesa, de igualdade, liberdade e fraternidade, ainda não atingiram grande parte do globo.

Ao final de sua vida, Lenin percebeu a capacidade dos homens à frente do capitalismo de se apropriar ideologicamente das demandas populares, mascarando a luta de classes, através do cooptação de trabalhadores qualificados dispostos a sufocar as iniciativas dos outros trabalhadores explorados. Através da escrita da história sob a ótica dos dominantes, e outros melindres que aos poucos sufocou o luta socialista no cenário internacional. Diante desses processos, notamos como a reflexão de Lenin sobre o papel do campesinato na transformação social marcou um veio até então quase inexplorado na cultura marxista. Depois da derrota da revolução socialista no Ocidente, o eixo dos processos revolucionários se deslocou para a periferia do sistema imperialista-capitalista, onde predominava uma significativa massa camponesa, que serviu de base social e força motriz das maiores revoluções sociais do século XX. A maioria camponesa de um país economicamente atrasado como a Rússia, apontou um novo desafio. Desafio, esse, que nos provoca até os nossos dias e nos impele a resgatá-lo historicamente e atualizá-lo recorrentemente. A revolução socialista, não se concretizou ao tempo de Lenin. Contudo sua teoria e prática revolucionária semearam em muitos corações e mentes a necessidade de suplantar o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1985.
- BARBOSA, Walmir. A Revolução Russa: do comunismo de guerra aos primeiros planos quinquenais. In: *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Org. David Maciel, Cláudio Maia e Antonio Henrique Lemos. Goiânia: CEPEC, 2007, p. 63-90.
- BERTELLI, Antonio Roberto. *Capitalismo de estado e socialismo: o tempo de Lenin 1917-1927*. São Paulo: Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 1999.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na união soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- COGGIOLA, Osvaldo. Outubro de 1917: bolchevismo, revolução e drama. In: *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Org. David Maciel, Cláudio Maia e Antonio Henrique Lemos. Goiânia: CEPEC, 2007, p. 11-40.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 13-69.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais – A luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)*. São Paulo: editora UNESP. 2007.
- DANIELSON, N. F. Carta a F. Engels, Petersburgo, 12 (24) de março de 1892. In: FERNANDES, Rubem César (Org.) *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982a. p. 223-227.
- _____. Carta a F. Engels, Petersburgo, 3 (15) de outubro de 1892. In: FERNANDES, Rubem César (Org.) *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982b. p.239-243.
- ENGELS, Friedrich. Carta a N. F. Danielson, Londres, 15 de março de 1892. In: FERNANDES, Rubem César (Org.) *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de janeiro: Paz & Terra, 1982a. p. 217-221
- _____. Carta a N. F. Danielson, Londres, 18 de junho de 1892. In: FERNANDES, Rubem César (Org.) *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de janeiro: Paz & Terra, 1982b. p. 229-234
- FERNANDES, Florestan (org). Introdução p.7-50. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Lenin: política*. Organizado por Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1978a.
- _____. A atualidade de Lenin. In: *Leia São Paulo*, v.1 n.6, nov 1978b.
- FERNANDES, Rubem César. *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de janeiro: Paz & Terra, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Introdução e seleção de Franco de Felice e

Valentino Parlato. Apresentação de Carlos Nelson Coutinho. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 143p.

_____. *Pensamento de Lenin*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Tudo começou com Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico; v. 56) p. 149-172.

HILL, Christopher. *Lênin e a revolução russa*. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1977.

HOBBSBAWM, Eric. Os camponeses e a política. In: *Revista ensaios de opinião*, s/d, s/ local.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. III Congresso da Internacional Comunista – 22 de junho/12 de julho de 1921. In: _____. *Lenin no poder. 1917-1923 – textos pós revolução*. Porto Alegre: L&PM, 1979a. p. 227-250.

_____. XI Congresso do PC(b) da Rússia – 27 de março/2 de abril de 1922. In: _____. *Lenin no poder. 1917-1923 – textos pós revolução*. Porto Alegre: L&PM, 1979b. p. 251-260.

_____. Sobre a cooperação. In: *Lenin no poder. 1917-1923 – textos pós revolução*. Porto Alegre: L&PM, 1979c. p. 261-267.

_____. Mas vale pouco e bom. In: *Lenin no poder. 1917-1923 – textos pós revolução*. Porto Alegre: L&PM, 1979d. p. 267-281.

_____. O programa agrário. In: _____. *Um passo adiante, dois passos atrás*. São Paulo: Ciências Humanas, SP, 1980c. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/img/obras/passo.asp#00>>. Acesso: 02 mai 2008.

_____. *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, s/d a.

_____. O Partido Operário e o Camponato. In: _____. *Obras Escolhidas*. Trad. José Oliveira. Moscovo: Avante, 1984a p. 28-35.

_____. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. Apresentação de Vladimir Pomar. São Paulo: Ed Brasil Debates, 1980a. Coleção alicerces.

_____. *O Programa Agrário da Social-Democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980b.

_____. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Hucitec, 1983a. Apresentação de Florestan Fernandes.

_____. A Questão agrária e as forças da Revolução. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983b p.146-149.

_____. O Congresso dos deputados camponeses. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983c p.167-170.

_____. Carta Aberta aos delegados do Congresso dos deputados camponeses de toda a Rússia. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983e p.175-179.

_____. Projeto de resolução sobre a questão agrária (para o I Congresso de deputados camponeses de toda a Rússia). In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983f p.180-182.

_____. Sobre a necessidade de fundar um sindicato dos operários agrícolas da Rússia. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983g p.183-187.

_____. Do diário de um publicista. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983h p.188-196.

_____. Relatório sobre a terra ao segundo congresso dos soviets de deputados operários e soldados de toda a Rússia 26 de Outubro (8 de Novembro) de 1917. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983i p.197-201.

_____. Resposta às perguntas dos camponeses. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983j p.202-203.

_____. Sobre a fome (carta aos operários de Petrogrado) In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983l p.209-216.

_____. Discurso na conferencia dos delegados dos comitês de camponeses pobres das províncias centrais (8 de novembro de 1918) In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983m p.218-225.

_____. A Economia e a Política na época da ditadura do proletariado. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983n p.288-298.

_____. Discurso à I Conferência de toda a Rússia sobre o trabalho do partido no campo –(18 de Novembro de 1919) . In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983o p.299-306.

_____. Discurso ao I Congresso das comunas agrárias e dos artéis agrícolas (4 de dezembro de 1919). In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983p p.307-315.

_____. Primeiro esboço das teses sobre a questão agrária. (Para o II Congresso da Internacional Comunista). In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983q p.316-327.

_____. Relatório sobre a substituição das requisições por um imposto em espécie ao X Congresso do PCR(b) – 15 de março de 1921. In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983r p.328-341.

_____. Relatório sobre a tática do partido comunista da Rússia ao III Congresso da Internacional Comunista – 5 de julho de 1921 (Excerto). In: _____. *Aliança da Classe Operária e do Campesinato*. Moscovo: Edições Progresso, 1983s p.342-349.

_____. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa-Moscovo: Edições Progresso, 1984b. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>. Acesso 02 jul 2008.

_____. *Cartas de Longe*. Obras escolhidas em três tomos, edições Avante. Lisboa-Moscovo: Edições Progresso, 1977a. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/03/20.htm#n9>>. Acesso 07 ago 2008.

_____. *Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução*. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977b, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo. Disponível em:<
http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/04_teses.htm#r1>. Acesso 03 dez 2008.

_____. *Sobre a dualidade de poderes*. Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977c, Edições Avante! - Lisboa, Edições Progresso – Moscovo. Disponível em:<
<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/09.htm> >. Acesso 10 dez 2008.

_____. Como tenemos que reorganizar la inspección obrera y campesina – propuesta al XII Congreso del Partido. In: _____. *Obras escogidas en doce tomos*. Tomo 12. Moscú: Progresso, 1977d p. 389-394.

_____. *Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo*. Global Editora 5ª Edição, São Paulo s/d b. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm#topp>>. Acesso 04 mar 2009.

LENIN. Nuevos Cambios económicos en la vida campesina (A propósito del libro de V. E. Pontnikov la hacienda campesina en sur de Rússia). In: _____. *Obras Completas*. Tomo 01. Moscú: Progresso, 1981a p.01-71.

_____. Quienes son los “Amigos Del pueblo” y como luchan contra los socialdemócratas (Respuesta a los artículos de Rússkoe Bogatstvo contra los marxistas). In: _____. *Obras Completas*. Tomo 01. Moscú: Progresso, 1981b p.131-363.

_____. A los pobres del campo. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 7. Moscú: Progreso, 1981c p. 135 a 216.

_____. El Proletariado y el Campesinado. In: _____. *Obras Completas*. Tomo . Moscú: Progreso, 1981d p. 355-360.

_____. Marx y el “reparto negro” norteamericano. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 10. Moscú: Progreso, 1981e. p. 57-64.

_____. La dictadura democrática revolucionaria del proletariado y del campesinado. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 10. Moscú: Progreso, 1981f. p.22-33.

_____. La Actitud de la Socialdemocracia Ante el Movimiento Campesino. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 11. Moscú: Progreso, 1981g p.226-235.

_____. El Socialismo y el Campesinado. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 11. Moscú: Progreso, 1981h p. 293-303.

_____. Socialismo Pequeñoburgués y Socialismo Proletario. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 11. Moscú: Progreso, 1981i p. 39-48.

_____. Revisión del Programa Agrario del Partido Obrero. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 12. Moscú: Progreso, 1981j p. 241-272.

_____. Palabras de Conclusión Sobre el Problema Agrario. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 12. Moscú: Progreso, 1981k p. 367-377.

_____. El Problema de la Tierra en la Duma. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 12. Moscú: Progreso, 1981m p.106-109.

_____. El Proletariado y el Campesinado. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 12. Moscú: Progreso 1981n p. 95-99.

_____. El Problema Agrario en Rusia a Fines del Siglo XIX. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 17. Moscú: Progreso, 1981o p. 57-141.

_____. Nueva política agraria In: _____. *Obras Completas*. Tomo 16. Moscú: Progreso, 1981p p. 449-453.

_____. La “Reforma Campesina”. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 20. Moscú: Progreso, 1981q p. 182-192.

_____. La Esencia del “Problema Agrario en Rusia”. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 20. Moscú: Progreso, 1981r p. 331-336.

_____. La Catastrofe que nos amenaza y como combatirla. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 34. Moscú: Progreso, 1981s p. 157-206.

_____. III Congreso de los soviets de diputados obreros, soldados y campesinos de toda la Rusia. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 35. Moscú: Progreso, 1981t p. 269-300.

_____. Discurso pronunciado en el soviet de Moscú de diputados obreros, campesinos y combatientes del ejército rojo. 12 de marzo de 1918. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 36. Moscú: Progreso, 1981u p.88-93.

_____. Acerca del infantilismo “izquierdista” y del espíritu pequeñoburgués. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 36. Moscú: Progreso, 1981v p.291-324.

_____. Tesis sobre la situación actual. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 36. Moscú: Progreso, 1981x p.386-388.

_____. Discurso pronunciado en el I Congreso de las secciones agrarias, de los comités de campesinos pobres y de las comunas de toda Rusia – 11 de Diciembre de 1918. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 37. Moscú: Progreso, 1981z p.364-376.

_____. Sesión del I Congreso de obreros agrícolas de la provincia de Petrogrado. 13 de marzo de 1919. Discurso sobre la organización del sindicato de obreros agrícolas. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 38. Moscú: Progreso, 1981a1 p.23-27.

_____. Los campesinos medios. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 38. Moscú: Progreso, 1981a2 p.250-251.

_____. Discurso en la reunión conjunta del CEC de toda Rusia, del soviet de diputados obreros y soldados rojos de Moscú, del consejo central de los sindicatos de toda Rusia y de los comités de fábrica, consagrada al segundo aniversario de la revolución de octubre, 7 de noviembre de 1919. In: _____. *Obras Completas*. Tomo 39. Moscú: Progreso, 1981a3 p.302-313.

LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses e Taylor*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

MAIA, Cláudio. A Questão camponesa na revolução de 1917. In: *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Org. David Maciel, Cláudio Maia e Antonio Henrique Lemos. Goiânia: CEPEC, 2007, p. 91-126.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Textos. Vol. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. Manifesto Comunista. Org. e Introdução Oswaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. Primeiro Rascunho da Carta a V. Zasulich p. 175-185 [1881] In: FERNANDES, Rubem César (Org.) *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982a.

_____. El Proceso de Producción Capitalista, en su Conjunto. In: _____. *El Capital*. Tomo III. Vol. II. México: Fondo de Cultura Económica, 1959

_____. *A Guerra Civil em França*. Obras Escolhidas em três tomos, tomo II. Lisboa: Edições Progresso, 1982b. Disponível em:

<http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/index.htm>. Acesso 05 abr 2009.

MIRSKY, F.D.S. *Lenine: sua vida e sua obra*. Trad. Abguar Bastos. (?): Calvino, 1944.

MOORE JR., Barrington. *As origens Sociais da ditadura e da Democracia – Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa/São Paulo: Cosmos/Martins Fontes, 1975.

NETO, Pedro Leão da Costa. Marx e a Rússia: a Leitura de Antonio Gramsci e Karl Korsch. In: *Revista Novos Rumos* n 46. 2006. P.23-33.

NETTO, João Paulo. Introdução p. VII-XXI. in: LENIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PORTAL, Roger. *Coleção Rumos do Mundo: Os Eslavos; povos e nações (séculos VIII-XX)*. Rio de Janeiro : Cosmos, 1968.

REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967.

ROIO, Marcos Tadeu Del. A Questão Russa para Marx e Engels. In: *Revista Ensaios de sociologia*, Araraquara: Laboratório Editorial, ano 08, n. 15, 2003, p. 121-129.

_____. A Revolução Russa e a dialética nacional/internacional no pensamento de Lenin. In: *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Org. David Maciel, Cláudio Maia e Antonio Henrique Lemos. Goiânia: CEPEC, 2007a, p. 267-284.

_____. Lênin e a transição socialista. In: *Revista Lutas & Resistências*, Londrina, n.3, v.2, p. 67-82, 2º sem. 2007b.

_____. *O Império universal e seus antípodas – a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

_____. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.

ROSENBERG, Arthur. *História do bolchevismo*. Trad. e apresentação Antonio Roberto Bertelli. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1989.

SALOMONI, Antonella. Lenin e a Revolução Russa. Trad. Mauro Lando e Isa Mara Lando. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

SERENI, Emilio; GLUCKSMANN, Christine; GODOLIER, Maurice y otros. La categoria “Formacion Economica y Social”. México: ediciones Roca, 1973.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. *Estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: biblioteca da FEA/USP (tese de doutorado), 1992.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Tradução de E. Huggins. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

VENTURI, Franco. *El populismo ruso, 1*. Alianza Editorial: Madri. 1981.

WALICKI, Andrzej. Socialismo russo e populismo. IN: HOBBSBAWM, Eric. *História do marxismo III: O marxismo na época da Segunda Internacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. (Coleção Pensamento Crítico; v. 56) p. 53-75.

WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do séc. XX*. São Paulo: Global, 1984.